EB60-D-08.001

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO
(Insp G Ens / 1937)

PROJETO PEDAGÓGICO DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL: 2026-2030

3ª Edição
2025

PORTARIA - DECEx / C Ex Nº 1.235, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Aprova a Diretriz que define o Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil: 2026-2030, (PP/SCMB - EB60-D-08.001), 3ª Edição, 2025.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, inciso II, do Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, Regulamento da Lei do Ensino no Exército, o art. 11, inciso XXI, do Regulamento do Departamento de Educação e Cultura do Exército, aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.788, de 7 de julho de 2022, e considerando o que consta nos autos NUP nº 65339.020333/2024-64, resolve:

Art. 1º Aprovar a Diretriz que define o Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil: 2026 - 2030 (PP/SCMB – EB60-D-08.001), 3ª Edição, 2025, que com esta baixa.

Art. 2º Revogar a Portaria - DECEx / C Ex nº 220-DECEx, de 14 de junho de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 2 de janeiro de 2026.

Gen Ex FRANCISCO CARLOS MACHADO SILVA
Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército

FOLHA REGISTRO DE MODIFICAÇÕES (FRM)			
NÚMERO DE ORDEM	ATO DE APROVAÇÃO	PÁGINAS AFETADAS	DATA

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

		Pág
	INTRODUÇÃO ………………………………………………………………………………….	10
TÍTULO I	MARCO CONCEITUAL - A ESCOLA QUE SOMOS: MARCANDO GERAÇÕES HÁ 136 ANOS NO BRASIL	
CAPÍTULO 1	HISTÓRICO DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL	14
CAPÍTULO 2	PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS: UMA EDUCAÇÃO BASEADA NOS VALORES E TRADIÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO	18
Seção I	Características identitárias …………………………………………………………	18
	1.1 Meritocracia ……………………………………………………………………..	18
	1.2 Valor à família……………………………………………………………………..	19
	1.3 Culto às tradições ……………………………………………………………….	19
Seção II	Natureza ……………………………………………………………………………….	21
Seção III	Finalidade …………………………………………………………………………….	21
	1.1 Ensino Preparatório ………………………………………………………..	22
	1.2 Ensino Assistencial …………………………………………………………..	22
	1.3 O SCMB e a concepção de transformação do EB 2024 a 2039 …	22
Seção IV	Filosofia ……………………………………………………………………………….	23
	1.1 Valores Fundamentais ………………………………………………………	23
Seção V	Objetivos …………………………………………………………………………….	25
Seção VI	Subordinação ……………………………………………………………………….	25
	1.1 Organograma …………………………………………………………………….	26
Seção VII	Níveis e Modalidades de Ensino ………………………………………………	26
	1.1 Níveis de ensino ……………………………………………………………….	26
	1.2 Modalidades de ensino ………………………………………………………	27
CAPÍTULO 3	PERFIL DO ALUNO	27
Seção I	Perfil discente ……………………………………………………………………….	27
Seção II	Perfil docente ………………………………………………………………………..	28
Seção III	Perfil do agente de ensino …………………………………………………….	29
Seção IV	Perfil da família …………………………………………………………………….	29
CAPÍTULO 4	FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS	30
Seção I	Concepção de educação …………………………………………………………..	30
Seção II	Concepção de ensino ……………………………………………………………...	31
Seção III	Concepção de currículo …………………………………………………………..	31
Seção IV	Os pilares do currículo …………………………………………………………..	32
	1.1 Contextualização ………………………………………………………………...	32
	1.2 Interdisciplinaridade …………………………………………………………..	33
	1.3 Multiletramentos ………………………………………………………………...	33
	1.4 Educação em valores …………………………………………………………...	33

	1.5 Iniciação científica ………………………………………………………………..	33
	1.6 Formação de leitores ……………………………………………………………..	34
	1.7 Educação digital e midiática ………………………………………………..	34
Seção V	Elementos do currículo ……………………………………………………………	34
	1.1 Propostas filosóficas das áreas do conhecimento ………………………	34
	1.2 Propostas filosóficas das disciplinas ………………………………………	35
	1.3 Plano de Sequências Didáticas (PSD) ……………………………………..	38
	1.4 Plano de Execução Didática (PED) …………………………………………	38
	1.5 Plano Educacional Individualizado (PEI) …………………………………	39
	1.6 Matriz de Referências (MR) ………………………………………………….	39
	1.7 Matriz de Descritores (D) ……………………………………………………..	39
CAPÍTULO 5	CURRÍCULO ENSINO FUNDAMENTAL	39
Seção I	Proposta filosófica para o Ensino Fundamental no SCMB: perspectiva mais formativa ………………………………………………………………………………..	39
Seção II	Grade horária curricular do Ensino Fundamental (semanal) ……………	42
CAPÍTULO 6	CURRÍCULO ENSINO MÉDIO	43
Seção I	Proposta filosófica para o Ensino Médio no SCMB: perspectiva mais preparatória …………………………………………………………………………..	43
Seção II	Detalhamento dos itinerários ………………………………………………..	45
Seção III	Grade horária curricular do Ensino Médio – Formação Geral Básica	47
Seção IV	Grade horária curricular do Ensino Médio – Itinerários Formativos	48
CAPÍTULO 7	AVALIAÇÃO	49
Seção I	Modalidades de avaliação educacional ……………………………………..	49
	1.1 Avaliação diagnóstica …………………………………………………………..	49
	1.2 Avaliação formativa …………………………………………………………….	49
	1.3 Avaliação somativa ……………………………………………………………..	49
Seção II	Instrumentos de avaliação educacional ……………………………………	49
Seção III	Avaliação do rendimento escolar...	50
CAPÍTULO 8	EDUCAÇÃO ESPECIAL	50
Seção I	Contextualização …………………………………………………………………..	50
Seção II	Marcos normativos do atendimento educacional especializado no SCMB	52
Seção III	Avaliação do rendimento escolar …………………………………………….	53
Seção IV	A estrutura para o atendimento dos alunos da Educação Especial ……..	53
Seção V	Educação Especial na perspectiva inclusiva ……………………………….	54
CAPÍTULO 9	RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS	54
Seção I	Contextualização ………………………………………………………………….	54
Seção II	Modalidades ………………………………………………………………………..	55

CAPÍTULO 10	EDUCAÇÃO DIGITAL	57
Seção I	Contextualização	57
Seção II	Objetivos e premissas da Educação Digital no SCMB	57
CAPÍTULO 11	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	59
Seção I	Contextualização	59
Seção II	Abordagem da Educação Ambiental no SCMB	60
CAPÍTULO 12	MATERIAL DIDÁTICO	61
Seção I	Contextualização	61
Seção II	O papel do material didático na concretização do Projeto Pedagógico	62
Seção III	Análise do conceito de material didático à luz das diretrizes do Projeto Pedagógico	62
Seção IV	Critérios para seleção e produção de materiais didáticos alinhados ao Projeto Pedagógico	63
Seção V	A importância da formação docente para o uso crítico e criativo dos materiais didáticos	63
Seção VI	Integração dos meios digitais ao material pedagógico impresso	64
TÍTULO II	MARCO SITUACIONAL	66
CAPÍTULO 1	CENSO ESCOLAR: CARACTERIZAÇÃO DO SCMB	66
Seção I	Contextualização	66
Seção II	Configuração do censo escolar do SCMB	66
Seção III	Sobre o caráter analítico do Marco Situacional....................................	67
Seção IV	Dados levantados sobre a caracterização do SCMB - infraestrutura	68
Seção V	Salas de aula: tamanho mínimo de $42m^2$	68
Seção VI	Salas de aula: possuem ar-condicionado e/ou sistema de climatização	68
Seção VII	Salas de aula: possuem armário para alunos	68
Seção VIII	Salas de aula: possuem projetor multimídia exclusivo	68
Seção IX	Salas de aula: possuem meios de Tecnologia da Informação exclusivo para uso docente	68
Seção X	Salas de aula: possuem acesso à internet	69
Seção XI	Análise dos dados referentes à infraestrutura das salas	69
Seção XII	Equipamentos existentes no CM para fins didáticos pedagógicos	69
Seção XIII	Equipamentos existentes no CM para outros fins: controle de frequência	70
Seção XIV	Equipamentos existentes no CM para outros fins: segurança	70
Seção XV	Análise dos dados referentes a equipamentos existentes no CM	70

Seção XVI	Recursos Humanos: efetivo de alunos no SCMB	70
Seção XVII	Recursos Humanos: efetivo do Ensino no SCMB	71
Seção XVIII	Recursos Humanos: efetivo da DEPA	71
Seção XIX	Análise dos dados referentes aos recursos humanos no SCMB	71
Seção XX	Diagnóstico Escolar – rendimento discente Ensino Fundamental	72
Seção XXI	Diagnóstico Escolar – rendimento discente Ensino Médio	72
Seção XXII	Análise dos índices de reprovação EF e EM	72
Seção XXIII	Caracterização do SCMB – acessibilidade	72
Seção XXIV	Análise dos índices de acessibilidade: adequação das estruturas físicas	73
Seção XXV	Caracterização do SCMB – Educação Especial: demandas atuais	73
Seção XXVI	Análise dos dados sobre Educação Especial: demandas atuais	74
CAPÍTULO 2	CENSO ESCOLAR PERFIL DISCENTE	75
Seção I	Perfil socioeconômico discente	75
Seção II	Formas de ingresso no SCMB	75
Seção III	Efetivo de alunos e alunas	75
Seção IV	Rendimento escolar: disciplina com maior dificuldade de estudo	75
Seção V	Origem do responsável	75
Seção VI	Nível de escolaridade dos responsáveis	75
Seção VII	Renda familiar no domicílio	76
Seção VIII	Análise dos dados sobre o perfil socioeconômico discente	76
CAPÍTULO 3	CENSO ESCOLAR: PERFIL DOCENTE	76
Seção I	Perfil socioeconômico docente	76
Seção II	Categoria e regime de contratação	77
Seção III	Formação acadêmica	77
Seção IV	Formação com foco na Educação Especial	77
Seção V	Ano de ingresso no SCMB	77
Seção VI	Quantidade de turmas	78
Seção VII	Dependentes de docente estudando no CM	78
Seção VIII	Renda familiar docente	78
Seção IX	Análise dos dados sobre o perfil socioeconômico discente	78
Seção X	Diagnóstico sintético do Sistema Colégio Militar do Brasil	79
TÍTULO III	MARCO OPERACIONAL	81
CAPÍTULO 1	A ESCOLA QUE QUEREMOS: CAMINHOS A PERCORRER	81

Seção I	Contextualização ………………………………………………………………………………..	81
Seção II	Metas para o quinquênio 2026-2030 …………………………………………………..	85
Seção III	META 1 - Atingir, no máximo, o efetivo de até 30 alunos em todas as salas de aula	86
Seção IV	META 2 - Integrar a Educação Digital ao ambiente escolar dos Colégios Militares	86
Seção V	META 3 - Acompanhar os índices de reprovação em todos os anos letivos	88
Seção VI	META 4 - Planejar e executar estratégias específicas para o combate ao fracasso escolar nas quatro Áreas de Conhecimento: “Ciências da Natureza e suas Tecnologias”, “Matemática”, “Ciências Humanas” e “Linguagens e Códigos”	90
Seção VII	META 5 - Reestruturar o currículo do Ensino Médio em consonância com as leis vigentes, garantindo a flexibilidade, a formação integral e a identidade do SCMB	92
Seção VIII	META 6 - Aumentar os índices de inscrição e de aprovação nos concursos para todas as Escolas Militares	93
Seção IX	META 7 - Ampliar a capacidade de infraestrutura e de pessoal dos Colégios Militares, para atender as demandas de alunos da Educação Especial	94
Seção X	META 8 - Monitorar os indicadores de avaliações de larga escala nacionais (ENEM/IDEB) como ferramenta estatística para aprimorar e aperfeiçoar as ações voltadas para o Sistema Colégio Militar do Brasil	95
Seção XI	META 9 - Aperfeiçoar a prática pedagógica do SCMB, com ênfase na aprendizagem mediada por tecnologias digitais	96
Seção XII	META 10 - Acompanhar o desempenho e a atuação docente, a partir dos parâmetros estabelecidos em Instruções, Regulamentos, Regimentos e Normas Educacionais em vigor	96
Seção XIII	META 11- Integrar o Corpo de Alunos com a Divisão de Ensino no desenvolvimento das competências socioemocionais	97
Seção XIV	META 12 - Ampliar, com eficácia, a recomposição das aprendizagens no SCMB, nas seguintes modalidades: Apoio Pedagógico, Recuperação da Aprendizagem e Reforço Escolar	99
Seção XV	META 13 - Consolidar a oferta do turno integral, segundo as diretrizes vigentes (NPGE/DEPA), para o 6º e 7º anos e para os demais anos escolares do Ensino Fundamental, de forma progressiva	100
Seção XVI	META 14 - Estimular a participação dos discentes em projetos de Iniciação Científica para os alunos do ensino fundamental e médio, através de projetos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento	102
Seção XVII	META 15 - Fomentar a valorização do mérito em todas as dimensões do desenvolvimento: cognitivas, físicas, emocionais e sociais	103

Seção XVIII	META 16 - Incrementar o envolvimento da família no cotidiano escolar	104
Seção XIX	Quadro sinóptico das metas 2026-2030 …………………………………………..	106
Seção XX	Orientações para a elaboração do Marco Operacional ……………………..	106
Seção XXI	Indicadores de desempenho ……………………………………………………….	107
	CONCLUSÃO ………………………………………………………………………………..	107
Anexo "A"	Instalações listadas para a implantação de um Colégio Militar padrão	
Anexo "B"	Gráficos do Marco Situacional	
Anexo "C"	Expediente	
Anexo "D"	Modelo de Plano de Gerenciamento do Projeto - Marco Operacional (M Op/CM)	
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

INTRODUÇÃO

O primeiro Projeto Pedagógico (PP) elaborado para o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) abarcou o quinquênio 2016-2020, com marcos importantes para o período de vigência. Foram consolidados, na 1ª edição, temas como o Ensino por Competências, a Educação Especial Inclusiva, além do primeiro grande censo escolar envolvendo os 13 (treze) colégios militares existentes à época, incluindo o recém-inaugurado Colégio Militar de Belém, criado em 2015. As metas estabelecidas – 15 (quinze) no total – buscavam incrementar o efeito escola, definido como a pertinência e a eficácia de todas as ações ocorridas no âmbito do ensino quanto ao rendimento escolar dos discentes.

Com parte das metas alcançadas, a 2ª edição do PP/SCMB, quinquênio 2021-2025, tinha como desafio projetar o SCMB para um cenário de vanguarda educacional, sempre fundamentado nos valores e nas tradições do Exército Brasileiro.

O principal objetivo era reafirmar a característica identitária do SCMB por meio de sua proposta pedagógica, fundamentada nos princípios e valores cultuados pelo Exército Brasileiro: respeito, camaradagem, lealdade, patriotismo, civismo, espírito de corpo, aprimoramento técnico-pessoal e fé na missão. Foram estabelecidas 17 (dezessete) metas que, além dos temas desenvolvidos no quinquênio anterior, primavam pelas seguintes características, apropriadas ao público-alvo: meritocracia, valor à família e culto às tradições.

Prejudicado em seu desenvolvimento pelo cenário de pandemia mundial, que afetou diretamente a vida de todos e a rotina escolar dos discentes, particularmente nos anos 2020 e 2021, algumas das metas precisaram ser reajustadas e readaptadas, em virtude das demandas existentes diante da realidade nacional.

Apesar das intercorrências e desafios que se apresentaram, o SCMB conseguiu, graças ao esforço e a dedicação de toda a comunidade escolar – gestores, professores, agentes de ensino, pais, responsáveis e alunos – minimizar os efeitos danosos da pandemia, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos aspectos psicológicos e sociais. Sobre o período vivenciado, cabe destacar os avanços na área da Tecnologia da Informação e no desenvolvimento de uma cultura digital, até então embrionária antes da Covid-19. Contribuíram sobremaneira nesse aspecto os objetivos previstos na Meta 3 – Ampliar e padronizar a utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem nos Colégios Militares. As ações elencadas para essa meta foram fundamentais para que os CM pudessem dar continuidade ao processo ensino-aprendizagem nos primeiros anos de vigência do PP/SCMB, em plena pandemia:

1) a capacitação de agentes de ensino (docentes ou não) para o atendimento dos ressaltados anteriormente;

2) a forte atuação da Seção de Supervisão Escolar no que se refere às mudanças metodológicas que os professores devem implementar em suas aulas;

3) o investimento em tecnologias educacionais que resolvam problemas apontados pelos agentes de ensino;

4) o diálogo com a família para a correta compreensão das mudanças implementadas; e

5) eventuais adaptações na estrutura do CM, como ampliação da rede, criação de Espaços Maker, reconfiguração de salas de aula e aquisição de mobiliário.

Além da Meta 3, merece destaque o desenvolvimento das seguintes metas:

Meta 6, que consolidou a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a oferta dos itinerários formativos;

Meta 15, que estimulou a participação dos discentes em projetos de iniciação científica;

Meta 16, que fomentou a valorização do mérito em todas as dimensões do desenvolvimento: cognitivas, físicas, emocionais e sociais; e

Meta 17, que incrementou o envolvimento da família no cotidiano escolar.

Para a presente edição, o PP/SCMB faz referência aos seguintes documentos:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);

- Lei nº 9.786, de 08 de fevereiro de 1999 - Lei de Ensino do Exército (LEE);

- Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 - Altera a LDBEN e dá outras providências;

- Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que altera a Lei 9.394/96 (LDB) e define diretrizes para o Ensino Médio;

- Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999 - Regulamento da Lei de Ensino do Exército;

- Decreto nº 12.391, de 28 FEV 25, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens;

- Plano Nacional de Educação - (PNE, 2024-2034);

- Portaria MEC nº 1.210, de 20 de novembro de 2018;

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM;

- Resolução CNE/CEB nº 4, de 12 de maio de 2025, que institui os Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento IFAs no Ensino Médio;

- Portaria do Comandante do Exército nº 1.714, de 5 de abril de 2022, que aprova o Regulamento dos Colégios Militares (EB10-R-05.173), 2ª edição, 2022;

- Portaria nº 144-DECEx, de 18 agosto de 2015 – que aprova o Glossário de Termos e Expressões de Educação e de Cultura do Exército (EB60-G-05.001);

- Portaria DECEx / C Ex nº 407, de 16 de setembro de 2021, que aprova a Diretriz de Orientação para o Incremento da Educação Assistida por Tecnologias Digitais nos Processos de Ensino e Aprendizagem no Âmbito do Sistema de Educação e Cultura do Exército (EB60-D-05.006), 1ª Edição, 2021 e dá outras providências;

- Portaria - DECEx / C Ex nº   , de   de dezembro de 2025, que aprova as Normas de Avaliação Escolar da Educação Básica no Sistema Colégio Militar do Brasil (NAEB - EB60-N-08.001);

- Portaria - DECEx / C Ex nº 469, de 21 de dezembro de 2022, que aprova as Instruções Reguladoras da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva;

- Diretrizes do Comandante do Exército (2023-2026); e

- Diretriz do Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército/2025.

Sua fundamentação teórica e o desenvolvimento dos trabalhos seguem o referencial de projeto pedagógico proposto por VASCONCELLOS (2008) que o define como:

> *(,,,) "o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade[1]. Enquanto processo, implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo; e vai além: supõe a colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhado da análise dos resultados."*

O PP/SCMB se encontra dividido em três marcos, a saber.

a. Marco Conceitual (ou filosófico): expressa os fundamentos teórico-metodológicos do Sistema, ou seja, aquilo que a Instituição (Exército Brasileiro) entende como sendo seu ideal de aluno, conteúdo, recursos diversos (humanos, materiais e simbólicos), abordagem pedagógica, etc.

b. Marco Situacional (ou referencial): identifica, explicita e analisa os problemas, necessidades e avanços presentes na realidade social, política, econômica, cultural, educacional e suas influências nas práticas educativas da escola.

c. Marco Operacional: apresenta as propostas e linhas de ação, enfrentamentos e organização da escola para a aproximação do ideal delineado pelo Marco Conceitual.

O SCMB é constituído por Colégios Militares sediados em 14 (quatorze) localidades da federação, sendo a guarnição do Rio de Janeiro-RJ sede de dois deles, o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) e o Colégio Militar da Vila Militar (CMVM). As outras guarnições são: Belém-PA, Belo Horizonte-MG, Brasília-DF, Campo Grande-MS, Curitiba-PR, Fortaleza-CE, Juiz de Fora-MG, Manaus-AM, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Salvador-BA, Santa Maria-RS e São Paulo-SP.

Os CM possuem características diferentes entre si, mas que se unificam por meio de uma visão sistêmica. Esse é o grande desafio: resguardar a identidade, mantendo a excelência do ensino por meio dos mesmos objetivos.

Como representantes da educação básica no Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEx), os Colégios Militares possuem pontos de partida diferentes, para o mesmo ponto de chegada: conduzir os alunos à aprovação para as escolas militares ou para as instituições de ensino superior por meio da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou/e de vestibulares específicos.

Para a melhor consecução desses objetivos, faz-se necessário o reconhecimento dessas diferenças e o estabelecimento de percursos distintos para cada Colégio Militar. Dessa forma, o PP/SCMB

---

1 VASCONCELLOS, Celso S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2008.

valer-se-á de um único Marco Conceitual, como direção geral para o desenvolvimento dos CM; de um único Marco Situacional que avalia o posicionamento de cada Colégio em relação às expectativas estabelecidas e de quinze Marcos Operacionais que refletem o planejamento de cada CM para o alcance da missão geral do PP/SCMB.

O documento apresenta o Marco Conceitual atualizado a partir das observações coletadas em Visitas de Supervisão Escolar, em Conselhos de Ensino e em consultas realizadas ao longo dos últimos anos junto aos CM.

Visando estar alinhado às Diretrizes do Comandante do Exército (2023-2026), no que se refere ao fortalecimento das ações voltadas para o bem-estar da Família Militar, a fim de ampliar a coesão e satisfação do público interno, as metas constantes na presente edição visam ao aperfeiçoamento do SCMB em temas que envolvem o uso de tecnologias digitais na prática pedagógica, a participação ativa da família no cotidiano escolar, o desenvolvimento das Competências Socioemocionais por meio do Projeto Valores, o currículo alinhado às novas demandas educacionais, como a inserção de conteúdos ligados à Educação Digital e Midiática, à preparação para o ingresso em escolas militares, e ao desenvolvimento das competências e habilidades leitoras, inseridas no contexto do Multiletramento, visando à melhoria do rendimento nas áreas de Linguagem e das Ciências Humanas.

Cabe ressaltar que o PP/SCMB passará por reavaliações periódicas, tendo sempre como melhor oportunidade para “ponto de controle” as reuniões anuais do Conselho de Ensino da DEPA (CEDEPA), considerando também a dinâmica inerente a qualquer processo educativo – que impõe o estabelecimento de mecanismos de avaliação e retroalimentação do processo; e a vinculação do PP/SCMB, subordinado, por sua vez, ao Projeto de Revitalização do SCMB – o que impõe, também, mecanismos de avaliação e prestação de contas.

Com o mesmo fim de permitir a atualização das informações e a reorientação do processo educativo frente as mudanças contextuais, todo o PP/SCMB, com seus três marcos, deverá ser reiniciado quinquenalmente, sendo o próximo ciclo o período de 2031 a 2035.

TÍTULO I

MARCO CONCEITUAL

A ESCOLA QUE SOMOS MARCANDO O BRASIL HÁ 136 ANOS

CAPÍTULO 1
HISTÓRICO DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)

Desde os primeiros tempos do Brasil como Nação independente, os militares pleiteavam a criação de uma instituição encarregada de educar os filhos dos servidores do Exército e da Armada. Em 1840, o Regente Araújo Lima, Marquês de Olinda, procurou estabelecer, por meio de decreto, um colégio para os filhos necessitados dos capitães e oficiais subalternos, no Arsenal de Guerra da Corte: o "Colégio Militar do Imperador". A ideia foi nobre, mas não chegou a se tornar uma realidade.

O Duque de Caxias viveu, junto a seus comandados, as agruras dos que deixaram suas famílias para se dedicarem à defesa da Pátria na Guerra da Tríplice Aliança. Percebeu o quanto influenciava no ânimo de luta dos soldados, sabê-las amparadas. Logo entendeu que, além da pensão a garantir o sustento, a educação oficial "evitaria a indigência" de seus órfãos, caso eles sucumbissem na frente de batalha. Sabedores de que, se a Pátria protegesse suas famílias, o moral da tropa cresceria e, consequentemente, elevaria o PODER DE COMBATE das tropas imperiais.

Acalentando essa ideia, o Duque de Caxias deixou o Comando do Exército e elegeu-se Senador do Império. Em 1853, apresentou um projeto ao Senado, criando um Colégio Militar (CM) na Corte. Não conseguiu convencer os seus pares, e a iniciativa não prosperou. O mesmo Caxias, em 1862, insistiu, novamente, na criação de uma Escola *"... que amparasse os órfãos, filhos de militares da Armada e do Exército que participaram na defesa da Independência, da Honra Nacional e das Instituições"*. Mais uma vez, o desejo não se concretizou.

Apenas no final do Império, o Conselheiro Thomaz Coelho, ex-ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, viabilizou a criação do Imperial Colégio Militar (Decreto nº 10.202, de 9 de março de 1889). O educandário, em pouco tempo, impôs-se dentro do cenário educacional do País. Em 1912, foram criados mais dois Colégios Militares: o de Porto Alegre e o de Barbacena.

Reações contrárias aos novos estabelecimentos de ensino aconteceram. Nos orçamentos de 1915 e de 1916, foram apresentadas emendas visando à extinção dos três Colégios Militares, então, existentes. Felizmente, não lograram êxito as duas tentativas e o Senador pelo Piauí, Abdias Neves, surgiu em defesa daquelas instituições. Com base no judicioso parecer do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Bento Manoel Carneiro Monteiro, aprovado integralmente pelo então Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, a questão foi arquivada. E o que foi melhor, animou o Governo Federal a criar o Colégio Militar do Ceará (Lei nº 3.674, de 07 de janeiro de 1919).

Quatro estabelecimentos funcionavam normalmente, quando por razões políticas, o CM de Barbacena foi extinto, em 1925, e os seus servidores distribuídos por outras organizações do Exército. Em 1938, são extintos os Colégios do Ceará e de Porto Alegre. Restou, apenas, o Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Alguns anos depois, o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, iniciou uma nova fase de progresso para o ensino colegial no Exército, criando o Colégio Militar de Belo Horizonte (1955), resgatando uma dívida de 30 anos para com o povo mineiro. Nasceu, também, o Colégio Militar

de Salvador em 1957, já idealizado pelo Ministro Ciro do Espírito Santo Cardoso. Um ano mais tarde, foi criado o Colégio Militar de Curitiba, em 1958, e, completando o ciclo, o Colégio Militar do Recife em 1959.

Os antigos Colégios de Porto Alegre e de Fortaleza foram transformados em Escolas Preparatórias e voltaram a funcionar como CM em 1962.

Entre avanços e recuos, os anos passaram e ocorreram novas modificações no SCMB. Na década de 70, foram criados o Colégio Militar de Manaus (1971) e o de Brasília (1978), este já previsto em despacho, de 1959, pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, bem como a DEPA, em 1973 (Decreto nº 71.823), então com a denominação de "Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial" e a missão de coordenar as atividades de planejamento e condução do ensino desses Colégios.

Em 1988, foram fechados o Colégio Militar de Belo Horizonte, o Colégio Militar de Salvador, o Colégio Militar de Curitiba e o Colégio Militar do Recife, que já prestavam relevantes serviços à educação.

A retomada do processo de ampliação do Sistema aconteceu quando assumiu a Pasta do Exército o General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena. Foram reativados, em 1993, os Colégios Militares de Curitiba, de Salvador, do Recife e de Belo Horizonte e ainda criados, neste mesmo ano, os Colégios Militares de Juiz de Fora e de Campo Grande e, em 1994, o de Santa Maria.

Em 1989, um século depois da criação do primeiro Colégio Militar, as meninas foram admitidas como alunas para cumprir as mesmas atividades curriculares dos meninos. No ano de 1995, formou-se a turma pioneira de alunas dos Colégios Militares. Anualmente, por ocasião dos concursos de admissão ao 6º ano do Ensino Fundamental e ao 1º ano do Ensino Médio, moças e rapazes disputam as vagas disponíveis em igualdade de condições.

Em 2001, foi criado o curso na modalidade de ensino a distância (CEAD), coordenado pelo Colégio Militar de Manaus, com a finalidade de oferecer o Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos aos dependentes de militares da região amazônica.

Em 2004, o ensino a distância foi ampliado, sendo oferecido também aos dependentes de militares em missão no exterior.

Em 2006, foi ofertado ensino a distância também para os alunos do Ensino Médio.

A partir de 2010, embasado nas concepções pedagógicas apontadas pelo Grupo de Trabalho para Estudo da Modernização do Ensino no Exército (GTEME), do ano de 1995 do então Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e em face das mudanças ocasionadas pelas inserções das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's), da Globalização, e de um novo cenário profissional configurado para o século XXI, o Comandante do Exército, assessorado pelo Estado-Maior do Exército (EME) e pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx), decidiu implantar uma nova abordagem pedagógica para nortear a formação de seu pessoal. Por meio da Portaria nº 152-EME, de 16 de novembro de 2010, foi aprovada a Diretriz para a Implantação da Nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira do Exército da Linha de Ensino Militar Bélico, destacada abaixo:

"6. ATRIBUIÇÕES
b. Departamento de Educação e Cultura Exército (DECEx)
1. Atribuições Técnico-Pedagógicas

(...) orientar a condução da nova Sistemática de Formação do Oficial de Carreira da Linha de Ensino Militar Bélico segundo um processo de ensino aprendizagem orientado pela 'educação por competências".

A partir de 2012, o DECEX, buscando estimular a implantação da nova abordagem nas escolas militares subordinadas, por meio da Portaria nº 38, de 12 de abril de 2012, manteve as normas em vigor apenas para as escolas que não tiveram condições de promover a implantação; as que tivessem condições de prosseguir na implantação regulariam suas atividades em dispositivos próprios e temporários.

Nesse mesmo ano, o Comandante do Exército, por meio da Portaria nº 137, de 28 de fevereiro de 2012, aprova a Diretriz para o Projeto de Implantação do Ensino por Competências no Exército Brasileiro, com o objetivo de desenvolver um projeto de ensino por competências no Sistema de Ensino do Exército e no Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB).

Diante da ordem emanada, a DEPA elaborou o Subprojeto de Implantação do Ensino por Competências (2012) com os seguintes objetivos:

- implantar o Ensino por Competências nos Colégios Militares;

- adequar toda a estrutura da educação básica à nova proposta metodológica;

- desenvolver a capacitação do corpo permanente dos CM de modo a estimular a inovação das práticas pedagógicas, o uso das tecnologias de informação e a conscientização da perspectiva dos multiletramentos como fundamento básico para o desenvolvimento das competências discentes;

- elaborar o Projeto Pedagógico do SCMB; e

- implementar metodologia específica para o combate ao fracasso escolar.

Esta grande mudança se voltou, principalmente, para as ações didático-metodológicas destinadas à formação do aluno do Colégio Militar que precisam estar em consonância com a legislação vigente (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Parâmetros Curriculares Nacionais), levando-se em conta o perfil etário, afetivo e cognitivo de seu público e a finalidade de sua missão.

Os termos competências e habilidades constam nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) desde 1998, com o propósito de inverter a ação pedagógica da escola tradicional, com seu ensino propedêutico e conteudista que levava os alunos à memorização dos conteúdos.

Nesta abordagem, as metodologias ativas devem preponderar sobre o conteudismo de forma a proporcionar aos alunos a possibilidade de, a partir de motivações e conhecimentos angariados previamente, estabelecerem uma conexão com o que será ensinado de forma a promover uma aprendizagem significativa.

Assim sendo, a aplicabilidade do conhecimento fica mais clara para o aluno que passa a se sentir mais motivado ao identificar a finalidade do que está aprendendo.

Ainda no ano de 2012, a DEPA foi renomeada para "Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial", pelo Dec Pres nº 7.809 de 20 de setembro de 2012, no bojo de um conjunto de adequações promovido pelo DECEx.

Em 2015, por intermédio da Portaria do Comandante do Exército nº 1.034, de 6 de agosto de 2015, foi criado o Colégio Militar de Belém (CMBel), localizado na capital paraense, destinado a atender o público pertencente ao Comando Militar do Norte.

Em 2018, o SCMB expandiu-se mais uma vez, com a criação do 14º CM: o Colégio Militar de São Paulo (CMSP), por intermédio da Portaria do Comandante do Exército nº 1.694, de 8 de outubro de 2018, com a finalidade de atender à família militar do Comando Militar do Sudeste.

Em 2022, atendendo ao anseio antigo da guarnição do Rio de Janeiro, foi criado o Colégio Militar da Vila Militar (CMVM), por meio da Portaria C Ex nº 1.873, de 23 de Novembro de 2022, funcionando nas dependências da Escola de Sargentos de Logística, (EsSLog). O CM iniciou suas atividades pedagógicas em 30 de Janeiro de 2023, com três turmas do 6º ano do ensino fundamental, perfazendo um total de 93 alunos. No dia 4 de fevereiro, ocorreu a entrada oficial dos primeiros alunos do Colégio Militar da Vila Militar.

Os Colégios Militares têm, hoje, uma destinação assistencial para atender à família militar em face de suas peculiaridades. Ao mesmo tempo em que assiste ao seu principal usuário, as atividades escolares dos CM culminam em uma finalidade preparatória destinada aos estabelecimentos de ensino militares, com prioridade para as Escolas Militares e para instituições civis de ensino superior.

Hoje, o SCMB é composto pelos seguintes Estabelecimentos de Ensino (Estb Ens)[1]:

Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)	-	1889
Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)	-	1912
Colégio Militar de Fortaleza (CMF)	-	1919
Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH)	-	1955
Colégio Militar de Salvador (CMS)	-	1957
Colégio Militar de Curitiba (CMC)	-	1958
Colégio Militar do Recife (CMR)	-	1959
Colégio Militar de Manaus (CMM)[2]	-	1971
Colégios Militar de Brasília (CMB)	-	1978
Colégio Militar de Campo Grande (CMCG)	-	1993
Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF)	-	1993
Colégio Militar de Santa Maria (CMSM)	-	1994
Colégio Militar de Belém (CMBel)	-	2015
Colégio Militar de São Paulo (CMSP)	-	2018
Colégio Militar da Vila Militar (CMVM)	-	2022

(1) por ordem de criação.
(2) criação do Curso Regular de Ensino a Distância (CREAD/CMM) - 2001.

CAPÍTULO 2

PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

UMA EDUCAÇÃO BASEADA NOS VALORES E TRADIÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

A proposta pedagógica do SCMB está fundamentada nos princípios e valores cultuados pelo Exército Brasileiro: respeito, camaradagem, lealdade, patriotismo, civismo, espírito de corpo, aprimoramento técnico-pessoal e fé na missão.

O SCMB ainda prima pelas seguintes características, apropriadas ao público-alvo: meritocracia, valor à família e culto às tradições.

Seção I
Características identitárias

1.1 Meritocracia

A meritocracia constitui-se uma das características identitárias dos alunos dos Colégios Militares. Considerando as diferentes áreas do conhecimento e as diferentes competências, os alunos que se destacam em diversas atividades escolares devem ser valorizados e assinalados dentre os seus pares como forma de estímulo e incentivo individual e coletivo.

O termo "meritocracia" foi popularizado pelo sociólogo e político britânico Michael *Young* ao inseri-lo no seu livro "*The Rise of the Meritocracy*" (1958), uma narrativa de ficção considerada distópica. Para *Young*, a meritocracia é um sistema ou princípio onde as posições, recompensas e reconhecimentos são atribuídos com base no mérito individual: nas habilidades, talentos, esforço e realizações de cada pessoa. O autor também reconhece que a meritocracia pode gerar desigualdades se mal conduzida, criticando-a ao longo da obra.

Embora ao longo dos anos a meritocracia enfrente críticas relacionadas principalmente a não considerar as desigualdades de heranças sociais e econômicas e as possíveis injustiças na avaliação do mérito, hoje, no contexto educacional brasileiro, vislumbramos sua presença na seleção de concursos públicos e de processos seletivos de universidades, na oferta de bolsas de estudos baseadas no desempenho, e na concessão de prêmios e reconhecimentos acadêmicos a estudantes que se destacam em olimpíadas de conhecimento, feiras científicas ou projetos de pesquisa.

No SCMB, a meritocracia está inserida em um ambiente escolar no qual a escola é o espaço onde todos têm a chance de competir em igualdade de condições: mesma infraestrutura, mesmo currículo, mesmo corpo docente, mesmas regras de convivência e mesmos critérios de avaliação.

Entende-se que o indivíduo (aluno) possui peculiaridades inerentes à sua origem, posição social, formação moral e condições inatas, mas essas características individuais são observadas e acompanhadas durante o processo educativo. As ações para minimizar as diferenças entre "os pontos de partida" fazem-se presentes nas avaliações mais amplas (cognitivas e socioemocionais), que consideram o contexto do aluno; em ações afirmativas como oferta de cotas e vagas para a Educação Especial, e pela busca de um Projeto Pedagógico que valoriza a colaboração, a diversidade de saberes e os múltiplos talentos.

Ciente dos desvios que a meritocracia pode ocasionar, o SCMB tem nos seus princípios uma das suas características identitárias, por acreditar no que suas premissas podem proporcionar: reconhecimento pelo desempenho individual, acesso a oportunidades baseado em competência e valorização da educação, do esforço e do talento.

1.2 Valor à família

Os Colégios Militares que integram o SCMB exercem um papel fundamental no apoio e na valorização da família militar, indo além de sua missão educacional. Ao priorizar o acesso à matrícula para dependentes de militares, especialmente aqueles em serviço ativo, é assegurada a estabilidade educacional em meio à rotina de transferências e deslocamentos frequentes das famílias militares, bem como à mitigação de problemas econômicos.

A família é vista como o pilar de apoio emocional e moral do militar, especialmente diante das exigências da carreira, como mudanças de sede, missões prolongadas, risco de vida e disciplina rígida. O Exército Brasileiro reconhece que uma família estruturada contribui diretamente para o desempenho do militar.

Mais do que uma iniciativa, a valorização da família é um dos objetivos estratégicos do Exército Brasileiro que visa ao fortalecimento da dimensão humana. O reconhecimento do capital humano – militares, servidores civis e suas famílias – é essencial para a eficácia da Força Terrestre.

No contexto da Educação Básica, os Colégios Militares oferecem um currículo que inclui valores como disciplina, civismo, patriotismo, ética e respeito à hierarquia, reforçando o ambiente cultural e moral da família militar, facilitando o alinhamento entre os valores ensinados em casa e os praticados na escola, fortalecendo o vínculo familiar e institucional.

O valor à família no contexto pedagógico está alinhado à teoria sociointeracionista de *Vygotsky*, ao defender que família e escola não são esferas separadas, mas interdependentes no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a mediação do conhecimento acontece na interação social. Quanto mais coerência, diálogo e colaboração houver entre esses dois ambientes, mais significativo será o desenvolvimento do aluno.

Ao promover eventos, reuniões e atividades culturais que envolvem diretamente os pais e responsáveis, os CM incentivam o acompanhamento escolar e o envolvimento das famílias nas atividades pedagógicas e formativas. A valorização também se estende ao apoio psicossocial, uma vez que os CM contam com equipes multidisciplinares – psicólogos, pedagogos e assistentes sociais – que prestam apoio às famílias em momentos cruciais de adaptação ou dificuldade.

Os Colégios Militares que integram o SCMB são instrumentos estratégicos do Exército para apoiar a família militar, oferecendo educação de qualidade e fortalecendo o elo entre a instituição e seus integrantes por meio de suporte direto às famílias, na construção de identidade e na formação ética de seus dependentes.

1.3 Culto às tradições

O desenvolvimento do culto às tradições no ambiente escolar dos Colégios Militares é uma missão estratégica e formativa que visa integrar os valores do Exército Brasileiro à formação moral, cívica e intelectual dos alunos, sendo realizado de forma pedagógica, respeitosa e gradual, valorizando a identidade institucional e incentivando o sentimento de pertencimento.

O termo "culto às tradições" está diretamente relacionado à valorização e à preservação da história, símbolos, rituais, feitos e valores que compõem a identidade da instituição.

É por intermédio da tradição que os valores, os ritos e o imaginário coletivo se mantêm perpetuados. Segundo Arendt (2016, 31),

> *"A memória, que é apenas um dos modos do pensamento, embora dos mais importantes, é impotente fora de um quadro de referência preestabelecido."*

Corroborando com a autora, por ser um sistema de ensino secular, o SCMB é cultuador de suas memórias como elemento vinculador e norteador de seu passado, presente e futuro.

O culto às tradições é inserido no cotidiano escolar por meio de múltiplos vetores:

1.3.1 Incorporação no Currículo Escolar

Estudo das batalhas históricas, dos heróis nacionais e marcos da participação do Exército nas disciplinas pertencentes à área do conhecimento das Ciências Humanas; leitura e interpretação de hinos, símbolos e documentos históricos na Instrução Cívico-Militar, disciplina pertencente à parte diversificada do currículo.

1.3.2 Oferta de Atividades Extracurriculares

Formação de Clubes e Grêmios voltados às Armas Militares e às Forças Armadas (FA), destinados aos estudos das tradições militares, visitas às instalações militares e estudo dos vultos históricos do Exército e das demais FA.

1.3.3 Cerimônias e Rituais Cívico-Militares

Hasteamento da Bandeira Nacional com execução do Hino Nacional em dias letivos; participação em formaturas regulares, com destaque para as datas magnas como o Dia do Exército (19 de abril), o Dia do Soldado (25 de agosto) e o Dia da Independência (7 de setembro).

1.3.4 Valorização do Exemplo

Palestras com veteranos, oficiais e ex-alunos que se destacaram na vida civil ou militar; contato com oficiais da reserva e a história da unidade escolar e do SCMB**.**

1.3.5 Patrimônio e Simbologia Escolar

Estudo do significado do Brasão do colégio, dos Uniformes, Distintivos e Insígnias; manutenção de um museu escolar ou espaço de memória com imagens, documentos e objetos históricos.

1.3.6 Avaliação e Incentivo

Premiação a alunos que demonstrarem espírito de corpo, disciplina exemplar e respeito às tradições; registro em boletins ou solenidades de valores cultivados**,** como lealdade, respeito, responsabilidade e civismo; **c**oncursos de redação e arte com temas relacionados às tradições e aos valores militares.

1.3.7 Fundamentação Normativa

Difusão de documentos – Normas e Regulamentos – tais como o Regimento Interno dos Colégios Militares, que define práticas cerimoniais e a importância da formação moral, e o Manual do Aluno do CM, que apresenta direitos, deveres e valores institucionais.

Seção II
Natureza

Segundo a lei de Ensino do Exército, em seu artigo 7º, os Colégios Militares, integrantes do Sistema de Educação e Cultura do Exército, possuem peculiaridades que os diferenciam dos estabelecimentos oficiais de ensino e os qualificam juridicamente como instituições educacionais *sui generis* (peculiares).

No Regulamento dos Colégios Militares, a definição que complementa a Lei de Ensino do Exército esclarece que:

> *"Os CM são organizações militares (OM) que funcionam como Estabelecimentos de Ensino (Estb Ens) de educação básica, com a finalidade de atender à Educação Preparatória e Assistencial. (art. 2º, do RCM, EB10-R-05.173)."*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) reconhece as peculiaridades jurídicas do ensino militar ao dispor em seu artigo 83:

> *"O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino".*

Do ponto de vista institucional, os Colégios Militares apresentam-se como organizações militares que funcionam como estabelecimentos de ensino de educação básica, com a finalidade de atender ao Ensino Preparatório e Assistencial, apresentando regime jurídico diverso dos estabelecimentos públicos pertencentes ao sistema regular de ensino, o que caracteriza, segundo relatório do Ministro do Supremo Tribunal Federal em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.082 (ADI 5.082/18 DF), uma natureza *sui generis* aos Colégios Militares em relação ao ensino público em estabelecimentos oficiais.

Seção III
Finalidade

O Sistema Colégio Militar do Brasil foi idealizado para apoiar a família militar e tem a seguinte finalidade:

> *"Art. 5º A missão dos CM é ministrar a educação básica, nos anos finais do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e no ensino médio.*
> *Parágrafo único. O ensino nos CM é realizado em consonância com a legislação federal de educação e obedece às leis e aos regulamentos em vigor no Exército (Art. 5º, do RCM, EB10-R-05.173)."*

Dessa finalidade emergem dois pilares de ensino sobre os quais se sustentam o Projeto Pedagógico do SCMB definindo a sua missão fundamental: os ensinos preparatório e assistencial.

O artigo 7º da Lei de Ensino do Exército aponta as duas vertentes de ensino fundamentais para os Colégios Militares:

> *"Art. 7º O Sistema de Ensino do Exército mantém, de forma adicional às modalidades militares propriamente ditas, o ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio, por intermédio dos Colégios Militares, na forma da legislação federal pertinente, ressalvadas suas peculiaridades".*

1.1 Ensino preparatório

O Ensino Preparatório deve ser entendido em dois sentidos: o *latu e o strictu*.

No sentido *latu*, o ensino preparatório prepara para a vida. Preparar para a vida é capacitar todos os discentes à busca ética da felicidade e da realização pessoal, entendendo como *em aberto*[2] esta capacitação.

No sentido *strictu*, o ensino preparatório deve habilitar todos os alunos ao prosseguimento dos estudos, seja pelo despertar das vocações militares, seja pela preparação aos processos seletivos ao ensino superior.

Este ensino deve, portanto, preparar para a sociedade do futuro, marcada pelo avanço tecnológico, pelo mercado de trabalho volátil e competitivo, onde a posse do conhecimento não é suficiente, mas, também, pela flexibilidade de seu emprego em conjunção às relações interpessoais.

1.2 Ensino assistencial

A educação assistencial remete à gênese e à justificativa do próprio SCMB: a busca do equacionamento das vicissitudes inerentes à profissão militar, das dificuldades impostas à família castrense que impactam o moral da tropa.

Foi o reconhecimento, pelo Duque de Caxias, da necessidade de amparo aos dependentes dos militares que deu origem ao SCMB. Eliminar ou minimizar aquelas desvantagens produzidas pelas características intrínsecas ao labor castrense (movimentações constantes, moradia em localidades inóspitas, menor convivência com a família, etc.) passou a ser uma missão que, com seu cumprimento, reverteria em ganho para o moral da tropa, entendido como o conjunto de condições biopsicossociais necessárias ao desempenho das funções militares.

É pelo reconhecimento da primazia do ensino assistencial e de sua articulação com o ensino preparatório que cresce de importância o apoio pedagógico, entendido em duas dimensões: como atividade pontual destinada ao resgate dos alunos com dificuldades de aprendizagens – os quais, em sua grande maioria, advêm da família militar – e como conjunto de ações em que todo o Colégio se alinha em favor da finalidade assistencial. O desafio para o SCMB passa a ser a construção dessa articulação: levar os alunos que necessitam do apoio pedagógico à consecução exitosa de seus objetivos pessoais.

1.3 O SCMB e a concepção de transformação do EB 2024 a 2039

O SCMB insere-se, de forma subjacente, na 1ª fase da Transformação do EB, que englobará três ciclos estratégicos (2024 a 2027, 2028 a 2031 e 2032 a 2035). Esta fase constará, basicamente, da implementação das ações decorrentes das Diretrizes Estratégicas de Transformação (DET).

As DET indicam aos diversos macros sistemas da Instituição a necessidade de adoção de medidas para tornar o EB apto para enfrentar as demandas vislumbradas no cenário operacional futuro, bem como viabilizam o planejamento à luz do Conceito Operacional do Exército Brasileiro (COEB).

Conforme descrito nas DET referentes ao Pessoal, a promoção da qualidade de vida e o suporte aos militares e seus dependentes representam um compromisso institucional ímpar, dadas as

---

2 *Em aberto,* porque não se destina a um fim previamente definido pelos Colégios Militares, mas à pluralidade de prosseguimentos possíveis dos estudos ou, até mesmo, ao seu não prosseguimento.

especificidades da profissão militar. O apoio integral à família militar deve ser objeto de contínuos esforços de aprimoramento em todos os níveis.

Nesse contexto, o Plano Estratégico do Exército (PEEx) apresenta, dentro dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE 8 - "Aperfeiçoar os Sistemas de Educação, Cultura e Capacitação Física"), a *Estratégia 8.4* que visa à "ampliação da educação preparatória e assistencial em apoio à família militar", tendo como ação a ampliação do Sistema Colégio Militar do Brasil, a partir das seguintes iniciativas estratégicas, para o ciclo 2024-2027:

> *"8.4.1.1 Implantar o Colégio Militar da Vila Militar (Rio de Janeiro/RJ); período de execução até 2035;*
> *8.4.1.2 Prosseguir na implantação do Colégio Militar de Belém; período de execução até 2031;*
> *8.4.1.3 Prosseguir na implantação do Colégio Militar de São Paulo; período de execução até 2027."*

O SCMB alinha-se à concepção de transformação do EB, dentro de uma das áreas de atuação contida no Projeto Força 40: *Educação e Pessoal*. O Projeto é uma iniciativa do Exército Brasileiro para identificar e desenvolver as capacidades militares necessárias no enfrentamento dos desafios do futuro até 2040, focando em transformações tecnológicas, operacionais e doutrinárias, incluindo investimentos em inteligência artificial, robótica, defesa cibernética e plataformas autônomas.

Ao despertar o aluno para as carreiras militares, na consecução de seus estudos acadêmicos, o SCMB desenvolve competências e habilidades em seu currículo e em suas práticas pedagógicas visando contribuir para a formação e capacitação de futuros militares com perfis diversificados e especializados nas novas áreas tecnológicas.

Seção IV
Filosofia

O SCMB é integrante do Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEx) e se propõe a ser um sistema de ensino de vanguarda e excelência no que se refere à condução da educação básica.

Como integrante do SECEx, o SCMB é composto pelos 15 (quinze) Colégios Militares (CMRJ, CMPA, CMF, CMBH, CMS, CMC, CMR, CMM, CMB, CMJF, CMCG, CMSM, CMBel, CMSP e CMVM), escolas públicas oficiais que se propõem à produção, mediação e construção do conhecimento por meio da abordagem do ensino por competências, dos valores morais e cívicos e do amor à Pátria.

1.1 Valores Fundamentais

Os atributos definidos a seguir constituem-se valores fundamentais que perpassam de forma transversal todas as práticas escolares desenvolvidas nos Colégios Militares.

1.1.1. Respeito - capacidade de o indivíduo ter apreço, admiração e consideração pelo próximo, entendendo as diferenças. No sentido etimológico a palavra remete à ação de "olhar novamente", trazendo a ideia de reconhecimento e de algo que merece ser visto de forma justa.

1.1.2. Camaradagem - capacidade de o indivíduo manifestar amizade, apreço e de uma reação recíproca a ele demonstrada. A camaradagem implica convívio e companheirismo.

1.1.3. Lealdade - capacidade de o indivíduo demonstrar fidelidade, dedicação e sinceridade a outras pessoas e a Instituições. A origem etimológica latina da palavra remete à ideia de conservação, preservação e manutenção das origens.

1.1.4. Patriotismo - sentimento de amor, devoção e orgulho ao País. É por meio desse sentimento que o indivíduo valoriza as tradições, seus vultos históricos, seus patrimônios materiais e imateriais.

1.1.5. Civismo - práticas que refletem o patriotismo. Por meio do hasteamento à Bandeira Nacional, do Canto do Hino Nacional, da presença da Bandeira Nacional em todas as salas de aula, da valorização dos feitos e vultos históricos, o civismo é praticado nos CM como forma de demonstrar a importância da paz, do diálogo, da honra e da fidelidade do cidadão para com seu País e sua gente.

1.1.6. Espírito de corpo ou sentimento de pertença - o termo 'espírito de corpo' refere-se à percepção individual que o indivíduo agrega a respeito de seu pertencimento dentro de um determinado grupo, nesse caso, materializado pela ideia de 'aluno do Colégio Militar'. Ser aluno de um CM significa partilhar seus hábitos, tradições, e pertencer a uma coletividade, buscando participar e defender seus interesses.

1.1.7. Princípio da autoridade - reconhecer a figura do líder, do comandante, do responsável, do professor, da pessoa sob a qual está investido o dever de conduzir e de liderar. Não existe na natureza nenhum grupo que subsista sem liderança e sem autoridade. Reconhecer, respeitar e desenvolver liderança faz parte, também, do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, concordamos com Arendt (2016) quando a autora esclarece que:

> *"(...) o problema da educação no mundo moderno está no fato de, por sua natureza, não poder esta abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição. Isso significa, entretanto, que não apenas professores e educadores, porém todos nós, na medida em que vivemos em um mundo junto a nossas crianças e aos jovens, devemos ter em relação a eles uma atitude radicalmente diversa da que guardamos um para com o outro. Cumpre divorciarmos decisivamente o âmbito da educação dos demais, e acima de tudo do âmbito da vida pública e política, para aplicar exclusivamente a ele um conceito de autoridade e uma atitude face ao passado que lhe são apropriados, mas não possuem validade geral, não devendo reclamar uma aplicação generalizada no mundo dos adultos. (Arendt 2016, p. 245 e 246)"*

1.1.8. Disciplina - valor de rigorosa obediência às leis, aos regulamentos, normas e disposições; pressupõe a correção de atitudes na vida pessoal e profissional e exige a pronta obediência às ordens dos superiores e o fiel cumprimento do dever.

1.1.9. Aprimoramento técnico-pessoal - desenvolver a capacidade de se aperfeiçoar, aprender, crescer não somente no sentido mais comum (afeito ao cognitivo), mas em todas as dimensões, através da sua vida.

1.1.10. Fé na missão do Exército - reconhecer a importância do Exército como Instituição que contribui para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social.

Seção V
Objetivos

As metas gerais relacionadas no art. 6º do Regulamento dos Colégios Militares, sintetizam com precisão os objetivos educacionais propostos para os Colégios Militares:

> *"Art. 6º A ação educacional conduzida nos CM é realizada segundo os valores, os costumes e as tradições do Exército Brasileiro (EB) e tem as seguintes metas pedagógicas:*
> *I - desenvolver atitudes e incorporar valores familiares, sociais e patrióticos que assegurem a formação de um cidadão patriota, cônscio de seus deveres, seus direitos e suas responsabilidades, qualquer que seja o campo profissional de sua preferência;*
> *II - desenvolver as competências e as habilidades fundamentais ao prosseguimento dos estudos acadêmicos e não, simplesmente, conhecimentos supérfluos que se encerrem em si mesmos;*
> *III - desenvolver a autonomia no aluno, fazendo-o compreender o significado das áreas de estudo e das disciplinas, de forma a capacitá-lo para a pesquisa permanente das informações necessárias;*
> *IV - desenvolver hábitos saudáveis à vida em sociedade, por meio dos seguintes atributos:*
> *a) respeito aos direitos e aos deveres da pessoa humana, do cidadão patriota, da família, dos grupos sociais, do Estado e da nação brasileira; e*
> *b) participação produtiva na sociedade, no exercício responsável de sua futura atividade profissional.*
> *V - estimular o hábito saudável da atividade básica, buscando o desenvolvimento corporal, o preparo físico e a prática constante do esporte; e*
> *VI - despertar a vocação para a carreira militar." (Art. 6º, do RCM, EB10-R-05.173)*

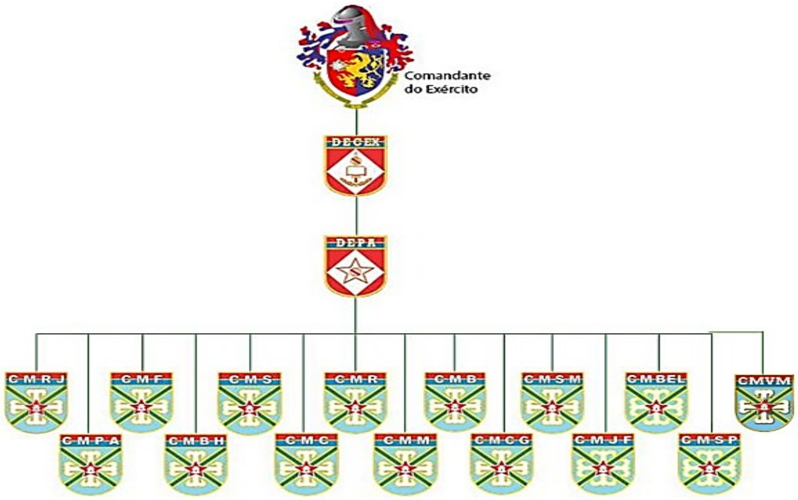
Seção VI
Subordinação

O SCMB é subordinado à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) cuja missão é:

> *"Planejar, coordenar, controlar e supervisionar a condução da Educação Básica e a avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem nos Colégios Militares, bem como estabelecer a ligação técnica com as organizações de ensino determinadas pelo Escalão Superior. (Art. 1º, do Reg DEPA, EB10-R-05.034)"*

Nesse sentido, a DEPA, por sua vez subordinada ao DECEx, é um órgão de apoio setorial que busca continuamente níveis superiores de qualidade do ensino, apoiada nas tecnologias da informação e das comunicações, alicerçada nos valores e nas tradições do Exército Brasileiro, com ênfase na educação assistencial, voltada para a família militar.

1.1 Organograma



Seção VI
Níveis e Modalidades de Ensino

1.1 Níveis de Ensino

O SCMB atua nos seguintes segmentos:

a. Ensino Fundamental II - do 6º ao 9º ano; e

b. Ensino Médio - 1º ao 3º ano.

Conforme descrito nos art. 29 e 30 do RCM/2022, o Ensino Fundamental e Médio no SCMB têm as seguintes características:

> *"Art. 29. O ensino fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:*
> *I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;*
> *II - a compreensão do ambiente natural e do social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;*
> *III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e de habilidades e a formação de atitudes e de valores; e*
> *IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social."*
> *"Art. 30. O ensino médio tem como finalidades:*
> *I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;*
> *II - a preparação básica do educando para o trabalho e a cidadania, tornando-o capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento;*

III - o aprimoramento do educando como pessoa, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, a partir dos valores e das tradições do EB;
IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina; e
V - preparação do aluno do ensino médio, por meio dos Itinerários Formativos, para a aprovação nos concursos destinados às escolas militares e nos exames vestibulares. (Art. 29 e 30, do RCM, EB10-R-05.173)".

1.2 Modalidades de ensino

O SCMB oferta a Educação Básica na modalidade presencial e, em condições excepcionais, na modalidade a distância.

O Ensino a Distância é ofertado por meio do Curso Regular de Educação a Distância, coordenado pelo Colégio Militar de Manaus, amparado pelos art. 80 e 83 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), em consonância com a Lei nº 9.786, de 08 de fevereiro de 1999 - Lei do Ensino do Exército, que passou a contemplar a possibilidade da adoção dessa modalidade de ensino, como de caráter temporário e excepcional, listando o que se enquadra nesses critérios.

CAPÍTULO 3
PERFIS DO CORPO ESCOLAR

Seção I
Perfil do discente

O discente do Colégio Militar deve apresentar em seu perfil as seguintes habilidades:

I - Possuir atitudes e incorporar valores familiares, sociais e patrióticos que lhe assegurem um futuro de cidadão patriota, cônscio de seus deveres, direitos e responsabilidades, qualquer que seja o campo profissional de sua referência, civil ou militar;

II - Possuir as competências e habilidades fundamentais ao prosseguimento dos estudos acadêmicos e não simplesmente conhecimentos supérfluos que se encerrem em si mesmos;

III - Ser autônomo e compreender o significado das áreas de estudo e das disciplinas, enquanto participante do processo histórico da transformação da sociedade e da cultura, buscando e pesquisando, de forma continuada, informações relevantes;

IV - Possuir atitudes, valores e hábitos saudáveis à vida em sociedade: respeitando os direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão patriota, da família, dos grupos sociais, do estado e da nação brasileira; posicionando-se criticamente diante da realidade, assumindo responsabilidades sociais; e participando produtivamente da sociedade, no exercício responsável de sua futura atividade profissional;

V - Entender a necessidade da prática de atividade física como hábito essencial à saúde;

VI - Ter despertado a sua vocação para a carreira militar; e

VII - Ser consciente e responsável a respeito do uso ético das ferramentas digitais, das redes sociais e da proteção de informações pessoais suas ou de outrem.

Seção II
Perfil do docente

O docente do SCMB, além de cumprir as disposições regulamentares, as instruções, diretrizes, normas e ordens que regem a administração escolar, deve apresentar em seu perfil as seguintes características e habilidades:

I - Ser leal à Instituição Exército Brasileiro, manifestando esse atributo nas suas práticas pedagógicas;

II - Compreender e conhecer, na disciplina, os objetos do conhecimento a serem ensinados e sua tradução em objetivos de aprendizagem, sempre alinhados ao Projeto Pedagógico;

III - Trabalhar a partir das representações dos alunos, dos erros e dos obstáculos à aprendizagem, exercendo o papel de mediador da aprendizagem;

IV - Ter uma visão da amplitude do seu trabalho em sua relação com os demais atores da escola;

V - Envolver os alunos em atividades de pesquisa e em projetos de conhecimento;

VI - Conceber e administrar situações-problema ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos;

VII - Adquirir uma visão ampla dos objetivos do ensino;

VIII - Suscitar o desejo de aprender, explicitar a relação com o saber, o sentido do trabalho escolar e desenvolver no aluno a capacidade de auto avaliação;

IX - Estar sempre alinhado com as novas tecnologias digitais da informação e comunicação;

X - Exercer a liderança sobre os alunos, mediante o exemplo e a prática do princípio de autoridade; e

XI - Refletir os valores da vida militar, como referência positiva para os alunos; e

XII - Ser capaz de desenvolver uma cultura digital no ambiente escolar, utilizando as tecnologias de maneira crítica, ética e educacionalmente significativa.

Sobre o perfil do docente, cabe, ainda, explicitar que concordamos com o postulado por Arendt (2016) a respeito do papel do professor e de sua atuação como educador no âmbito do SCMB:

> *"Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte na sua educação. Na educação, essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade. A autoridade do educador e as qualificações do professor não são a mesma coisa. Embora certa qualificação seja indispensável para a autoridade, a qualificação, por maior que seja, nunca engendra por si só autoridade. A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que*

> *ele assume por este mundo. Face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: Isto é o nosso mundo." (ARENDT 2016)*

Ao integrar o CM, o professor assume compromisso com o SCMB, e, por extensão, com o Exército Brasileiro, instituição reguladora e mantenedora dos Colégios Militares. Isso posto, o professor está vinculado a toda uma sistemática de conduta exigida em uma rede de Colégios integrados que primam pelo bem maior: a educação de crianças e jovens em uma perspectiva pautada pelos valores e tradições da educação militar.

Reconhecer seu lugar nesse cenário educacional, é, por si só, reconhecer o princípio de autoridade que rege toda a vinculação administrativo pedagógica da ação/práxis docente a ser desenvolvida profissionalmente.

Seção III
Perfil do agente de ensino

O Agente de Ensino do SCMB é todo o profissional que atua na área da educação e do ensino dos alunos de forma direta ou indireta, inserindo neste grupo todos os integrantes da Divisão de Ensino e do Corpo de Alunos que, além de cumprir as disposições regulamentares, as instruções, diretrizes, normas e ordens que regem a administração escolar, deve apresentar em seu perfil as seguintes características e habilidades:

I - Ser leal à Instituição Exército Brasileiro, manifestando esse atributo nas suas práticas pedagógicas;

II - Apoiar o trabalho docente, planejando, coordenando e subsidiando as atividades escolares, sempre alinhados ao Projeto Pedagógico;

III - Trabalhar a partir das representações expressas no marco situacional, na representação dos alunos, exercendo o papel de mediador da aprendizagem;

IV - Estimular ações para a participação ativa da família na escola;

V - Exercer a liderança sobre os alunos, mediante o exemplo e a prática do princípio de autoridade;

VI - Refletir os valores da vida militar, como referência positiva para os alunos; e

VII - Ser capaz de desenvolver uma cultura digital no ambiente escolar, utilizando as tecnologias de maneira crítica, ética e educacionalmente significativa.

Seção IV
Perfil da família

A família que busca o SCMB como educandários para seus dependentes denotam com essa atitude:

I - A confiança e a concordância com seu Projeto Pedagógico;

II - O entendimento de que a educação de seus filhos depende da parceria escola-família;

III - O apoio aos professores no estabelecimento de limites e na firmeza e coerência com que filhos e alunos assumam e compreendam o "não";

IV - O empenho e a dedicação em assumir o quadro de valores e referências que expressem a mesma linguagem utilizada nos Colégios Militares;

V - A adoção da linguagem dos três "Es" – elogiar, escutar e exemplificar – no acompanhamento dos estudos discentes;

VI - O envolvimento nos projetos pedagógicos planejados pelos Colégios Militares;

VII - A cooperação voluntária para atividades não-pedagógicas seja no engajamento da organização como na oferta de meios para realizá-las;

VIII - A cooperação no combate às práticas preconceituosas e discriminatórias;

IX - A ajuda na realização das tarefas escolares pelos seus dependentes; e

X - O envolvimento na educação digital discente, promovendo a conscientização de seus filhos quanto à segurança online, bem como no apoio ao aprendizado das atividades escolares digitais.

CAPÍTULO 4
FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Seção I
Concepção de Educação

O Glossário de Termos e Expressões de Educação e de Cultura do Exército, edição 2015 (EB60-G-05.001) aprovado pela Portaria nº 144-DECEx, de 18 de agosto de 2015, apresenta um conceito de educação como uma ação que compreende diferentes atores, espaços (a família, o movimento social, a igreja, a mídia etc.) e dinâmicas formativas, efetivada por meio de processos sistemáticos e assistemáticos. Para alguns teóricos, ela se restringe às diferentes etapas de escolarização que se apresentam de modo sistemático, por meio do sistema escolar.

No âmbito do SCMB, a concepção de educação está diretamente relacionada à construção de competências e de habilidades, afeitos sempre ao desenvolvimento dos multiletramentos no entendimento de que a aprendizagem se dá num *continuum*, e que aprendemos sempre e além apesar da escola.

Falar de educação é entender que desde o nascimento o ser humano está em constantes interações e que é nessas trocas, que o indivíduo cresce e aprende a viver e conviver em sociedade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, quando se fala de educação, na verdade está se falando de dar significado ao meio em que se vive por meio de mediações realizadas pela família, pela escola e por todos os círculos sociais de que o indivíduo participa, e por meio dos quais os hábitos, costumes e valores de um determinado grupo social são transferidos de uma geração para a geração seguinte.

O conceito de educação no âmbito dos Colégios Militares está diretamente interseccionado pela tríade: mediação e manutenção dos valores e tradições do Exército Brasileiro,

valores e tradições das famílias e do *modus operandi* da práxis pedagógica ao desenvolver o Projeto Pedagógico.

Esse conceito adotado pelos Colégios Militares é ratificado por Arendt (2016) ao afirmar que:

> *"Não se pode educar sem ao mesmo tempo ensinar; uma educação sem aprendizagem é vazia e, portanto, degenera, com muita facilidade, em retórica moral e emocional. É muito fácil, porém, ensinar sem educar, e pode-se aprender durante o dia todo sem por isso ser educado." (p. 247).*

Seção II
Concepção de Ensino

Ainda de acordo com o Glossário de termos do DECEx, a palavra ENSINO é entendida como "a ação formal exercida de maneira sistemática e intencional para desenvolver a capacidade física, intelectual e moral do indivíduo." Para diversos autores o conceito de ensino está diretamente relacionado às questões didático-metodológicas do desenvolver o currículo formal da escola. Nesse sentido, no SCMB, o ensino é desenvolvido focado no desenvolvimento das competências e das habilidades, em uma perspectiva fundamentada nos princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e dos multiletramentos.

Assumindo o ensino híbrido, a partir de 2021, busca-se aprender e ensinar com tecnologias, sempre tendo como alvo um aluno ativo, autônomo e crítico. Durante os próximos cinco anos o SCMB viverá profundas mudanças e capacitações para aprimorar as novas tecnologias digitais de informação e comunicação, bem como da prática de metodologias ativas.

Essa inserção do ensino híbrido é um legado herdado do ano de 2020, quando os Colégios Militares precisaram se reinventar a fim de manter seus corpos docente e discente ativos, em face das consequências advindas da pandemia da COVID-19.

Para o próximo quinquênio, 2026-2030, o ensino no SCMB continuará focado no desenvolvimento das competências e das habilidades, na mesma perspectiva fundamentada nos princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e dos multiletramentos. O diferencial a ser buscado é a consolidação dos fundamentos da educação digital no cotidiano discente e docente.

Seção III
Concepção de Currículo

Elemento fundamental para a concretização do PP/SCMB, o currículo é um instituto pedagógico que abarca as dimensões tangíveis e intangíveis da escola (formal, não formal, oculta e ubíqua). Ele contém os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos estudantes; os planos pedagógicos elaborados pelos professores; as competências e habilidades a serem desenvolvidas por meio do processo de ensino; os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

Inserido no Sistema de Educação e Cultura do Exército (SECEx), o currículo nos Colégios Militares é baseado no ensino por competências, sendo competência definida como "a ação de

mobilizar recursos diversos, integrando-os, sinérgica e sincronicamente, para decidir e atuar em uma família de situações".

O Ensino por Competências no SECEx tem como características:

I - desenvolver a autonomia e o pensamento crítico e reflexivo;

II - ser necessariamente contextualizado, em situações passíveis de serem vivenciadas pelo discente, quando de sua atuação profissional ou em sua vida cotidiana;

III - ser interdisciplinar, integrando conhecimentos de diversas áreas para solucionar um problema;

IV - ter o discente no centro do processo ensino-aprendizagem; e

V - privilegiar o aprender-a-aprender.

O documento de currículo no SCMB é composto pelos Planos de Sequências Didáticas (PSD), Planos de Execução Didática (PED) e Planos de Aula (PA).

Os PSD e PED são organizados conforme as seguintes áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Área Cívico-Militar.

A área de Linguagens é composta pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Redação, Língua Estrangeira Moderna (Inglês), Arte e Educação Física.

A área de Matemática congrega a disciplina de forma autônoma.

A área de Ciências da Natureza é composta pelas disciplinas de Ciências Naturais, Biologia, Física e Química.

A área de Ciências Humanas é composta pelas disciplinas de História, Geografia, Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso, esta última de oferta obrigatória nos anos do ensino fundamental, mas de adesão facultativa pelos alunos.

Além das disciplinas pertencentes às áreas descritas, compõem a carga-horária curricular as disciplinas Instruções Cívico-Militares (ICM) e as Atividades Cívico-Militares (ACM), visando ao desenvolvimento de competências e habilidades atitudinais. As disciplinas ICM e ACM compõem a área Cívico-Militar, área de conhecimento exclusiva e identitária do Sistema Colégio Militar do Brasil.

Seção IV
Os Pilares do Currículo

1.1. Contextualização

A concepção de contextualização deve ser entendida como uma forma de se *re-enraizar* o texto / o conhecimento, ao seu local de origem ou a outro contexto que lhe forneça significado e construa sentido. É nessa acepção que a Educação por Competências evoca o conceito de contextualização como um de seus pressupostos fundamentais.

A ideia de construir uma aprendizagem significativa - na concepção de aprendizagem que leva o aluno a aplicar o que aprendeu, deixando de ser "autômato" para ser "autônomo" - parte da consideração de se relacionar diferentes contextos aos objetos de saber. Uma vez que os fazeres visam à

resolução de situações-problema, é imprescindível que o conteúdo que está sendo mediado seja colocado dentro de um contexto conhecido ou articulado.

1.2. Interdisciplinaridade

É uma estratégia que visa a uma comunicação efetiva entre as disciplinas/objetos de saber que possibilite a construção do conhecimento pelo educando de forma integrada.

Por isso, constitui-se num pressuposto fundamental para que a educação por competências ocorra de forma plena já que:

a) engloba mais de uma disciplina;

b) adota uma abordagem teórico-metodológica comum às disciplinas;

c) promove a integração dos resultados obtidos;

d) busca a resolução das situações-problema por intermédio das disciplinas envolvidas; e

e) mantêm preservados os interesses peculiares de cada disciplina.

1.3. Multiletramentos

A perspectiva dos Multiletramentos está ligada diretamente à importância e ao papel que a leitura e a escrita exercem na sociedade em suas atividades cotidianas, ou seja, nas práticas sociais que regem o dia a dia de uma sociedade sujeita a mudanças tecnológicas e sociais. O ato de ler articula diferentes modalidades de linguagem além da escrita como a imagem, a fala e a música, ampliando as maneiras de compartilhar informações e conhecimentos, além da capacidade de ler e produzir textos.

1.4. Educação em Valores

A Educação em Valores constitui-se em uma grande exigência da sociedade atual em face de sua nova configuração. A escola, a responsável pela formação do cidadão para a vida, deve buscar o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o mundo do trabalho. É explicitada na LDBEN, no seu artigo 3º e no artigo 27, onde determina que os conteúdos curriculares da educação básica observem, ainda, as seguintes diretrizes “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática” (inciso I do art.27).

Mais do que simplesmente ser um cumprimento ao previsto na LDBEN, a Educação em Valores no SCMB abarca, ainda, os valores, os costumes e as tradições do Exército Brasileiro, com o objetivo, inclusive, de despertar vocações para a carreira militar. Não obstante tão somente constar dos planejamentos ou servirem como temas transversais, os valores e as atitudes precisam ser reconhecidos, vividos e compartilhados pelos alunos no dia a dia de sua estada no Colégio e, nesse mister, os agentes de ensino exercem um papel fundamental.

1.5. Iniciação Científica

Tem o objetivo de propiciar ao aluno entrar em contato com interessantes questões no ramo das Ciências, ampliando o seu conhecimento científico e preparando-o para um futuro desempenho profissional e acadêmico. Desenvolvido por meio de Programas de Iniciação Científica em parceria com instituições renomadas, tem como maior propósito despertar a vocação científica e incentivar talentos em potencial dentre os estudantes do SCMB, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica básica.

1.6. Formação de leitores

O estímulo à leitura é tarefa de todas as disciplinas pelo reconhecimento de sua importância no desenvolvimento da formação intelectual do indivíduo. A formação de leitores no SCMB se realiza pela execução de Programas de Leitura que partem da seleção voluntária de livros indicados pelo público-alvo e culminam em atividades voltadas para cultivar o hábito e o gosto pela leitura como a realização de feira de livros, participação em concursos literários, palestras e encontros com autores. A partir dos conceitos dos multiletramentos, que apontam para a existência de uma multiplicidade de linguagens nos textos (impressos, digitais, em mídias audiovisuais), todas as disciplinas devem ensinar a ler e a escrever conforme o conjunto de práticas de seus letramentos específicos.

1.7. Educação digital e midiática

A educação digital tem o objetivo de permitir o desenvolvimento das habilidades necessárias para viver, trabalhar e participar efetivamente na sociedade digital atual, incluindo não só a utilização de dispositivos e ferramentas tecnológicas, mas também a literacia digital, a ética digital, a segurança cibernética, a compreensão das mídias sociais, a análise crítica das informações online e a capacidade de navegar e colaborar no ambiente digital de maneira responsável e eficaz.

A educação digital e midiática será desenvolvida no currículo, inicialmente, de forma transversal, a partir dos objetivos previstos no Programa de Educação Digital do SCMB.

Seção V
Elementos do Currículo

1.1. Propostas Filosóficas das Áreas do Conhecimento

1.1.1. Ciências e suas Tecnologias - A aprendizagem das disciplinas que compõem a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias deve proporcionar, ao aluno do SCMB, condições de, por meio da alfabetização e do letramento científicos, concomitantemente, estar preparado para enfrentar, de forma crítica e ética, os desafios da sociedade contemporânea.

1.1.2. Matemática - O estudo da Matemática no SCMB deve proporcionar aos alunos a possibilidade de identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta. Além disso, deve possibilitar aos alunos estabelecer conexões entre temas matemáticos de diferentes campos e entre esses temas e conhecimentos de outras áreas curriculares de modo a estar preparado para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea.

1.1.3. Linguagens e suas Tecnologias - A aprendizagem das disciplinas que compõem a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias deve proporcionar ao aluno do SCMB condições de, por meio do desenvolvimento da competência discursiva e dos multiletramentos, mediados pelos valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro, concomitantemente, estar preparado para enfrentar, os desafios da sociedade contemporânea.

1.1.4. Ciências Humanas e suas Tecnologias - O estudo das Ciências Humanas e suas Tecnologias tem como proposta desenvolver competências e habilidades no aluno do SCMB, a partir da apreensão de conceitos estruturantes como cultura, relações sociais, ética, identidade e trabalho, que o permita refletir e compreender a experiência humana no tempo e no espaço, baseado em fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ecológico-ambientais e técnico-científicos. Nesse sentido, deve contribuir para que o aluno adquira uma postura crítica e ativa em relação à sociedade e que se perceba

como agente social capaz de transformar seu meio, defendendo valores como o civismo, o patriotismo e a democracia, participando da edificação de uma sociedade mais justa.

1.1.5. Cívico-Militar - A Área de Conhecimento Cívico-Militar constitui-se em área exclusiva e identitária do SCMB. Tem como proposta desenvolver competências e habilidades no aluno, a partir da apreensão de conceitos estruturantes como relação entre individualidade e coletividade, ética, disciplina, hierarquia, direito, dever e patriotismo, que o permita refletir, compreender e vivenciar aspectos básicos da rotina militar, baseado em princípios e valores cultuados pelo Exército Brasileiro. Deve contribuir para que o aluno adquira uma postura crítica e ativa em relação à sociedade, a partir dos pressupostos do civismo, da moralidade, da honestidade e da democracia, e que se perceba como um ator social, participando da edificação de uma sociedade mais justa.

1.2. Propostas filosóficas das disciplinas

1.2.1. Arte - O aprendizado da Arte possibilita ao aluno a compreensão das linguagens (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro), buscando a formação de um cidadão crítico, criativo e participativo na sociedade a partir do estudo dos referenciais teóricos e da análise das produções artísticas em suas dimensões histórica, filosófica, sociológica, científica e tecnológica.

1.2.2. Biologia e Ciências Naturais - O estudo da Biologia e das Ciências Naturais, a partir do conhecimento científico-tecnológico historicamente acumulado pela humanidade, busca a compreensão dos fenômenos naturais. Dentro dessa perspectiva, a Biologia e as Ciências Naturais, estudando a vida em toda sua diversidade e complexidade, devem fornecer condições para o aluno reconstruir a relação ser humano/natureza, visando ao desenvolvimento de uma consciência individual, social e planetária, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de julgar, tomar decisões fundamentadas e que estejam eticamente comprometidos com a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável.

1.2.3. Educação Física - A Educação Física trata da cultura corporal de movimento destacando os contextos histórico, social e regional, bem como respeitando as individualidades. Dessa forma, promove a interação das dimensões psicomotora, cognitiva, afetiva, social e física, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento de competências, habilidades, autonomia e cooperação do indivíduo. A Educação Física concebe o aluno como ser humano integral responsável por produzir uma consciência da importância da atividade para a saúde, prevenindo doenças, sobretudo aquelas relacionadas à obesidade, ao sobrepeso e às síndromes metabólicas e enfermidades vinculadas ao sistema cardíaco e circulatório.

1.2.4. Ensino Religioso - O Ensino Religioso ministrado nos Colégios Militares, assegurando o respeito às diferenças cultural e religiosa do Brasil, e orientado conforme a LDB: “vedadas quaisquer formas de proselitismo”, visa ao significado da existência humana em sua cultura e religiosidade, possibilitando garantir ao cidadão o acesso ao fenômeno religioso e ao conhecimento de suas manifestações nas diferentes denominações religiosas.

1.2.5. Ética no Mundo Digital - A disciplina Ética no Mundo Digital compõe a parte diversificada do currículo e é transversal a todas as áreas do conhecimento, tendo como premissas o desenvolvimento de uma relação ética e responsável com o mundo digital, a conscientização sobre respeito e privacidade nas interações *online*, e a proteção de informações pessoais e consequências ao acesso ilegal de conteúdos. Ofertada a todo o corpo discente, é um dos módulos do Programa de Educação Digital do SCMB.

1.2.6. Filosofia - Diante do elevado dinamismo nas mudanças de visões de mundo que afetam todas as áreas do conhecimento e do reconhecimento social, a disciplina de Filosofia propõe desenvolver um pensar reflexivo sobre a herança cultural, bem como sobre os assuntos, fatos e valores da atual sociedade de maneira a compreendê-los e sobre eles se posicionar de forma crítica e argumentativa, oral e escrita, respeitando, em seus posicionamentos, os distintos pensamentos, ações e culturas existentes em uma sociedade globalizada. O objetivo consiste em formar consciências críticas, autônomas e criativas capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais e situações novas.

1.2.7. Física - O estudo da Física deve contribuir para a formação de uma cultura científica efetiva. Para tanto, deve promover a Alfabetização e o Letramento Científicos do aluno, permitindo-lhe a interpretação dos fatos, fenômenos e processos naturais, situando e dimensionando a interação do ser humano com a natureza como parte da própria natureza em transformação. Para tanto, é essencial que o conhecimento de Física seja explicitado em sala de aula como um processo histórico, objeto de contínua transformação e associado às outras formas de expressão e produção humanas. O desenvolvimento de habilidades pela observação de fenômenos, entendimento de teorias, interpretação de gráficos e o uso de notações e símbolos, entre outras possibilidades, é uma importante contribuição que o estudo da Física tem a oferecer para essa Alfabetização e Letramento científicos. Além disso, o educando deve ser levado à reflexão de que a compreensão dos fenômenos naturais e a intervenção humana abrem novas perspectivas, junto com a necessidade de se pensar a questão da ética e da sustentabilidade.

1.2.8. Geografia - A Ciência Geográfica tem como objeto de estudo a localização, a distribuição e a relação recíproca entre os fenômenos físicos, biológicos e humanos no espaço terrestre. Trata-se de uma ciência multidisciplinar, pois alia o conhecimento de múltiplas disciplinas à metodologia de leitura e interpretação de textos, mapas, gráficos, ilustrações, quadros e tabelas. Desse modo, desenvolve no estudante habilidades e competências à localização e à compreensão dos fenômenos geográficos e constrói-lhe senso crítico-reflexivo acerca dos impactos ambientais causados ao longo do tempo pelas atividades técnico-científicas do homem, a fim de torná-lo um cidadão cônscio da necessidade ética de explorar e preservar o espaço de forma sustentável, conduzindo as gerações presentes e futuras a um ambiente ecologicamente equilibrado.

1.2.9. História - A disciplina de História propõe-se a habilitar o aluno para a construção do conhecimento histórico, possibilitando a formação de identidades e o respeito às diferenças do ser humano. O aluno deve compreender a História humana como uma experiência não linear, mas eivada de rupturas e continuidades. Para tanto, dialogando com os demais saberes, deve permitir que o estudante reflita e compreenda a experiência humana no tempo e no espaço, baseado em fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, filosóficos, ecológico-ambientais e técnico-científicos. Assim, deve contribuir para que o educando seja capaz de discernir, criticar e julgar e que se perceba em condições de interferir no seu meio, participando da edificação e do aperfeiçoamento da sociedade em que vive. O ensino da História do Brasil deve contemplar e valorizar as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, abordando as matrizes indígena, africana, europeia e asiática, destacando e compreendendo as Batalhas de Guararapes como marco fundador do Exército Brasileiro, além da participação de seus vultos históricos como, por exemplo, a ação de Duque de Caxias como estadista e a atuação do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon no processo de integração nacional, entre outros.

1.2.10. Instrução Cívico-Militar - A Instrução Cívico-Militar é uma disciplina exclusiva do SCMB e diferencia a Educação Militar Preparatória e Assistencial dos demais sistemas de ensino.

Ministrada, fiscalizada e avaliada pelo Corpo de Alunos e pelas Companhias de Alunos, proporciona, de forma sistemática e gradativa, a inserção do aluno no universo e na cultura militar, abordando aspectos fundamentais da vida na caserna - disciplina, hierarquia, apresentação pessoal, cumprimento do dever, respeito às regras, reconhecimento do princípio de autoridade, espírito de corpo, dentre outros - que contribuirão para a formação integral do aluno como cidadão, quer ele siga carreira militar ou não. Além disso, promove o contato do aluno com as diversas possibilidades de carreira militar, preparando-o para escolha profissional.

1.2.11. Língua Inglesa - O ensino de Língua Inglesa no SCMB deve promover o desenvolvimento da competência comunicativa, assim como da competência plurilíngue e pluricultural, considerando as competências sociolinguística, gramatical, discursiva e estratégica, visando a formar cidadãos capazes de usar a língua para propósitos de comunicação e para o estabelecimento de relações interpessoais em um mundo globalizado, ampliando assim o seu acesso à ciência, a novas tecnologias e ao conhecimento cultural. Dessa forma, o ensino da Língua Inglesa visa ao desenvolvimento de competências e habilidades, à luz da interdisciplinaridade, da multimodalidade e do multiletramento, que favoreçam a autonomia e a capacidade dos discentes de solucionar problemas e agir no mundo.

1.2.12. Língua Portuguesa - A aprendizagem da língua materna deve assegurar ao aluno, ao longo do ensino fundamental e do ensino médio, o desenvolvimento das competências referentes à linguagem que lhe permitam participar de práticas sociais de leitura e escrita. Nesse sentido, a disciplina Língua Portuguesa deve criar condições para que o aluno possa interagir com as diversas manifestações da linguagem, a partir dos diferentes discursos que se apresentam nas relações sociais, considerando aspectos culturais, históricos e da sociedade, de modo a ter acesso aos bens culturais, resolver problemas de seu cotidiano e alcançar participação plena no mundo letrado.

1.2.13. Matemática / Ensino Fundamental - O estudo da Matemática no Ensino Fundamental deve propiciar ao aluno o desenvolvimento de competências e habilidades que lhe permitam compreender, por meio da alfabetização e do letramento científicos, que os conhecimentos matemáticos, construídos historicamente pela humanidade, auxiliam-no na observação, interpretação e transformação do mundo contemporâneo. Dentro desse contexto, o ensino de Matemática deve estar adequado ao desenvolvimento, no discente, da capacidade investigativa, promovendo condições para sua inserção no mundo atual, bem como contribuindo na formação de suas capacidades argumentativas, as quais serão exigidas em sua vida pessoal e profissional. Nessa vertente, o estudo da Matemática deve propiciar situações para que o aluno possa estabelecer conexões entre os conhecimentos da Matemática e de outras áreas de estudo, adquirindo habilidades que possibilitem o gerenciamento dos desafios cotidianos, científicos, tecnológicos, sociais e culturais.

1.2.14. Matemática / Ensino Médio - A Matemática deve fornecer ferramentas que facilitem o desenvolvimento de competências de caráter lógico-matemático que sirvam para interpretar e enfrentar situações-problema, oferecendo ao aluno a possibilidade de se tornar um cidadão investigativo e crítico. Os conhecimentos, anteriormente adquiridos por meio da alfabetização e do letramento científicos, no Ensino Fundamental, devem ser aprofundados, assim como a compreensão da Matemática como uma linguagem expressiva, que permite a análise, a interpretação e a resolução de problemas de diferentes áreas do conhecimento. A Matemática fornece as habilidades necessárias para analisar e resolver problemas novos, com uma visão ampla e comprometida com a leitura e a transformação do mundo, através das atividades desenvolvidas nos campos da pesquisa científica e do trabalho.

1.2.15. Projeto de Vida - A disciplina Projeto de Vida tem como premissas a valorização da diversidade de saberes e vivências culturais, a apropriação de conhecimentos e experiências, o entendimento das relações próprias do mundo do trabalho e das escolhas alinhadas ao exercício da cidadania. Promove o contato do aluno com seus próprios valores, personalidade e identidade. A disciplina proporciona reflexões sobre as habilidades do aluno, seus sonhos e competências, promovendo, também, maior autoconhecimento e autoaceitação.

1.2.16. Química - O estudo da Química, a partir do conhecimento científico-tecnológico historicamente construído pela humanidade, busca tanto a compreensão dos processos químicos em si quanto a construção do conhecimento, alicerçado na alfabetização científica em um primeiro momento e objetivando o letramento científico, em estreita relação com as aplicações tecnológicas e suas implicações ambientais, sociais, políticas e econômicas. Dessa forma, faz-se necessário direcionar o ensino da Química para os conhecimentos que contemplem as necessidades da sociedade contemporânea, oferecendo maiores condições para que os alunos possam viver e atuar numa sociedade científica e tecnológica em que a disciplina aparece como imprescindível instrumento para investigação, desenvolvimento socioeconômico e produção de bens, devendo ainda propor soluções para o paradigma entre a necessidade de consumo dos recursos naturais e sua preservação. Assim, o estudante pode julgar com fundamento as informações advindas da mídia e da própria escola, tomar decisões autonomamente e propor soluções, como indivíduo e cidadão.

1.2.17. Sociologia - A disciplina de Sociologia propõe-se a fornecer condições para que o aluno reconheça as relações sociais, em suas dimensões políticas, sociais, econômicas, religiosas, étnicas, artísticas, como processos dinâmicos, contextualizados e historicamente construídos, o que, por sua vez, fomenta a ruptura com o senso comum, a ampliação do horizonte explicativo sobre a realidade, a visão de mundo e o pensamento crítico, visando ao desenvolvimento de uma consciência individual, social e planetária, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de refletir e tomar decisões fundamentadas, bem como desenvolver civismo, patriotismo e o culto aos símbolos nacionais.

1.3. Plano de Sequências Didáticas (PSD)

Os PSD constituem-se na base para o planejamento docente. Neles são encontradas as propostas filosóficas da área/disciplina, os eixos cognitivos (arquicompetências), o enfoque pedagógico e metodológico, a matriz de Competências (C), Habilidades (H) e de Descritores (D), e os Planos de Execução Didática.

1.4. Plano de Execução Didática (PED)

Os PED contemplam as sequências didáticas, ou módulos, que promoverão o desenvolvimento das Competências e Habilidades por meio dos Objetos de Conhecimento.

Neles estão contidas as estratégias de aprendizagem devidamente alinhadas com as metodologias ativas da aprendizagem, contemplando o tempo ideacional para as faixas etárias e o desenvolvimento dos cinco eixos cognitivos.

1.5. Plano Educacional Individualizado (PEI)

É um documento pedagógico que reúne informações, estratégias e adaptações específicas para garantir que alunos com deficiência, transtornos de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação recebam um ensino adequado às suas necessidades individuais.

Este documento deve ser confeccionado pelos professores de todas as disciplinas, com a ajuda da Seção de Atendimento Educacional Especializado, por meio do psicopedagogo e do orientador educacional, tendo em vista ser elaborado com base no diagnóstico psicopedagógico do aluno.

1.6. Matriz de Referências (MR)

Matriz que contém as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo do ensino fundamental e do ensino médio. Cada segmento desse possui uma MR específica, que é padronizada e revisada a cada três anos, sob a coordenação e supervisão da Seção de Ensino da DEPA nas reuniões de revisão curricular. Trata-se de um documento padronizado e centralizado alinhado com os fundamentos do Projeto Pedagógico e com a Base Nacional Comum Curricular.

1.7. Matriz de Descritores (D)

Presente nos planos de execução didática, revestem-se do detalhamento das habilidades na sua perspectiva concreta e observável. Os descritores materializam os conteúdos conceituais, procedimentais factuais e atitudinais a serem trabalhados e avaliados e orientam as rotas de aprendizagem constantes nesses documentos.

CAPÍTULO 5
CURRÍCULO ENSINO FUNDAMENTAL

Seção I
Proposta Filosófica para o Ensino Fundamental no SCMB: perspectiva mais formativa

O Ensino Fundamental (EF) é a etapa mais longa da Educação Básica, portanto, é o período em que se alicerça a formação do indivíduo. Ele é dividido em Anos Iniciais (1º aos 5º anos) e Finais (6º aos 9º anos), sendo que somente os anos finais são oferecidos no SCMB. Nestes anos, a complexidade pedagógica aumenta, assim como seus desafios.

Os institutos normativos educacionais brasileiros (PNE, DCN, PCN e BNCC) ratificam a noção de que existe a necessidade de se fortalecer a autonomia do estudante, o que respalda o objetivo de ênfase no caráter formativo do discente do EF do SCMB.

O EF em seus anos finais é, portanto, a consolidação da aprendizagem dessa fase inicial, com ampliação de práticas de autonomia intelectual e social.

A concepção de um ensino fundamental com ênfase na perspectiva formativa visa à formação integral do indivíduo, e dialoga com os institutos normativos citados anteriormente, bem como com a própria lógica do ensino por competências, adotada no SECEx, mais especificamente no SCMB.

A fim de situar no tempo, o conceito de competência começou a ser discutido mais amplamente na área pedagógica a partir da década de 1990, destinando-se ao ensino de crianças nas séries iniciais (PERRENOUD, 1999, p. 2). Conforme esse autor, o referido conceito ganhou amplitude e foi incorporado pelo meio corporativo e industrial. Nesse sentido, ele deu a seguinte conotação à definição de competência:

> *"[...] a aptidão para enfrentar uma família de situações análogas, mobilizando de uma forma correta, rápida, pertinente e criativa, múltiplos recursos cognitivos:*

> *saberes, capacidades, micro- competências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio (PERRENOUD, 2002, p. 19).”*

Zabala e Arnau (2010), uma das bases teóricas do currículo por competências do SCMB, defendem que um ensino baseado em competências é o meio eficaz para uma formação que seja integral, escorada em aprendizagem justa e para toda a vida. Esses mesmos autores nos lembram que é papel da escola possibilitar que os educandos desenvolvam competências nas seguintes dimensões:

1) social (como agente transformador da sociedade, a fim de que a sociedade em que se inserem se torne espaço de justiça, de democracia e de solidariedade);

2) interpessoal (para serem competentes nas relações, na comunicação e na convivência positiva, solidária, tolerante e humana com os demais indivíduos);

3) pessoal (como agentes capazes para o exercício da cooperação, da criatividade, da liberdade - sempre com responsabilidade crítica e autônoma - na compreensão de si, da natureza e da sociedade); e

4) profissional (para exercerem uma tarefa profissional adequada às suas capacidades, com motivação e desenvolvimento pessoal e profissional).

Essa breve lembrança dos pressupostos teóricos de Zabala e Arnau evidencia, especialmente em seus três primeiros tópicos, que o Ensino Fundamental é o momento propício para a formação intelectual de maneira mais prática, mais lúdica, mais em diálogo com as vivências de cada indivíduo.

Nesse sentido, um Ensino Fundamental mais formativo pressupõe justamente uma educação que, para além da formação intelectual, ajude o educando a se reconhecer como pessoa concreta, total, historicamente constituída e que, nas etapas seguintes - ensino médio e formação profissional - terá condições de acionar as competências de formação de que se apropriou, ao longo do Ensino Fundamental, para poder refinar e sistematizar as informações que lhe sejam úteis em seu percurso de preparação para a vida profissional.

Também não se pode esquecer de que, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, nossos alunos passam por uma sensível etapa do desenvolvimento humano: deixam a infância e entram na adolescência; vários teóricos do desenvolvimento humano (*Piaget, Vygotsky, Wallon e Erikson*, para citar alguns) dissertam sobre as mudanças que se operam nessa etapa de vida das pessoas e que exercem influência em suas trajetórias formativas.

Segundo o teórico suíço *Henri Wallon* (2007), por volta dos 10 anos (em média) a pessoa parte do estágio categorial para o estágio da puberdade e adolescência; nesse sentido, o domínio afetivo passa a ter primazia sobre as interações da pessoa com o meio e o domínio cognitivo passa a ser altamente influenciado pelas relações afetivas do indivíduo com o meio, com as outras pessoas, com as instituições e com o próprio conhecimento.

Dessa breve exposição teórica, percebe-se que o foco do Ensino Fundamental deve, realmente, ser a formação do indivíduo de forma integral, em seus aspectos cognitivos, motores e afetivos, de modo que, no EM, ele possa arregimentar todo o arcabouço formativo que recebeu para focar sua formação (agora, cada vez mais intelectual, mas nem por isso menos afetiva) em suas áreas de interesse.

Desse modo, o EF deve continuar tendo como norte a perspectiva do ensino por competências especialmente nas dimensões pessoal, interpessoal e social - como o currículo já prevê, possibilitando a interação dos alunos com atividades que aliem teoria e prática, que tenham como norte os problemas de sua região e que possam, por meio de uma abordagem mais lúdica e concreta, levar o educando à reflexão a partir do "saber fazer".

Visando atualizar a abordagem curricular, foram substituídas as disciplinas "Informática Educacional" e "Orientação Educacional", por "Ética e o Mundo Digital" e "Projeto de Vida EF", respectivamente. As atualizações têm por objetivo o alinhamento curricular com o previsto na Base Nacional Comum Curricular, no âmbito do Ensino Fundamental, que indica as seguintes premissas:

1) o jovem como protagonista da cultura digital:

> *"É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. (BNCC, A etapa do Ensino Fundamental, p.59)."*

2) o jovem como protagonista do seu projeto de vida:

> *"(...) no Ensino Fundamental – Anos Finais, a escola pode contribuir para o delineamento do projeto de vida dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio. Esse processo de reflexão sobre o que cada jovem quer ser no futuro, e de planejamento de ações para construir esse futuro, pode representar mais uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. (BNCC, A etapa do Ensino Fundamental, p.60)."*

Seção II
Grade Horária Curricular do Ensino Fundamental

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL							
ATIVIDADES			CARGA HORÁRIA				
			6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total (h/a)
COMPONENTES CURRICULARES	BASE NACIONAL COMUM	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	5	800
		MATEMÁTICA	5	5	5	5	800
		CIÊNCIAS NATURAIS	4	4	4	4	640
		GEOGRAFIA	3	3	3	3	480
		HISTÓRIA	3	3	3	3	480
		EDUCAÇÃO FÍSICA	4	4	4	4	640
		ARTE I	2	2	2	2	320
		ENSINO RELIGIOSO	(a)	(a)	(a)	(a)	-
		LEM (LÍNGUA INGLESA) – SEAN	3	3	3	3	480
		INSTRUÇÃO CÍVICO-MILITAR	1 (b)	1 (b)	1 (b)	1 (b)	80
		ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL/ PROJETO DE VIDA EF (c)	(c)	(c)	(c)	(c)	80
		ATIVIDADE CÍVICO-MILITAR	1	1	1	1	160
		ÉTICA NO MUNDO DIGITAL (d)	*(ON LINE)*				10
TOTAL		HORA/AULA (SEMANA)	31	31	31	31	-
TOTAL		HORA/AULA (ANO)	1240	1240	1240	1240	4970

Obs: (**a**) O Ensino Religioso deverá ser ministrado no turno contrário ao do ano (opcional), preferencialmente no turno integral.

(**b**) Instrução Cívico-Militar (semanas ímpares) 20 h/a anuais por ano escolar.

(**c**) Orientação Educacional/Projeto de Vida EF (semanas pares) 20 h/a anuais por ano escolar.

(d) Disciplina detalhada no Programa de Educação Digital SCMB.

CAPÍTULO 6

CURRÍCULO ENSINO MÉDIO

Seção I

Proposta filosófica para o Ensino Médio no SCMB: perspectiva mais preparatória

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e definem que o Ensino Médio "é um direito social de cada pessoa, sendo dever do estado e da família que, em colaboração com a sociedade, são responsáveis por garantir o pleno exercício deste direito para todos os cidadãos, com a finalidade de promover seu desenvolvimento integral, mediante formação para o exercício pleno da cidadania, qualificação para a participação e integração no mundo do trabalho e preparação para a continuidade dos estudos em nível superior" *(Art. 3º, Resolução CNE/CEB Nº2, de 13 de novembro de 2024).*

Segundo, ainda, a Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, as instituições de ensino que ofertam o Ensino Médio devem estruturar as suas propostas pedagógicas considerando as finalidades previstas no art. 35 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB):

> *"I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;*
> *II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;*
> *III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;*
> *IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, nas diferentes áreas do conhecimento e no ensino de cada componente curricular."*

É com base nestas finalidades – consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no EF; preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando; aprimoramento do educando como pessoa humana e compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos – que o "caráter preparatório" deve balizar a construção do currículo do Ensino Médio no SCMB, trazendo, a reboque, os princípios específicos que orientam a oferta do Ensino Médio e que estejam alinhados à proposta pedagógica do SCMB, dentre os quais destacamos:

> *"- a Formação Integral e Integrada dos estudantes, assegurando a articulação e a integração entre a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos, a interdisciplinaridade e a contextualização;*
> *- o reconhecimento, a valorização e a mobilização permanente e integrada das dimensões formativas próprias do mundo do trabalho, na ciência, na tecnologia e na cultura;*
> *- o reconhecimento e a valorização das diferenças e da diversidade dos sujeitos da ação educativa, nas múltiplas dimensões de suas identidades, experiências e singularidades;*
> *- a afirmação, a valorização e a defesa da democracia e da cultura de promoção dos direitos humanos;*

- a integralidade e visão sistêmica da proteção às trajetórias escolares no Ensino Médio, com garantia de ações para a permanência, aprendizagem e conclusão do Ensino Médio na idade adequada;
- o trabalho como princípio educativo e pesquisa como princípio pedagógico; e
- a indissociabilidade das dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia na formação dos educandos."
(Fonte: Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, art. 8º.
Texto adaptado. Disponível em https://portal.mec.gov.br. Acesso em 31 jul 25).

Cabe ressaltar, no entanto, que ao sinalizarmos um caráter "mais preparatório" para o Ensino Médio não está se propondo um abandono ao Ensino por Competências, mas sim um enfoque mais direcionado e um emprego mais efetivo de todos os aspectos positivos que esta abordagem pode proporcionar na formação integral do aluno, prevista no PP SCMB.

A configuração de um ensino médio mais preparatório, aderindo às premissas apresentadas, implica uma grade horária que atenda aos conteúdos da Formação Geral Básica (FGB) e dos Itinerários Formativos (IF) definidos no SCMB com as seguintes concepções, conforme previsto na Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que altera a Lei 9394/96 (LDB) e define diretrizes para o Ensino Médio, detalhada pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM:

"XVII - Formação Geral Básica: oferta curricular que compõe a Formação Integral e Integrada, na qual um conjunto de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, expressos na BNCC do Ensino Médio na forma de competências e habilidades, são assegurados a todos os estudantes mediante oferta dos componentes curriculares obrigatórios e das áreas do conhecimento que compõem o Ensino Médio;
XVIII - Itinerários Formativos de Aprofundamento:
a) percursos educacionais estruturados, de livre escolha dos estudantes, que permitem aos educandos o aprofundamento de suas aprendizagens e de seu desenvolvimento em uma ou em mais áreas do conhecimento; e
b) realiza-se por meio da oferta de projetos interdisciplinares e integradores, organizados com ênfase nos componentes curriculares que compõem a(s) área(s) de conhecimento eleitas, de modo a ampliar o diálogo entre as dimensões teóricas e práticas dos conteúdos, a consideração e valorização da diversidade territorial e cultural do Brasil e as escolhas estabelecidas na proposta pedagógica de cada unidade escolar."
(Fonte: Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, art. 5º. Disponível em https://portal.mec.gov.br. Acesso em 31 jul 25.)

Sobre a carga-horária mínima a ser cumprida, a Resolução CNE/CEB nº 2/2024 prevê:

"Art. 13. Observada a obrigatoriedade do cumprimento da carga horária total mínima de 3.000 (três mil) horas no Ensino Médio a oferta curricular da Formação Geral Básica deverá obedecer à carga horária mínima de:
I - 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, a serem complementadas, articuladas e integradas aos Itinerários Formativos de Aprofundamento por áreas de conhecimento;
(...)

> *Art. 18. Os Itinerários Formativos terão carga horária mínima de 600 (seiscentas) horas, ressalvadas as especificidades da Formação Técnica e Profissional, e serão compostos de aprofundamento nas áreas de conhecimento ou de Formação Técnica e Profissional,* conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino."
> *(Fonte: Resolução CNE/CEB nº2, de 13 de novembro de 2024, p.9 e 12. Disponível em https://portal.mec.gov.br. Acesso em 31 jul 25.)*

Com base nessas determinações, o Ensino Médio do SCMB está configurado com as seguintes cargas-horárias:

- FORMAÇÃO GERAL BÁSICA (FGB), disciplinas organizadas por 4 (quatro) áreas de conhecimento, perfazendo um total de 3.360 h/a (carga-horária total):

I - linguagens e suas tecnologias, integrada pelos componentes curriculares obrigatórios de língua portuguesa e suas literaturas, língua inglesa, artes e educação física;

II - matemática e suas tecnologias, com o componente curricular obrigatório de matemática;

III - ciências da natureza e suas tecnologias, integrada pelos componentes curriculares obrigatórios de biologia, física e química; e

IV - ciências humanas e sociais aplicadas, integrada pelos componentes curriculares obrigatórios de filosofia, geografia, história e sociologia.

- ITINERÁRIOS FORMATIVOS (IF), ofertados por áreas de conhecimento / formação profissional, perfazendo um total de 840 h/a obrigatórias (carga-horária total). Os Itinerários Formativos de Aprofundamento serão organizados de forma a assegurar o tratamento interdisciplinar e integrado dos conteúdos de ensino e fomentar o desenvolvimento de metodologias diversificadas de ensino, sistematizadas em projetos integradores, que contemplem propostas de investigação científica e tecnológica, iniciativas de estudo com propostas de intervenção social, entre outras possibilidades, de acordo com as características, singularidades e necessidades de cada escola e de cada território.

Seção II
Detalhamento dos Itinerários

Segundo o que preveem as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCEM/2024), a arquitetura curricular dos Itinerários Formativos deverá ser organizada a partir de quatro eixos curriculares estruturantes. Nesse sentido, as disciplinas ofertadas pelo SCMB nos IF devem, nos detalhamentos de seus objetos do conhecimento e atividades, tangenciar um ou mais eixos estruturantes de forma a permitir que o aluno desenvolva as seguintes capacidades, relacionadas aos respectivos eixos:

> *I - Método, Conhecimento e Ciência: tem por objetivo promover a investigação científica e a compreensão dos processos, práticas e métodos próprios das diferentes ciências para a identificação, compreensão e análise de fenômenos naturais, sociais, culturais, históricos e linguísticos;*
> *II - Mediação e Intervenção Sociocultural: tem como objetivo promover a mediação como ferramenta eficaz na resolução de conflitos, além de fomentar a construção, tanto individual quanto coletiva, de iniciativas de intervenção social*

que contribuam para a transformação das realidades local, regional, nacional e global;
III - Inovação e Intervenção Tecnológica: tem por objetivo promover processos de criação individual e coletiva de inovações para a resolução de desafios presentes nos diversos contextos da vida social em escala local, regional, nacional e global; e
IV - Mundo do Trabalho e Transformação Social: tem por objetivo promover processos de reconhecimento, compreensão e experimentação capazes de aproximar os jovens das dinâmicas próprias da transformação social e do mundo do trabalho, reconhecendo-os e estimulando sua autonomia enquanto Agentes Sociais, Políticos, Culturais e Profissionais, contribuindo para sua formação básica para o mundo do trabalho e para a cidadania, com o fortalecimento seu protagonismo.
(Fonte: Resolução CNE/CEB nº 4, de 12 de maio de 2025, Art. 11. Disponível em https://portal.mec.gov.br. Acesso em 31 jul 25).

Em consequência das novas orientações divulgadas pelo Ministério da Educação em 2024, que aumentou de 60 para 80 % a carga-horária da FGB no Ensino Médio e, consequentemente, reduziu de 40 para 20 % os conteúdos de aprofundamento dos Itinerários Formativos, para o quinquênio 2026-2030, os IF no SCMB serão ofertados exclusivamente no 3º ano/EM.

Essa nova configuração vai ao encontro das observações e demandas surgidas ao longo da vigência da 2ª edição do PP/SCMB, em Visitas de Supervisão Escolar aos CM (VSE) e em reuniões pedagógicas (presenciais e virtuais) realizadas no atual quinquênio.

Foram elencados diversos questionamentos relacionados à composição do antigo EM, principalmente em relação à avaliação. Se anteriormente tínhamos Avaliações Parciais (AP), com caráter formativo, e Avaliações de Estudo (AE), com caráter somativo, ambas com o mesmo peso, foi implementado um sistema totalmente diferente, com três grupos de avaliações, divididas entre FGB e IF, com uma crescente diminuição do número de questões, um aumento do valor atribuído a cada questão, um aumento significativo da quantidade de itens objetivos e a distribuição das notas, em alguns casos, por área do conhecimento, e não por disciplina, a fim de "treinar" o aluno, desde o 1º ano/EM, para sua aprovação à vida acadêmica, em instituição militar ou civil.

Após cinco anos trabalhando com essa nova composição e com base nesses questionamentos, os Itinerários Formativos no SCMB serão ofertados exclusivamente no 3º ano/EM, observando as necessidades e interesses dos Projetos de Vida dos alunos do SCMB, que se subdividem em dois grandes grupos:

- aprofundamento nas áreas/disciplinas voltadas às Carreiras Militares;

- aprofundamento nas áreas/disciplinas voltadas às Carreiras Universitárias.

Atendendo o aceno do Ministério da Educação, que voltou a privilegiar a FGB em detrimento dos Itinerários Formativos, o Ensino Médio no SCMB será estruturado da seguinte forma:

I - Conteúdos da FGB - 1º e 2º anos/EM; e

II - Conteúdos da FGB e Itinerários Formativos Carreiras Militares (IF CAMil) e Carreiras Universitárias (IF CAUni) - 3º ano/EM.

Seção III

Grade Horária Curricular do Ensino Médio – Formação Geral Básica (semanal)

Matriz Curricular do Ensino Médio							
ANO ESCOLAR / CARGA-HORÁRIA				CARGA HORÁRIA			
				1º ano	2º ano	3º ano	Total (h/a)
ÁREAS DO CONHECIMENTO/DISCIPLINAS	FORMAÇÃO GERAL BÁSICA	LINGUAGENS E CÓDIGOS	LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA	3	3	2	320
			LÍNGUA INGLESA/ LEM (a)	2	2	2	240
			ARTE	2	1	0	120
			EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	240
			REDAÇÃO	2	2	2	240
		CIÊNCIAS DA NATUREZ	BIOLOGIA	3	4	1	320
			FÍSICA	4	3	1	320
			QUÍMICA	3	4	2	360
		CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	2	3	0	200
			HISTÓRIA	3	3	0	240
			FILOSOFIA	1	1	0	80
			SOCIOLOGIA	1	1	0	80
		MAT.	MATEMÁTICA	4	4	0	320
	PARTE DIVERSIFICADA		INSTRUÇÃO CÍVICO-MILITAR / PROJETO DE VIDA / ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (b)	1	1	1	120
			ATIVIDADE CÍVICO-MILITAR	1	1	1	120
			PROJETO DE VIDA - EM	1	-	-	40
			ITINERÁRIOS FORMATIVOS (c)	-	-	21	840
TOTAL SEMANAL			HORA/AULA (SEMANA)	35	35	35	
TOTAL ANUAL			HORA/AULA (ANO)	1400	1400	1400	

Observações:
(a) Inglês seriado obrigatório em todos os anos escolares.
(b) Carga-horária a critério do CM, podendo ser ofertada Orientação Educacional/Projeto de Vida.
(c) IF Carreiras Militares (CAMil) e IF Carreiras Universitárias (CAUni) exclusivos do 3º ano/EM.

Seção IV

Grade Horária Curricular do Ensino Médio – Itinerários Formativos (semanal)

MATRIZ CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO – Itinerários Formativos				
ANOS ESCOLARES				3º ano
ÁREAS DO CONHECIMENTO/DISCIPLINAS	ITINERÁRIOS FORMATIVOS	CARREIRAS MILITARES (IF CAMil)	LÍNGUA PORTUGUESA	3
			FÍSICA	4
			QUÍMICA	3
			GEOGRAFIA	3
			HISTÓRIA	3
			MATEMÁTICA	5
			CARGA-HORÁRIA GERAL	**21**
		CARREIRAS UNIVERSITÁRIAS (IF CAUni)	LÍNGUA PORTUGUESA	3
			BIOLOGIA	2
			FÍSICA	2
			QUÍMICA	1
			GEOGRAFIA	3
			HISTÓRIA	3
			FILOSOFIA	1
			SOCIOLOGIA	1
			MATEMÁTICA	5
			CARGA-HORÁRIA GERAL	**21**

Para a oferta dos Itinerários Formativos no 3º ano/EM, serão elaborados novos Planos de Execução Didática (PED), a fim de adequarem os elementos conceituais e as orientações pedagógicas específicas para cada área de conhecimento/disciplina, previstos no Cap. II da RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 4, de 12 de maio de 2025, que institui os Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento IFAs no Ensino Médio.

Conforme orienta a própria Resolução, o SCMB poderá adequar os conteúdos curriculares dos IF, a fim de alinhá-los a sua proposta pedagógica:

> *"Parágrafo único. Os IFAs, de que trata o inciso III do caput, realizam-se por meio da oferta de projetos interdisciplinares e integradores, organizados com ênfase nos componentes curriculares que compõem a(s) área(s) de conhecimento eleita(s), de modo a ampliar o diálogo entre as dimensões teóricas e práticas dos conteúdos, a consideração e valorização da diversidade territorial e cultural do Brasil e as escolhas estabelecidas na proposta pedagógica de cada unidade escolar."(grifo nosso)*

(Fonte: Resolução CNE/CEB nº 2, de 13 de novembro de 2024, Parágrafo Único, art. 5º. Disponível em https://portal.mec.gov.br. Acesso em 31 jul 25).

CAPÍTULO 7
AVALIAÇÃO

No SCMB, a avaliação educacional tem seus conceitos e premissas básicas definidos nas Normas de Avaliação Escolar da Educação Básica:

> *"A avaliação educacional é uma ação pedagógica disponível aos sujeitos envolvidos na educação – discentes, docentes e instituições de ensino – que lhes permite observar, continuamente, a eficácia ou ineficácia de suas práticas e ações pedagógicas, além de promover intervenções de correção nos rumos das atividades e dos resultados."*
>
> *(Fonte: Normas de Avaliação da Educação Básica no SCMB – EB60-N-08.001).*

Seção I
Modalidades de avaliação educacional

As avaliações educacionais subdividem-se em três modalidades: diagnóstica, formativa e somativa.

1.1. Avaliação diagnóstica

Tem por objetivo determinar o nível de desenvolvimento do discente em relação às habilidades cognitivas, físicas, e o nível de assimilação dos conteúdos da aprendizagem necessários para iniciar um assunto, disciplina e/ou curso.

1.2. Avaliação formativa

Tem por objetivo realizar o acompanhamento do processo de aprendizagem, visando a caracterizar como os discentes desenvolvem as habilidades cognitivas, físicas, conteúdos de aprendizagem, atitudes, valores e competências ao longo das sequências didáticas.

1.3. Avaliação somativa

Tem por objetivo verificar se os discentes desenvolveram as habilidades cognitivas e físicas, conteúdos de aprendizagem e competências ao final de uma sequência ou conjunto de sequências didáticas, estando, assim, em condições de continuar os estudos em áreas do conhecimento/disciplinas e anos letivos subsequentes.

Seção II
Instrumentos de avaliação educacional

Os Ensinos Fundamentais e Médios contam com dois grandes grupos de instrumento de avaliação: a Avaliação Parcial - AP (relacionada à perspectiva formativa) e a Avaliação de Estudo - AE (relacionada à

perspectiva somativa). No Ensino Médio, as AE deverão ser elaboradas em uma perspectiva mais preparatória, sempre que possível, prioritariamente no 3º ano/EM.

No segundo trimestre, as Avaliações de Estudo são centralizadas para todos os Colégios Militares, nos anos escolares definidos previamente pela DEPA.

Seção III
Avaliação do rendimento escolar

As notas e médias adotadas pelo SCMB para avaliar o rendimento escolar são:

I - área do conhecimento/disciplina: Nota Periódica por trimestre (NP); Nota Periódica Recuperada por trimestre (NPR); Nota Final por aprovação com média (NF); Nota Final Recuperada, após a Prova de Recuperação Final (PRF);

II - por ano: Nota Global do Ano (NGA), expressa em milésimos;

III - ao final do curso: Média Final das disciplinas (MF); Média Global do Curso (MGC), expressa em milésimos.

As notas e médias variarão de 0 (zero) a 10 (dez), calculadas com aproximação até centésimos e expressas até décimos, exceto a MGC e a NGA que serão calculadas na Seção Técnica de Ensino (STE).

No SCMB, a média para aprovação direta é grau 6 (seis).

As instruções para o cálculo de médias e notas serão detalhadas nas Normas de Avaliação da Educação Básica (NAEB).

CAPÍTULO 8
EDUCAÇÃO ESPECIAL

Seção I
Contextualização

A implementação da Educação Especial no SCMB vem ao encontro das determinações previstas, dentre outros documentos, na Constituição Federal (artigos 208 e 227) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, mais especificamente nos artigos 4º e 58, destacados a seguir:

> *"Art. 4º O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.*
> *Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.*
> *§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.*

> *§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.*
> *§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.”*
> *(Lei 9394/96, LDBEN).*

O PP/SCMB, quinquênio 2021-2025, trouxe avanços significativos para a implementação da Educação Especial no SCMB, a partir do desenvolvimento de estratégias para o alcance da META 8 - Adequar-se à acessibilidade e à educação especial, conforme calendário específico”.

A implementação tem sido um processo contínuo e evolutivo, ancorado em marcos normativos robustos e orientado por diretrizes pedagógicas. Desde as primeiras ações reguladas pela Portaria nº 183-EME de 2013 até a recente atualização das Instruções Reguladoras da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva pela Portaria DECEx/C Ex nº 469/2022, os Colégios Militares têm se empenhado em criar um ambiente inclusivo que não apenas acomode, mas também promova o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) desempenhou um papel central nesse contexto, oferecendo suporte personalizado e recursos de acessibilidade que visam eliminar barreiras e promover a autonomia dos alunos. Destaca-se também o papel do Programa Valores e iniciativas como a Semana da Inclusão para educar toda a comunidade escolar no cotidiano e fortalecer esse processo inclusivo dos alunos com deficiência.

No entanto, a trajetória de inclusão no SCMB enfrentou desafios notáveis, especialmente em relação aos recursos humanos e à necessidade crescente de mediadores escolares. A escassez de psicopedagogos e psicólogos, além da demanda por profissionais de apoio especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reforçou a necessidade de ajustes no Quadro de Cargos Previstos (QCP) e na legislação de Assistência Social.

As iniciativas para capacitação de recursos humanos, incluindo cursos de especialização e extensão, foram fundamentais para preparar os profissionais do SCMB para as exigências do atendimento aos alunos da educação especial. A evolução histórica do número de alunos atendidos demonstrou um aumento significativo na inclusão de alunos com TEA, refletindo tendências nacionais e internacionais. Esse crescimento exigiu resposta adequada em termos de infraestrutura, recursos humanos e apoio institucional.

O SCMB tem mostrado um compromisso sólido com a educação especial, realizando esforços contínuos para aprimorar suas práticas e atender às necessidades específicas de seus alunos. O apoio à família militar, a adaptação curricular e a inclusão de mediadores escolares são aspectos cruciais que, quando plenamente integrados, potencializam o sucesso da educação especial no SCMB. A continuidade desses esforços e a adaptação às novas demandas são essenciais para garantir a inclusão efetiva e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

Para o novo quinquênio, 2026-2030, é possível identificar a necessidade de recompletamento de recursos humanos, particularmente de psicopedagogos, psicólogos e profissionais de apoio especializados (mediadores). Além disso, haverá nova necessidade de recursos financeiros destinados à formação continuada dos professores e agentes de ensino em educação especial, por meio

de cursos de capacitação, especialização e programas de extensão, prioritariamente para garantir um atendimento educacional especializado no SCMB.

Seção II
Marcos normativos do atendimento educacional especializado no SCMB

As primeiras ações relativas à Educação Especial no SCMB foram desenvolvidas a partir da Portaria nº 183-EME, de 6 de setembro de 2013, que regula as atividades do Grupo de Trabalho (GT) instituído para estudar e propor medidas referentes ao ingresso de alunos com deficiência no Sistema Colégio Militar do Brasil. A partir dos trabalhos do GT, em outubro de 2014, por meio da Portaria nº 246-EME, foi aprovada a Diretriz de Implantação do Projeto Educação Inclusiva no SCMB estabelecendo os seguintes objetivos:

I - Operacionalizar e normatizar a decisão do Comandante do Exército acerca do ingresso de alunos com deficiências nos CM compatíveis como Projeto Pedagógico do SCMB, a partir de 2016, conforme o cronograma de implantação do PEEx 2015-2018.

II - Capacitar o corpo docente e os agentes de ensino, da administração e de saúde dos CM em Educação Inclusiva.

III - Sensibilizar e preparar os corpos docente e discente, os agentes de ensino, da administração e de saúde, assim como pais e responsáveis, visando a uma inclusão harmônica e adequada de alunos com deficiências no SCMB.

IV - Planejar, executar e fiscalizar obras e serviços de Engenharia de acessibilidade e de adequação de instalações nos CM, em coordenação com as Comissões Regionais de Obras (CRO), Serviços Regionais de Obras (SRO) e Comissões Especiais de Obras (CEO) das Regiões Militares (RM).

V - Adquirir material didático específico e material para mobiliar as instalações para o atendimento aos discentes com deficiência.

VI - Propor ao DECEx a aprovação das Instruções Reguladoras do Processo Seletivo e da Matrícula (IRPSM/CM) nos CM e seus respectivos editais, conforme o cronograma de implantação do PEEx 2015-2018.

VII - Propor modificações na legislação e nas normas pertinentes relacionadas com a implantação do Projeto.

A partir da Diretriz do EME, a DEPA confeccionou as Diretrizes Pedagógicas para a Educação Especial no SCMB que orientou as atividades da Educação Especial entre os anos de 2015 e 2022. O documento foi produzido para fornecer, de forma inicial e transitória, as orientações a serem seguidas pelos CM de modo a possibilitar os ajustes, ao longo do ano letivo, buscando o atendimento justo ao aluno com necessidade especial.

Em 16 de agosto de 2017, por meio do DIEx nº 830-AEGP/DEPA, foi apresentado ao EME, ao DECEx e à Justiça Federal e Militar, o calendário de faseamento da implantação da Educação Especial. Posteriormente, com a criação do CMSP e do CMVM, o faseamento foi atualizado conforme quadro abaixo:

Estabelecimentos de Ensino	Ano de inclusão dos alunos com deficiência
Colégio Militar de Brasília Colégio Militar de Belo Horizonte	2018
Colégio Militar de Porto Alegre Colégio Militar do Rio de Janeiro Colégio Militar de Curitiba	2019
Colégio Militar do Recife Colégio Militar de Fortaleza	2020
Colégio Militar de Juiz de Fora Colégio Militar de Campo Grande	2021
Colégio Militar de Salvador Colégio Militar de Santa Maria	2022
Colégio Militar de Manaus Colégio Militar de Belém Colégio Militar de São Paulo	2023
Colégio Militar da Vila Militar	2026

Tabela 1 - Faseamento implantação do Projeto Educação Especial

Seção III
Avaliação do rendimento escolar

A Educação Especial (EE) está regulamentada no SCMB pela Portaria DECEx/ C Ex nº 469, de 21 de dezembro de 2022, que aprovou as Instruções Reguladoras da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Seção IV
A estrutura para o atendimento dos alunos da Educação Especial

Obedecendo ao calendário do faseamento do Projeto Educação Inclusiva, os Colégios Militares iniciaram a adequação da estrutura física, dos recursos humanos e da estruturação da SAEE. Idealmente, a SAEE foi concebida para ser uma seção com o mesmo *status* da Seção Psicopedagógica, desempenhando, de modo análogo, atividades similares previstas para esta Seção, e explicitadas nas Normas de Psicopedagogia Escolar da Educação Básica do SCMB (NPEEB/SCMB), com o diferencial de especificar e direcionar suas ações para os alunos público-alvo da educação especial. Inicialmente, o núcleo da SAEE funcionou como uma 'subseção' da Seção Psicopedagógica e, à medida que o CM reuniu as condições necessárias, a SAEE foi estruturada como uma seção autônoma.

Em 2021, a maior parte dos CM já estavam com a SAEE estabelecida e foi viabilizada a primeira reunião no âmbito do SCMB para debater a Educação Especial na perspectiva inclusiva. Fruto dessa iniciativa, as normas relativas à Educação Especial na perspectiva inclusiva no SCMB foram atualizadas. Desse modo, a Educação Especial (EE) está regulamentada no SCMB pela Portaria DECEx/ C Ex nº 469, de 21 de dezembro de 2022, que aprova as Instruções Reguladoras da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

As Instruções Reguladoras da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva apresenta o detalhamento sobre o planejamento pedagógico, a avaliação, a capacitação dos recursos humanos e demais aspectos inerentes à Educação Especial no SCMB.

Seção V
Educação Especial na perspectiva inclusiva

O compromisso com a Educação Inclusiva no SCMB é fundamental para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Essas diretrizes orientam a oferta de um ensino que respeite as particularidades dos estudantes com deficiência, garantindo-lhes igualdade de oportunidades, acessibilidade, participação ativa e aprendizagem.

O termo a ser empregado no âmbito do Sistema Colégio Militar do Brasil é “Educação Especial na Perspectiva Inclusiva” por se tratar de um atendimento especializado para crianças e adolescentes com deficiência, estudantes com transtornos do espectro autista (TEA) e estudantes com altas habilidades/ superdotação.

A Educação Inclusiva assegura o direito de todos os estudantes, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sensoriais, sociais ou culturais, de frequentarem a escola regular, em igualdade de condições. Ela contempla a Educação Especial, que deve ser compreendida como uma modalidade de ensino transversal ao ensino regular, estruturada para atender a todos os alunos, mas, de forma específica e exclusiva, aos alunos público alvo da EEI. Essa abordagem requer um olhar atento à singularidade de cada indivíduo, com foco no desenvolvimento integral, na aprendizagem efetiva, na acessibilidade em todas as suas dimensões e na inserção social plena dos estudantes.

Nesse sentido, os Colégios Militares (CM), guardiões do sonho do Duque de Caxias, não poderiam se olvidar de, em prestando ensino preparatório e assistencial aos dependentes dos militares, buscar a inserção dos alunos público-alvo da educação especial em sua prática pedagógica.

As ações contidas nos conceitos de Educação Especial, na perspectiva inclusiva, apontam para procedimentos diferenciados no âmbito da comunidade escolar, buscando atender à diversidade de forma humanística e democrática.

A educação especial abrangerá as adaptações curriculares, as quais serão orientadas pelas Seções de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e deverão constar no Plano de Educação individual. As ações pedagógicas voltadas para a capacitação de profissionais, montagem de salas de Recursos Multifuncionais e a coordenação das adaptações curriculares, consideradas como peculiares, serão gerenciadas pela Seção de Ensino da DEPA, e as ações voltadas para os aspectos de acessibilidade, pela Assessoria Especial de Gestão e Projetos, da DEPA.

CAPÍTULO 9
RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Seção I
Contextualização

O Decreto nº 12.391, de 28 FEV 25, que instituiu o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, definiu a recomposição da aprendizagem como um “conjunto de práticas pedagógicas e de gestão educacional que visam garantir os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento dos

estudantes. (Inciso II, do Art. 2º, Decreto 12.391/25). A recomposição das aprendizagens visa recuperar e fortalecer os conhecimentos, habilidades e competências que podem ter sido prejudicados, especialmente em contextos de desafios como o período de pandemia, visando garantir que os estudantes atinjam os objetivos de aprendizagem de cada etapa educacional, não se limitando a uma simples recuperação de conteúdos, mas sim a uma abordagem mais ampla que considera a retomada do processo de ensino-aprendizagem como um todo.

No SCMB, a recomposição das aprendizagens é realizada pelas seguintes modalidades: Apoio Pedagógico, Recuperação da Aprendizagem e Reforço Escolar, a fim de se alinhar às orientações do Ministério da Educação.

Seção II
Modalidades

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) estabelece que a recuperação de estudos, preferencialmente paralela ao período letivo, é obrigatória para alunos com baixo rendimento, sendo regulamentada pelas instituições de ensino em seus regimentos. A recuperação contínua, ao longo do processo de ensino-aprendizagem, é enfatizada, buscando atender às necessidades individuais dos alunos.

No SCMB, a Recuperação da Aprendizagem é realizada ao final do 1º e 2º trimestres, com oferta de aulas no contraturno e realização de Avaliações de Recuperação (AR) por disciplina. Ao final do ano letivo, é ofertada a Recuperação Final, para os alunos que não alcançaram o rendimento escolar satisfatório.

Além da Recuperação da Aprendizagem (RA), o SCMB oferta a seus discentes mais duas modalidades voltadas à recomposição das aprendizagens: o Apoio Pedagógico e o Reforço Escolar.

O Apoio Pedagógico (AP) destina-se a atender os alunos que apresentam lacunas no desenvolvimento de suas habilidades essenciais em leitura e raciocínio lógico ao longo dos anos escolares anteriores ao ingresso no SCMB. Prioritariamente, são ofertadas aulas de Língua Portuguesa e Matemática para alunos do 6º e 7º anos/EF.

O Reforço Escolar (RE) tem como foco os objetos do conhecimento que estão em curso no trimestre, sendo, pois, uma modalidade proativa para a recuperação das aprendizagens.

A Recuperação da Aprendizagem é uma exigência legal, prevista na LDBEN, e obrigatoriamente é ofertada pelos Colégios Militares. Já o Reforço Escolar e o Apoio Pedagógico são modalidades instituídas pelo SCMB, a fim de otimizar o “efeito-escola”, entendido este como o quanto uma unidade escolar, por meio de sua prática pedagógica, acrescenta na aprendizagem do aluno.

Quanto ao Reforço Escolar, a LDBEN – Lei nº 9.394/1996 – não usa diretamente o termo, mas trata da recuperação de aprendizagem e estratégias de apoio pedagógico como parte do processo educacional, especialmente no ensino fundamental e médio.

Na perspectiva da LDBEN, o Reforço Escolar é interpretado como “estudos de recuperação” voltados para alunos com dificuldades de aprendizagem, devendo ser oferecido preferencialmente durante o próprio ano letivo e não apenas no final.

No SCMB, o Reforço Escolar possui as seguintes características:

I - Aulas de reforço organizadas por áreas de conhecimento/disciplinas;

II - Atividade extracurricular no contraturno, de caráter opcional por parte do aluno, podendo também ser disponibilizado em ambiente virtual de aprendizagem;

III - Professores do próprio ano letivo e materiais próprios; e

IV – Público-alvo: estudantes com baixo rendimento em avaliações formativas e somativas.

Sobre o Apoio Pedagógico, um diferencial inserido no SCMB, cabe um aprofundamento.

A trajetória do Apoio Pedagógico no SCMB inicia-se em 2008, fruto de análise do novo perfil de alunos ingressantes no Sistema. A partir desse ano, foi introduzida a política de apoio pedagógico que tinha como objetivo ofertar conteúdos de pré-requisitos para que o aluno não concursado acompanhasse minimamente o ano escolar em que fora matriculado. Para tanto, a Avaliação Diagnóstica cresceu de importância para diagnosticar possíveis lacunas de aprendizado no aluno que ingressava no Sistema.

Com base nessa política, de 2008 a 2015, foram constituídas Seções de Apoio Pedagógico (SAP), composta por profissionais – preferencialmente professores de Língua Portuguesa e Matemática. A SAP passou a ter um espaço físico, com agentes de ensino preferencialmente exclusivos, ofertando aulas regulares no contraturno por todo o ano letivo.

A partir da 1ª edição do PP/SCMB (2015-2020), a atuação da SAP constituiu-se uma meta a ser avaliada, a partir da eficácia de suas atividades junto aos alunos não concursados.

Na 2ª edição do PP/SCMB (2021-2025), a meta referente à SAP foi mantida, sem grandes alterações.

Nesta edição do PP/SCMB (2026-2030), para o próximo quinquênio, além do Apoio Pedagógico, serão acompanhadas as estratégias para a execução das modalidades de Recuperação da Aprendizagem e Reforço Escolar, constituindo-se a Recomposição das Aprendizagens em uma meta a ser alcançada.

CAPÍTULO 10
EDUCAÇÃO DIGITAL

Seção I
Contextualização

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) transformou profundamente a educação ao longo das últimas décadas. Desde os primeiros computadores, nos anos 1950, passando pela popularização da internet na década de 1990 e pela ampliação do acesso à banda larga no início dos anos 2000, a educação passou a incorporar novas ferramentas, como plataformas online e aulas virtuais.

A tecnologia móvel, com *smartphones* e *tablets*, ampliou ainda mais o acesso ao aprendizado em qualquer tempo e lugar. A pandemia de COVID-19 acelerou esse processo, consolidando a educação digital como realidade.

Nesse contexto de constante evolução, o ensino tradicional vem cedendo espaço para práticas mais flexíveis e centradas no aluno. Atento a esse cenário, o SCMB busca implementar a Educação Digital como parte de sua proposta pedagógica.

Em 2023, o SCMB implantou o Programa de Educação Digital (Pgm ED), alinhado à Diretriz de Orientação para o Incremento da Educação Assistida por tecnologias digitais do DECEx (EB60-D-05.006), estabelecendo metas, organizando e normatizando os esforços do Sistema nessa área.

Seção II
Objetivos e premissas da Educação Digital no SCMB

O Programa de Educação Digital do SCMB tem como objetivo preparar estudantes do ensino fundamental e médio - jovens nativos digitais - para uma convivência consciente, ética e responsável com o mundo digital. Busca orientá-los sobre temas como privacidade, segurança online, respeito, combate ao *cyberbullying* e checagem de informações, incentivando uma postura crítica diante do conteúdo consumido e compartilhado.

O programa também pretende aproveitar o potencial da tecnologia no aprendizado, oferecendo recursos diversificados, personalização da aprendizagem, desenvolvimento de habilidades digitais, preparação para desafios globais, ensino híbrido, maior engajamento e acompanhamento do desempenho. Para isso, é essencial que os educadores estejam atualizados sobre as tecnologias, atuando como mediadores eficazes nesse processo.

Assim, o objetivo central do programa é capacitar alunos e professores**,** desenvolvendo habilidades necessárias para prosperar em uma sociedade digital, fortalecendo valores éticos e consolidando a excelência acadêmica característica dos Colégios Militares.

São premissas do Programa de Educação Digital do SCMB:

- Valores e competências socioemocionais: apesar do avanço tecnológico, continuam sendo centrais para a formação de cidadãos responsáveis.

- Integração de métodos: a combinação de práticas digitais e analógicas enriquece o aprendizado e promove a interação social.

- Uso das mídias sociais pelos alunos: necessidade de orientação sobre privacidade, segurança, respeito, combate ao *cyberbullying* e enfrentamento das *fake news*.
- Tríade aluno–escola–família: pais e responsáveis devem atuar no monitoramento, na conscientização e no apoio ao uso responsável e equilibrado da tecnologia.
- Capacitação docente: professores de diferentes gerações precisam de formação contínua em tecnologias digitais para atuar como facilitadores da aprendizagem e personalizar o ensino.
- Transformação cultural: o programa não se limita a recursos tecnológicos, mas promove mudanças no papel dos educadores e no processo educativo.
- Implementação gradual: respeito aos diferentes estilos de aprendizagem, realização de testes e ajustes contínuos.
- Sustentabilidade financeira: investimentos em infraestrutura, dispositivos e capacitação devem ser distribuídos ao longo do tempo para garantir viabilidade.

CAPÍTULO 11
EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I
Contextualização

A Educação Ambiental (EA) ocupa um espaço relevante na legislação e nas diretrizes curriculares da educação brasileira, estando contemplada tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) quanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Mesmo não havendo um capítulo específico à temática na LDB, seus dispositivos oferecem a base para que a Educação Ambiental seja tratada de maneira transversal em todos os níveis e modalidades de ensino, permeando as diversas áreas do conhecimento.

A BNCC, por sua vez, traduz em competências e práticas pedagógicas, estabelecendo de forma explícita a centralidade da Educação Ambiental no processo formativo.

No Ensino Fundamental, especialmente nas áreas de Ciências e Geografia, a EA aparece em conteúdos relacionados ao equilíbrio ecológico, ao consumo consciente e às relações entre sociedade e natureza.

Já no Ensino Médio, a presença da Educação Ambiental se intensifica nas áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas, abordando mudanças climáticas, preservação da biodiversidade, energias renováveis e problemáticas globais ligadas à sustentabilidade.

O Exército Brasileiro, alinhado às diretrizes constitucionais e às políticas nacionais de preservação ambiental, consolidou ao longo dos últimos anos um conjunto de publicações normativas que regulamentam e orientam a gestão ambiental e a prática da Educação Ambiental (EA) no âmbito da Força Terrestre. Tais documentos demonstram a preocupação institucional com a sustentabilidade e com a formação de cidadãos conscientes, tanto no espaço militar quanto na interface com a sociedade.

Entre as principais publicações, destaca-se a Política de Gestão Ambiental do Exército (EB10-P-02.003), que estabelece os princípios e compromissos norteadores da atuação ambiental da Instituição. Trata-se de um marco normativo que consolida os fundamentos éticos e estratégicos do Exército no campo da preservação dos recursos naturais, funcionando como eixo central para a formulação das demais normas.

Complementando essa diretriz, foram editadas as Instruções Gerais para o Sistema de Gestão Ambiental do Exército (EB70-IG-10.216), aprovadas pela Portaria nº 620, de 2013. Esse documento detalhou a estruturação e o funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), estabelecendo procedimentos, normas e responsabilidades relacionadas ao controle de resíduos, licenciamento ambiental, uso racional dos recursos naturais e monitoramento de impactos ambientais nas Organizações Militares.

No campo pedagógico, a Instrução Reguladora de Educação Ambiental (EB60-IR-57.011), aprovada pela Portaria nº 01-DECEx, de 31 de janeiro de 2019, é a referência normativa central. Esse documento orienta a inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares dos Colégios Militares e demais Estabelecimentos de Ensino do Exército, além de direcionar a formação de militares e civis que integram o sistema de ensino. A IR enfatiza a abordagem interdisciplinar, o desenvolvimento de consciência crítica, a valorização da ética ambiental, da cooperação e da participação social, bem como a promoção de projetos e atividades práticas que consolidem o aprendizado.

Complementando a BNCC, no âmbito da legislação federal, a Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024, alterou a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, da qual destacamos o parágrafo 4º, do Art. 10:

> *"Art.10 ....*
>
> *§ 4º Será assegurada a inserção de temas relacionados às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade, aos riscos e emergências socioambientais e a outros aspectos referentes à questão ambiental nos projetos institucionais e pedagógicos da educação básica e da educação superior, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais." (Art. 10. da PNEA).*

Seção II
Abordagem da Educação Ambiental no SCMB

A fim de alinhar-se à Política Nacional de Educação Ambiental, no SCMB, a abordagem da EA traduz-se, além dos conteúdos curriculares, em projetos pedagógicos contínuos, que envolvem professores, estudantes, familiares e a comunidade local. Atividades como feiras de ciências, campanhas de redução de resíduos, recuperação de áreas verdes, uso racional da água e da energia, além de parcerias com órgãos ambientais, constituem exemplos concretos da vivência prática dessa diretriz.

São premissas para a abordagem da EA no SCMB:

I - Integração curricular e interdisciplinaridade.

II - Formação crítica e responsável dos alunos e da família militar.

III - Ênfase em sustentabilidade, ética, participação e cooperação.

IV - Inserção de temas relacionados às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade, aos riscos e emergências socioambientais.

V - Aplicação em ensino, pesquisa, projetos comunitários e atividades práticas.

VI - Avaliação contínua da efetividade das ações.

VII - Entre seus objetivos pedagógicos, destacam-se:

VIII - Formar a consciência ambiental de alunos e da família militar, fortalecendo a responsabilidade socioambiental.

IX - Integrar a dimensão ambiental aos processos de ensino-aprendizagem, de modo a relacionar teoria e prática em diferentes áreas do conhecimento.

X - Desenvolver valores éticos e de cooperação, estimulando a participação em ações coletivas de preservação e recuperação ambiental.

XI - Promover atividades práticas como visitas técnicas, campanhas, projetos interdisciplinares, estudos do meio e trabalhos comunitários.

XII - Alinhar-se à missão institucional do Exército, garantindo que a preservação do meio ambiente seja compreendida como parte essencial da defesa da pátria e do bem-estar da sociedade.

As ações propostas e desenvolvidas em cada Colégio Militar são inseridas nas metas do PP/SCMB, para que, de maneira integrada, a Educação Ambiental seja compreendida não apenas como conteúdo escolar, mas como prática transversal que perpassa a vida da família militar, a formação cidadã e a relação com a sociedade.

CAPÍTULO 12
MATERIAL DIDÁTICO

Seção I
Contextualização

O material didático é um instrumento pedagógico utilizado no processo de ensino-aprendizagem para facilitar a compreensão de conteúdos e promover o conhecimento. Ele pode assumir diversas formas, como livros, apostilas, vídeos, jogos educativos, mapas, aplicativos digitais, entre outros, que aborde o objeto de estudo e o apresente de forma explicativa. Esses materiais são projetados para tornar o aprendizado mais acessível, interessante e eficaz, atendendo às necessidades e características dos estudantes. Servem também para a aprendizagem prática, possibilitando a construção do conhecimento.

> *"A escola é um lugar especial. Também especial é o material escolar, que se pode definir como o conjunto de objetos envolvidos nas atividades-fim da escola. Tudo aquilo que ajuda a aprendizagem que cumpre à escola patrocinar — computadores, livros, cadernos, vídeo, canetas, mapas, lápis de cor, televisão, giz e lousa, entre outras coisas - é material escolar" (LAJOLO, 1999, p.3)."*

Ao longo dos últimos anos, no campo pedagógico, o material didático adotado se destacou como um dos principais temas sensíveis no âmbito do SCMB. Nos anos de 2020 e 2021, o SCMB adotou os livros didáticos (LD) distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), conjuntamente, com alguns livros comerciais. A partir de 2022, passou a adotar somente os livros didáticos comerciais.

Em toda essa trajetória, as mudanças que ocorreram resolviam um problema com o surgimento de outro. As soluções às novas demandas, muitas das vezes, não eram rápidas ou não estavam ao alcance do próprio SCMB, trazendo constantes reclamações entre os professores e também entre os responsáveis dos alunos. Destaca-se que as reclamações referem-se, portanto, não só à qualidade e conteúdo, mas também à disponibilidade de exemplares em tempo oportuno, tanto no uso do PNLD quanto na aquisição comercial.

Dentre os aspectos que destacam essa situação-problema, pode-se elencar:

1) o atraso ou falta no recebimento dos LD, quando eram distribuídos pelo PNLD do Governo Federal;

2) a falta de alinhamento completo de LD com os Planos de Sequência Didática (PSD) e com o Projeto Pedagógico do Sistema (PP) ou em desacordo com a política pedagógica do colégio e, ainda, em desalinho com a matriz curricular do SCMB, implicando a necessidade de aquisição de material complementar, como livros extras e cadernos de exercícios, dentre outros;

3) a diferenciação de títulos adotados pelos Colégios, quando da existência da lista tríplice de material escolar, ocasionando gastos extras aos responsáveis quando da transferência de um CM para outro, visto que cada CM podia escolher seu material didático dentro das opções disponíveis;

4) a dificuldade na aquisição de determinados LD, quer seja por se tratarem de edições antigas que deixaram de ser comercializadas, quer seja por serem edições atuais e que exigem a necessidade de um convênio entre o CM e a editora para que ocorra a venda comercial; e

5) os custos, por vezes elevados, com a aquisição comercial dos LD adotados no SCMB, uma vez que devido à pequena quantidade prevista por cada CM, por vezes, não se torna atrativo para as editoras apresentarem descontos relevantes.

Diante desse contexto, são modalidades possíveis para oferta de material didático no SCMB:

a) modalidade I - adoção de livros comerciais, a partir de uma lista única, definida nas NPGE.

b) modalidade II - personalização e customização do material didático, a partir de processo licitatório e/ou de credenciamento.

c) modalidade III - adoção do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), propondo um cronograma de implantação.

Independente de qual modalidade seja implantada, torna-se fundamental a explanação de premissas que norteiam a adoção e o uso do material didático no SCMB.

Seção II
O papel do material didático na concretização do Projeto Pedagógico

A presença do material didático no Projeto Pedagógico é fundamental para alinhar os recursos educacionais às diretrizes pedagógicas da Instituição. Ratifica-se a importância da seleção, uso e produção de materiais didáticos como instrumentos de mediação entre o currículo e a prática docente, respeitando as particularidades da comunidade escolar e os princípios que orientam o PP/SCMB.

Seção III
O conceito de material didático à luz das diretrizes do Projeto Pedagógico

O material didático, em um sentido amplo, compreende todos os recursos utilizados para mediar o processo de ensino-aprendizagem. Ele vai muito além do livro didático: inclui jogos, cartazes, recursos digitais, vídeos, mapas, objetos concretos, entre outros. Entretanto, para que seu uso seja realmente significativo, ele precisa estar alinhado às diretrizes e aos princípios do Projeto Pedagógico da escola.

A definição dos materiais utilizados nas salas de aula dos Colégios Militares deve atender, prioritariamente, aos parâmetros estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas Normas de Planejamento e Gestão Escolar (NPGE), buscando garantir a unidade na formação oferecida em todas as unidades do sistema. Além disso, os materiais devem refletir o PP/SCMB em sua missão de formar cidadãos críticos, éticos, solidários e aptos à vida em sociedade, alinhando-se também à formação militar e aos valores cultivados pela instituição.

Seção IV
Critérios para seleção e produção de materiais didáticos alinhados ao Projeto Pedagógico

O material didático adotado no SCMB deve contribuir efetivamente para a promoção de um ensino de qualidade, pautado na equidade, na contextualização e na interdisciplinaridade. Sua seleção e produção devem considerar a diversidade regional e cultural do país, respeitando as especificidades das diferentes unidades escolares do SCMB, ao mesmo tempo em que se assegura a homogeneidade dos conteúdos fundamentais a serem desenvolvidos em cada etapa do ensino.

A utilização de materiais atualizados, com linguagem acessível e recursos digitais/visuais e pedagógicos adequados às faixas etárias dos estudantes, é essencial para favorecer a aprendizagem significativa, a participação ativa e o engajamento dos discentes.

Outro aspecto fundamental reside na necessidade de garantir aos docentes autonomia e flexibilidade para mediar e adaptar o uso do material didático às realidades de suas turmas, sem perder de vista os objetivos educacionais definidos institucionalmente. A prática docente deve ser valorizada como espaço de criação e reflexão e o material como instrumento de apoio a ser tomado como norte.

Para tanto, é imprescindível que o processo de adoção de novos materiais venha acompanhado de programas de formação continuada e assessoramento pedagógico, possibilitando aos professores a apropriação crítica e contextualizada dos conteúdos e estratégias metodológicas propostas.

Adicionalmente, a avaliação periódica da eficácia do material adotado constitui premissa essencial para o aprimoramento contínuo do processo educativo. Tais avaliações devem considerar não apenas o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também a usabilidade do material por parte dos professores, sua pertinência aos objetivos do SCMB e seu impacto no cotidiano escolar.

O uso responsável e racional dos recursos públicos, por sua vez, deve orientar a tomada de decisões, levando em conta critérios como economicidade, durabilidade, sustentabilidade e viabilidade logística.

Dessa forma, ao estabelecer objetivos claros e premissas bem definidas para a adoção e utilização dos materiais didáticos, o SCMB reafirma seu compromisso com a excelência pedagógica, com a formação cidadã e com a valorização do magistério, consolidando-se como referência de ensino público de qualidade e formando alunos preparados para os desafios do mundo contemporâneo.

Seção V
A importância da formação docente para o uso crítico e criativo dos materiais didáticos

Os materiais didáticos, por mais bem elaborados que sejam, não possuem um valor pedagógico autônomo. Seu verdadeiro potencial educativo é ativado pela mediação docente — ou seja, pelo olhar, pelas escolhas, pelas estratégias e pela intencionalidade pedagógica do(a) professor(a). Nesse sentido, a formação docente é essencial para que o uso desses materiais seja crítico, criativo e alinhado às diretrizes do Projeto Pedagógico da escola.

A formação docente deve possibilitar que os professores desenvolvam a capacidade de analisar, questionar e dar um novo significado aos materiais didáticos. Isso envolve:

- avaliar conteúdos, abordagens e linguagens presentes nos materiais à luz dos princípios do PP/SCMB e das necessidades da turma;

- identificar e desconstruir estereótipos, omissões ou visões reducionistas nos textos e imagens;

- reconhecer potencialidades e limitações dos materiais, compreendendo que eles são instrumentos, não fins em si mesmos.

O professor crítico não se submete ao material, mas o transforma, adaptando-o para torná-lo mais coerente com a prática pedagógica e o contexto dos alunos. A criatividade docente não está restrita à invenção de algo novo, mas à capacidade de criar significados, conexões e experiências pedagógicas relevantes a partir dos recursos disponíveis.

Seção VI
Integração dos meios digitais ao material pedagógico impresso.

Com o avanço da tecnologia, os materiais digitais e as plataformas virtuais têm se tornado importantes aliados no processo educativo, complementando o uso dos materiais didáticos físicos. Esses recursos permitem acesso aos conteúdos interativos, vídeos explicativos e exercícios online, promovendo uma experiência de aprendizagem mais dinâmica e engajante. Além disso, eles ampliam as possibilidades de pesquisa e conexão com informações atualizadas, enriquecendo ainda mais o aprendizado dos alunos.

Neste contexto, é importante considerar que a ausência dos livros didáticos exige maior planejamento por parte dos professores, bem como a disponibilidade de outros recursos que garantam a organização e a continuidade do aprendizado.

Elenca-se abaixo, alguns aspectos importantes na adoção de livros didáticos impressos e, se possível, complementados por uma plataforma digital:

I - Organização e estrutura do conteúdo: os livros didáticos físicos oferecem uma estrutura clara e sistematizada dos conteúdos, facilitando o planejamento dos professores e o acompanhamento dos alunos. Eles seguem uma progressão pedagógica que garante que os tópicos sejam abordados de forma sequencial e coerente.

II - Fácil acesso e uso prático: por serem materiais tangíveis, os livros didáticos estão sempre disponíveis, independentemente de conexão à internet ou problemas técnicos. Isso garante que os alunos possam consultá-los a qualquer momento, sem depender de dispositivos eletrônicos.

III - Auxílio à memorização e anotações: com o uso de livros físicos, os alunos podem grifar trechos importantes, fazer anotações nas margens e revisitar as informações de forma mais ativa. Esse processo manual ajuda na memorização e no aprendizado dos conteúdos.

IV - Durabilidade e sustentabilidade a longo prazo: livros físicos podem ser reutilizados por vários anos e por diferentes turmas, representando um recurso econômico e sustentável em muitas realidades educacionais.

V - Redução de distrações: diferente de dispositivos digitais que podem ser usados para várias outras funções, como jogos ou redes sociais, o livro didático físico permite que os alunos se concentrem no estudo sem interrupções externas, ajudando a criar um ambiente mais focado para o aprendizado.

Esses pontos mostram como o livro didático físico continua sendo um recurso valioso, mesmo em tempos de avanço tecnológico e que, quando somados às tecnologias virtuais, tornam-se ainda mais poderosos no preparo dos estudantes para os desafios do mundo contemporâneo. Eles acompanham e marcam a trajetória escolar de cada indivíduo, sendo lembrados como parte essencial do processo de aprendizado e um compromisso com a educação de qualidade. Por fim, é importante ressaltar que os livros didáticos não são apenas materiais de consulta, mas verdadeiros aliados na formação integral do aluno.

TÍTULO II
MARCO SITUACIONAL
A ESCOLA QUE TEMOS: PONTOS DE PARTIDA

CAPÍTULO 1
CENSO ESCOLAR: CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)

Seção I
Contextualização

O Marco Situacional é uma etapa essencial do planejamento pedagógico, especialmente dentro da metodologia do planejamento participativo. Constitui-se na análise crítica da realidade concreta em que a escola está inserida, sendo o ponto de partida para qualquer ação planejada, pois é a partir da compreensão dessa realidade que se definem os objetivos e estratégias da prática educativa. É no Marco Situacional onde se busca identificar:

- ✓ Condições objetivas e subjetivas da escola e da comunidade escolar (gestores, professores, alunos e responsáveis);
- ✓ Potencialidades e limites;
- ✓ Contradições e conflitos;
- ✓ Necessidades e desafios educacionais;
- ✓ Expectativas dos diversos sujeitos envolvidos.

No SCMB, o Marco Situacional partiu do levantamento de dados para a caracterização dos Colégios Militares (Censo Escolar), fundamental para a atualização do Projeto Pedagógico (PP/SCMB 2026-2030).

A pesquisa foi composta de 03 (três) questionários, aplicados no âmbito de cada CM, assim definidos:

1) Formulário 1 - Caracterização do SCMB;

2) Formulário 2 - Perfil Socioeconômico Docente / Agente de Ensino do SCMB; e

3) Formulário 3 - Perfil Socioeconômico Discente do SCMB.

Após a aplicação do Censo Escolar, realizada por uma comissão nomeada em cada CM, os dados foram analisados e comparados ao desempenho dos quinquênios anteriores, para, enfim, serem definidas as novas metas a serem estabelecidas para 2026-2030.

Seção II
Configuração do censo escolar do SCMB

O formulário “Caracterização do SCMB” foi dividido em seis partes:

I - Infraestrutura do CM;

II - Recursos Humanos;

III - Diagnóstico Escolar;

IV - Acessibilidade - adequação das estruturas físicas;

V - Educação Especial - demandas;

VI - Relatório de Aplicação de Pesquisa.

O formulário “Perfil Socioeconômico Discente do SCMB” foi dividido em três partes:

I - Identificação: ano/tipo de ingresso no CM (concurso ou não), ano escolar de ingresso;

II - Dados variáveis: ano escolar atual, disciplina com maior dificuldade; tempo de deslocamento até o CM; tipo de transporte; informações socioeconômicas; origem e grau de instrução dos responsáveis; e

III - Outras observações julgadas pertinentes.

O formulário “Perfil Socioeconômico Docente /Agente de Ensino do SCMB” foi dividido em três partes:

I - Identificação: categoria funcional; disciplina que leciona; ano de ingresso; faixa etária;

II - Formação acadêmica e dados complementares: quantidade de turmas; tempo de deslocamento até o CM; tipo de transporte; informações socioeconômicas; e

III - Outras observações julgadas pertinentes.

Seção III
Sobre o caráter analítico do Marco Situacional

O Marco Situacional pretende fazer a ponte entre o conjunto de ideais apresentado no Marco Conceitual e a realidade dos Colégios Militares. Sem os ideais, avaliações do tipo “está bem” ou “está mal” perdem objetividade, posto que não estará previamente clara a intencionalidade do SCMB: “bem ou mal para que fim?”; “bem ou mal para formar que tipo de aluno?”.

Com este entendimento, os dados apurados nas pesquisas realizadas no ano de 2025 receberam tratamento analítico, de forma a ultrapassar o caráter descritivo - “o que é” - e favorecer um caráter de prospecção - “o que é, em relação a...”.

Este entendimento é fundamental para o desdobramento do PP/SCMB, que é a construção dos Marcos Operacionais pelos CM, já que, nesta etapa, os CM precisam se posicionar em relação aos objetivos definidos para cada aspecto considerado. São os “pontos de partida” que balizam o alcance das metas para os próximos 5 (cinco) anos.

Por exemplo: a pesquisa do Marco Situacional apurou as condições físicas das salas de aula de cada CM. Porém, para construirmos um juízo de valor quanto a estas salas – aquilatarmos se elas são boas ou ruins –, é necessário considerar qual é a proposta de trabalho pretendida pelo CM, o que tem a ver com a corrente pedagógica afirmada no Marco Conceitual. Diferentes correntes proporão condições diferentes de ensalamento (número de alunos por sala), estratégias didáticas diferentes, etc.

Seção IV
Dados levantados sobre a caracterização do SCMB - infraestrutura

Destacamos, a seguir, os principais dados levantados durante o Censo Escolar que vão balizar os CM para a construção de seus Marcos Operacionais. Os dados completos serão disponibilizados a cada CM para eventuais análises estatísticas.

Os gráficos selecionados constam dos anexos a esta publicação.

O objetivo dessa exposição é delinear um panorama do SCMB após o quinquênio 2021-2025.

Seção V
Salas de aula: tamanho mínimo de $42m^2$

CENSO 2020 - tamanho salas de aula 85,7% igual ou maior que a metragem padrão.

CENSO 2025 - tamanho salas de aula 93,3% igual ou maior que a metragem padrão.

Seção VI
Salas de aula: possuem ar-condicionado e/ou sistema e climatização

CENSO 2020 - 42,9 % possuíam ar-condicionado e/ou sistema de climatização.

CENSO 2025 - 53,3% possuem ar-condicionado e/ou sistema de climatização.

Seção VII
Salas de aula: possuem armário para alunos

CENSO 2020 - 85,7 % possuíam armário para alunos.

CENSO 2025 - 60 % possuem armário para alunos.

Seção VIII
Salas de aula: possuem retroprojetor/projetor multimídia exclusivo

CENSO 2020 - 64,3 % possuíam retroprojetor/projetor multimídia exclusivo.

CENSO 2025 - 86,7 % possuem retroprojetor/projetor multimídia exclusivo.

Seção IX
Salas de aula: possuem meios de Tecnologia da Informação exclusivo para uso docente

CENSO 2020 - 64,3 % possuíam meios de T.I exclusivos para uso docente exclusivo (*desktop, notebook ou tablet*)

CENSO 2025 - 73,3 % possuem meios de T.I exclusivos para uso docente exclusivo (*desktop, notebook ou tablet*)

Seção X
Salas de aula: possuem acesso à internet

CENSO 2020 - 85,7 % possuíam acesso à internet.

CENSO 2025 - 86,7 % possuem acesso à internet.

Seção XI
Análise dos dados referentes à infraestrutura das salas

Analisando comparativamente os dados levantados em 2020 e 2025, sobre a infraestrutura das salas de aula, destacamos os tópicos a seguir.

Todos os CM possuem metragem da sala de aula igual ou maior que o valor padrão. Os CM criados na última década (CMBel, CMSP e CMVM), foram planejados para atender a metragem mínima padrão, mesmo aqueles CM que estão funcionando em sedes provisórias, como é caso do CMSP e do CMVM. A metragem mínima padrão (42m^2), aliada ao número máximo recomendado de alunos por sala – 30 alunos, permite as melhores condições para o desenvolvimento das aulas, contribuindo para um ambiente escolar agradável para alunos e docentes.

A grande maioria das salas são climatizadas por aparelhos de ar-condicionado e/ou ventiladores. As salas que ainda não os possuem, contam com uma ventilação natural adequada ao clima de cada região onde está localizado o CM.

Sobre a disponibilidade de armários para os alunos, em números comparativos, observa-se uma queda de 85,7 para 60% dentre as salas que possuem armário. O que pode justificar a queda é que, em alguns CM, o armário localiza-se fora da sala de aula, nos corredores que dão acesso às mesmas, o que pode ter influenciado nos resultados do censo de 2025.

Percebe-se um avanço na oferta de meios tecnológicos como internet, *desktop*, *notebook*, projetores multimídias etc, disponibilizados para uso dos docentes em sala de aula, o que denota uma modernização dos recursos destinados à prática pedagógica entre 2020 e 2025:

- ✓ Projetor multimídia exclusivo de 64,3% para 86,7%;
- ✓ Meios de T.I exclusivos de 64,3% para 73,3%;
- ✓ Acesso à internet de 85,7% para 86,7%.

Seção XII
Equipamentos existentes no CM para fins didáticos pedagógicos

CENSO 2020 - equipamentos destaque: notebook (0%), ponto de acesso internet (71,4%), retroprojetor/projetor multimídia (35%) e impressora 3D (0%).

CENSO 2025 - equipamentos destaque: notebook (100%), ponto de acesso internet (100%), retroprojetor/projetor multimídia (100%) e impressora 3D (66,7% = 10 CM).

Seção XIII
Equipamentos existentes no CM para outros fins: controle de frequência

CENSO 2020 - controle de frequência destaque: biometria (0%) e livro de ponto (16,7%)

CENSO 2025 - controle de frequência destaque: biometria (53,3%) e livro de ponto (20%)

Seção XIV
Equipamentos existentes no CM para outros fins: segurança

CENSO 2020 - segurança destaque: câmeras internas (85,7%) e biometria (0%)

CENSO 2025 - segurança destaque: câmeras internas (93,3%) e biometria (20%)

Seção XV
Análise dos dados referentes a equipamentos existentes no CM (didático-pedagógicos, controle de frequência, segurança).

Analisando comparativamente os dados levantados em 2020 e 2025, sobre os equipamentos existentes no CM, destacamos os tópicos a seguir.

Dentre os equipamentos existentes no CM para fins didáticos pedagógicos, destacamos os pontos de acesso à internet – 100% dos CM ofertam *wi-fi,* em áreas específicas – e a aquisição de impressoras 3D – 10 entre os 15 CM, correspondente a 66,7%. Os CM não tinham acesso à tecnologia em 2020.

Em relação aos equipamentos de controle e segurança, destaque para as porcentagens na existência de câmeras internas (93,3%) e de identificação por biometria (20%), itens cuja aquisição é crescente, face a necessidade de investimento no quesito segurança ao longo dos últimos 5 anos.

Seção XVI
Recursos humanos: efetivo de alunos no SCMB

CENSO 2020 - efetivo total de alunos: 13.347.

Efetivo por CM (ordem decrescente): CMB 2.644; CMRJ 1.718; CMM 942; CMC 934; CMPA 933; CMCG 922; CMR 920; CMSM 877; CMJF 852; CMF 790; CMS 662; CMBH 593; CMBel 477; CMSP 83; CMVM 0.

CENSO 2025 - efetivo de alunos: 14.491.

Efetivo por CM (ordem decrescente): CMB 2.931; CMRJ 1.666; CMM 964; CMPA 932; CMCG 916; CMC 911; CMR 911; CMR 920; CMF 862; CMSM 856; CMJF 784; CMS 705; CMBH 696; CMBel 661; CMSP 486; CMVM 210.

Aumento de 1.144, correspondente a 8,57% em relação ao efetivo de alunos registrados em 2020.

Seção XVII
Recursos humanos: efetivo do ensino no SCMB

CENSO 2020 - Efetivo total 1.904 (770 Professores Militares; 680 Professores Civis; 334 Monitores; 120 Instrutores).

CENSO 2025 - Efetivo total 1.827 (733 Professores Militares; 602 Professores Civis; 404 Monitores; 91 Instrutores). Diminuição de 77 profissionais, correspondente a 4,04% em relação ao efetivo registrado em 2020.

Seção XVIII
Recursos humanos: efetivo DEPA

CENSO 2020 - Efetivo DEPA total 72 militares.

33 Oficiais; 20 ST/Sgt; 8 Cb e 11 Sd.

CENSO 2025 - Efetivo DEPA total 64 militares.

31 Oficiais; 15 ST/Sgt; 8 Cb e 10 Sd.

Diminuição de 8 militares, correspondente a 11,11% em relação ao efetivo registrado em 2020.

Seção XIX
Análise dos dados referentes aos recursos humanos no SCMB

Analisando comparativamente os dados levantados em 2020 e 2025, sobre os quantitativos referentes aos Recursos Humanos no SCMB, destacamos os tópicos a seguir.

O único efetivo que apresentou crescimento foi em relação ao número de alunos no SCMB. De 13.347, registrado no CENSO 2020 para 14.491 em 2025. Acréscimo de 8,57 % no quinquênio considerado.

Inversamente proporcional ao crescimento da demanda de alunos, o SCMB apresentou diminuição no efetivo dos profissionais de ensino: de 1.904 para 1.827, sendo registrado entre os professores civis a maior queda: 78 professores a menos. Perda também no efetivo de professores militares: 37 professores a menos. O único número que registrou acréscimo foi na categoria “monitores” – 67 a mais, talvez reflexo da parceria do EB com as demais Forças no tocante à cessão de pessoal para integrarem o Corpo de Alunos.

Registra-se também a diminuição do efetivo da DEPA – órgão que coordena e supervisiona os CM – que teve seu efetivo reduzido em 8 militares.

As perdas de pessoal apontam para o grande desafio que o SCMB vem enfrentando: a expansão dos Colégios Militares – 3 criados na última década – não é acompanhada pela reposição ou racionalização dos seus efetivos. As novas demandas surgidas – oferta de vagas para alunos da Educação Especial, por exemplo - necessitam de pessoal especializado, bem como uma maior quantidade de profissionais da educação, para suprirem as necessidades pedagógicas dos novos CM.

Seção XX
Diagnóstico escolar - rendimento discente EF

CENSO 2020 - disciplina com maior índice de reprovação EF (ano base 2019): Matemática em todos os anos escolares.

CENSO 2025 - disciplina com maior índice de reprovação EF (período 2022 a 2024):

1º) Matemática em todos os anos escolares;

2º) Ciências Naturais; e

3º) História/L. Portuguesa/Geografia.

Seção XXI
Diagnóstico escolar - rendimento discente EM

CENSO 2020 - disciplina com maior índice de reprovação EM (ano base 2019): Matemática em todos os anos escolares.

CENSO 2025 - disciplina com maior índice de reprovação EM (período 2022 a 2024): 1º) Matemática em todos os anos escolares; 2º) Física; 3º) Química/Biologia.

Seção XXII
Análise dos índices de reprovação EF e EM.

Analisando comparativamente os dados levantados em 2020 e 2025, sobre os índices de reprovação nos EF e EM, destacamos os tópicos a seguir.

1.1 Apesar das inúmeras estratégias previstas na META 5 – Planejar e executar estratégias específicas para o combate ao fracasso escolar nas áreas de conhecimento “Ciências da Natureza e suas Tecnologias” e “Matemática”, a disciplina Matemática continua sendo a principal responsável pelo baixo rendimento escolar, tanto no EF quanto no EM.

1.2 As disciplinas de Física, Biologia e Química, nesta ordem, ainda são desafios a serem superados quando o assunto é baixo rendimento escolar, principalmente no 1º ano/EM.

1.3 Os dados da disciplina com maior índice de reprovação (EF/EM) devem ser confrontados com outros dados estatísticos como, por exemplo, os dados coletados junto ao discente sobre a disciplina com maior dificuldade; também deve ser analisado conjuntamente com os resultados alcançados na META 9 – Monitorar os indicadores de avaliação de larga escala nacionais (ENEM/IDEB) como ferramenta estatística para aprimorar e aperfeiçoar as ações voltadas para o Projeto Pedagógico do SCMB.

Seção XXIII
Caracterização do SCMB – acessibilidade

CENSO 2020 - acesso principal do estacionamento não implementado: 42,9%.

CENSO 2025 - acesso principal do estacionamento ainda não implementado (42,93% = 6 CM em comparação a 66,7% = 10 CM).

CENSO 2020 - Entrada do Colégio não implementada: 28,6% (4 CM).

CENSO 2025 - entrada do Colégio ainda não implementada (de 28,6% = 4 CM em comparação a 46,7% = 7 CM).

CENSO 2020 - quantidade mínima de 5% banheiros acessíveis: 78,6% (11 CM).

CENSO 2025 - diminuição da quantidade mínima de 5% banheiros acessíveis (de 78,6% = 11 CM em comparação a 53,3% = 8 CM).

CENSO 2020 - portas adequadas das salas de aula: 61,5% (8 CM).

CENSO 2025 - portas adequadas com no mínimo 0,90cm (de 61,5% = 8 CM em comparação a 46,7% = 7 CM).

Seção XXIV
Análise dos índices de acessibilidade: adequação das estruturas físicas.

Analisando comparativamente os dados levantados em 2020 e 2025, sobre a acessibilidade destacamos os tópicos a seguir.

Comparando-se os dados sobre as adequações da estrutura física dos CM, conforme o que prevê os parâmetros da acessibilidade, observa-se que ainda há itens/áreas deficientes: acesso principal do estacionamento; rampas de acesso e sinalização tátil; banheiros adaptados entre outras demandas.

Cabe pontuar que a acessibilidade complementa a Educação Especial, mas tratam de objetivos diferentes; neste item, estamos trabalhando com o conceito de acessibilidade arquitetônica: adaptações em edifícios, ruas, transportes e espaços físicos (rampas, elevadores, piso tátil, banheiros adaptados).

O conceito macro de Acessibilidade é mais amplo; diz respeito às condições de acesso e participação em qualquer espaço ou serviço (inclusive na escola); já a *Educação Especial* é uma modalidade educacional, parte integrante do sistema de ensino, que garante atendimento especializado a determinados estudantes.

Nos últimos 5 anos, o SCMB avançou muito em relação à Educação Especial, mas ainda possui lacunas quando o assunto é acessibilidade arquitetônica, conforme mostram os dados coletados. Podem ter colaborado para os índices a criação de CMs em sedes provisórias, como CMSP e CMVM, e a escassez de recursos para as implementações das adequações, principalmente para realizar obras em CM mais antigos, como o CMF e o CMPA, por serem mais onerosas.

Seção XXV
Caracterização do SCMB – Educação Especial: demandas atuais

CENSO 2020 - Quantidade de CM com demanda de aluno EE: 12 CM (85,7%)

CENSO 2025 - efetivo discente laudado (de 85,7% = 12 CM para 100% = 15 CM)

CENSO 2020 - Quantidade de CM com demandas de Transtorno Global do Desenvolvimento/ Transtorno do Espectro Autista (TGD/TEA): 61,5% (8 CM)

CENSO 2025 - Transtorno Global do Desenvolvimento/Espectro Autista (de 61,5% = 8 CM para 100% = 15 CM)

Seção XXVI
Análise dos dados sobre Educação Especial: demandas atuais.

Analisando comparativamente os dados levantados em 2020 e 2025, sobre a Educação Especial destacamos os tópicos a seguir.

Nos últimos cinco anos, a Educação Especial avançou no SCMB tanto no aumento de alunos laudados, quanto nas atualizações das legislações que tratam o tema; observa-se um significativo aumento no número de alunos com Transtorno Global do Desenvolvimento, especialmente de espectro autista.

O aumento da demanda deve ser analisado mais detalhadamente nos estudos da meta referente à Educação Especial, que está sendo atualizada.

CAPÍTULO 2
CENSO ESCOLAR: PERFIL DISCENTE

Seção I
Perfil socioeconômico discente

O formulário "Perfil Socioeconômico Discente do SCMB 2025 obteve 8.160 (oito mil cento e sessenta) respostas, correspondendo a aproximadamente 57% dos discentes, tendo como referência o efetivo registrado em 2025 de 14.319 (quatorze mil trezentos e dezenove).

Da amostragem coletada, destacamos os dados a seguir.

Seção II
Formas de ingresso no SCMB

CENSO 2020 - ingressou no CM por Concurso de Admissão: 73,6% (NÃO); 25,96% (SIM)

CENSO 2025 - ingressou no CM por Concurso de Admissão: 75,7% (NÃO); 24,3% (SIM)

Seção III
Efetivo de alunos e alunas

CENSO 2020 - efetivo de alunos 51,07%; efetivo de alunas 48,92%

CENSO 2025 - efetivo de alunos 53%; efetivo de alunas 47%

Seção IV
Rendimento escolar - disciplina com maior dificuldade de estudo

CENSO 2020 - 25,4% (Matemática); 15,2% (Português); 13,6% (Física).

Não tenho dificuldade (13,8%).

CENSO 2025 - disciplina com maior dificuldade de estudo: 32,3% (Matemática); 11,9% Português); 9,9% (Física); Não tenho dificuldade (15,7%).

Seção V
Origem do responsável

CENSO 2020 - origem do responsável: ST/Sgt 24,77%; Civil 24,67%; Oficiais da ativa 23,09%; Militares da reserva 13,65%; Militar de outras Força 13,42%.

CENSO 2025 - origem do responsável: Civil 22,7%; ST/Sgt 22,1%; Militares da reserva 19,5%; Oficiais da ativa 19,01%; Militar de outras Força 16,3%.

Seção VI
Nível de escolaridade dos responsáveis

CENSO 2020 - escolaridade do pai: pós-graduado 34,7%; superior completo 35%; médio completo 18,2%.

CENSO 2025 - escolaridade do pai: pós-graduado 37,4%; superior completo 37,47%; médio completo 14,4%.

CENSO 2020 - escolaridade da mãe: pós-graduada 35,17%; superior completo 30%; médio completo 20,74%.

CENSO 2025 - escolaridade da mãe: pós-graduada 43,7%; superior completo 31,5%; médio completo 15,4%.

Seção VII
Renda familiar no domicílio

CENSO 2020 - renda familiar dos residentes no mesmo domicílio: acima de 10.000 reais 33%; de 1.800 a 7.400 reais 30%; de 7.500 a 9.900 reais 17%; de 1.200 a 1.700 reais 2%; não responderam 18%.

CENSO 2025 - renda familiar dos residentes no mesmo domicílio: acima de 10.000 reais 57,7%; de 1.800 a 7.400 reais 21%; de 7.500 a 9.900 reais 19,7%.

Seção VIII
Análise dos dados sobre o perfil socioeconômico discente

Analisando comparativamente os dados levantados em 2020 e 2025, sobre o perfil socioeconômico discente destacamos os tópicos a seguir.

Sobre a forma de ingresso no SCMB, houve uma ligeira queda no ingresso por concurso de admissão (24,3%), configurando, consequentemente, um ligeiro aumento de alunos matriculados por amparo (75,7%)

Quanto à origem do responsável, destaca-se o aumento em 3% de alunos dependentes de militares de outras Forças e o aumento de alunos dependentes de militares da Reserva Remunerada, o que pode ser justificado pela alteração do RCM.

Sobre o nível de escolaridade dos responsáveis, destaca-se a elevação do nível acadêmico tanto dos pais quanto das mães: + de 74% possuem o nível superior completo ou pós-graduado.

Registra-se que a maioria dos responsáveis declararam possuir renda familiar acima de 10.000 reais.

CAPÍTULO 3
CENSO ESCOLAR - PERFIL DOCENTE

Seção I
Perfil socioeconômico docente

O formulário “Perfil Socioeconômico Docente do SCMB 2025 obteve 2.098 (duas mil e noventa e oito) respostas, correspondendo a aproximadamente 96,5% dos docentes e agentes de ensino (pedagogos, monitores, psicólogos e assistentes sociais), tendo como referência o efetivo registrado em

2025 de 2.174 (dois mil cento e setenta e quatro), computando efetivos do EB e de outras Forças cedidos ao SCMB.

Da amostragem coletada, destacamos os dados a seguir.

Seção II
Categoria e regime de contratação

CENSO 2020 - professor concursado D.E 29%; professor militar temporário OTT 18%; professor militar QCO 10%; professor militar PTTC (6%); agente de ensino monitor outra Força 7%; agente de ensino monitor EB 6%.

CENSO 2025 - professor concursado D.E (24%); professor militar temporário OTT (21,3%); professor militar QCO (8,7%); professor militar PTTC (8,3%); agente de ensino monitor outra Força (5,9%); agente de ensino monitor EB (4,8%).

Seção III
Formação acadêmica

CENSO 2020 - professor com Mestrado 28%; professor com Especialização 24%; professor com Doutorado 12%; agente de ensino com Especialização 15%; agente de ensino com graduação 11%; professor com graduação 7%.

CENSO 2025 - professor com Mestrado 26,4%; professor com Especialização 22,3%; professor com Doutorado 14,6%; agente de ensino com Especialização 12,6%; agente de ensino com graduação 12,2%; professor com graduação 8,5%.

Seção IV
Formação com foco na Educação Especial

CENSO 2020 - possui formação ou algum curso com foco na Educação Especial:

NÃO 81%; SIM 19%

CENSO 2025 - possui formação ou algum curso com foco na Educação Especial:

NÃO 73,2%; SIM 26,8%

CENSO 2020 - tem interesse em curso com foco na Educação Especial:

NÃO 56%; SIM 44%

CENSO 2025 - tem interesse em curso com foco na Educação Especial:

NÃO 54,2%; SIM 45,8%

Seção V
Ano de ingresso no SCMB

CENSO 2020 - anterior a 1991 6%; de 1991 a 2000 28%; de 2001 a 2010 17%; após 2010 49%.

CENSO 2025 - de 1990 a 1999 8,8%; de 2000 a 2009 8,4%; de 2010 a 2019 23,1%; de 2020 a 2025 58,3%.

Seção VI
Quantidade de turmas

CENSO 2020 - 5 ou mais 29%; 4 Tu 16%; 3 Tu 14%; 2 Tu 10%; 1 Tu 3%.

Agentes de Ensino 25% e Professor fora sala 3%.

CENSO 2025 - 5 ou mais 31,1%; 4 Tu 18,2%; 3 Tu 14,2%; 2 Tu 6,2%.

Agentes de Ensino 24,3% e Professor fora sala 4,3%.

Seção VII
Dependentes de docente estudando no CM

CENSO 2020 - NÃO 86%; SIM 1 dependente 11%; SIM 2 dependentes 3%.

CENSO 2025 - NÃO 86,5%; SIM 1 dependente 10,4%; SIM 2 dependentes 2,8%.

Seção VIII
Renda familiar no domicílio

CENSO 2020 - renda familiar dos residentes no mesmo domicílio: acima de 10.000 reais 50%; de 7.500 a 9.900 reais 22%; de 1.800 a 7.400 reais 17%; não responderam 11%.

CENSO 2025 - renda familiar dos residentes no mesmo domicílio: entre 5.648,00 a 14.120 reais (53,2%); de 14.120, 00 a 28,240 reais (34,7%); + de 28.240 reais (6,4%).

Seção IX
Análise dos dados sobre o perfil socioeconômico docente

Analisando comparativamente os dados levantados em 2020 e 2025, sobre o perfil socioeconômico docente destacamos os tópicos a seguir.

Sobre a categoria e o regime de contratação, observa-se um aumento de professores militares temporários e de militar PTTC que, somados, respondem por quase 40 % dos docentes do SCMB; embora sejam categorias que contribuam para o equilíbrio da carga-horária, registre-se que há dificuldades de contratatação dessas categorias em determinadas disciplinas e que seus efetivos dependem do teto disponível em cada Região Militar (OTT) e do DECEx (PTTC);

Sobre a formação acadêmica, registre-se o aumento de pós-graduação tanto entre professores com Doutorado quanto entre agentes de ensino com Especialização; somando-se os dados somente de professores, temos um corpo docente com 63,3% de pós-graduação (doutorado, mestrado, especialização);

Sobre a capacitação em Educação Especial, o SCMB mostrou pequeno avanço: de 19% para 26,8% de docentes possuidores de curso na área da EE; será necessário incrementar a capacitação nos próximos cinco anos, tendo em vista o aumento da demanda da EE; há de se registrar que em 2020 e 2021, devido à pandemia, não houve oferta de capacitação no SCMB;

Quanto ao ano de ingresso, constata-se que mais da metade do corpo docente (58,3%), ingressou no SCMB a partir de 2020, fruto do crescimento da participação dos OTT no efetivo; dado relevante que indica um corpo docente composto por professores jovens em sua maioria;

Outro dado relevante é que quase metade do efetivo (49,3%) possui 4 turmas ou mais, contrastando com o efetivo de 45% que possuíam entre 4 e 5 turmas no quinquênio anterior.

Seção X
Diagnóstico sintético do Sistema Colégio Militar do Brasil

O Marco Conceitual do PP/SCMB 2021-2025, em sua síntese, reafirmou a identidade do "Aluno do Colégio Militar", apontando para o perfil de um aluno cidadão, crítico e proativo – coerente com a demanda da sociedade contemporânea – a ser alcançado pela atuação dos Colégios Militares.

A busca pela reafirmação desta "identidade" mostrou-se necessária – e segue sendo. No momento em que o mundo sofre com o paradoxo de uma economia globalizada em oposição a comportamentos sociais individualizados e desestruturação familiar, cresce de importância realçar o perfil no qual o aluno do Colégio Militar está inserido: a Educação em Valores.

A educação em valores é explicitada na LDBEN, no seu artigo 3º e no artigo 27, que determina que os conteúdos curriculares da educação básica observem, ainda, as seguintes diretrizes: "a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática" (inciso I do art. 27).

Mais do que simplesmente ser um cumprimento ao previsto na LDBEN, a Educação em Valores no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) abarca, ainda, os valores, os costumes e as tradições do Exército Brasileiro, com o objetivo, inclusive, de despertar vocações para a carreira militar. É nesse sentido que se pretende, nos próximos cinco anos, dar continuidade aos valores e às atitudes – elencados no Marco Conceitual – que reafirmem o perfil "Aluno do Colégio Militar".

A análise do Marco Situacional, por sua vez, permite perceber que houve avanço na maioria das metas traçadas no quinquênio 2021-2025. Há de se considerar que em 2020 o perfil de aluno desejado pelo SCMB foi colocado à prova devido às consequências da pandemia. O *feedback* recebido pela Diretoria acerca da migração do ensino presencial para o ensino remoto apontou novos desafios a serem superados, como, por exemplo, o envolvimento maior da família no cotidiano escolar, a reestruturação e redefinição do uso da plataforma *Moodle*, a necessidade premente da capacitação e da avaliação de desempenho docente no uso das TDIC e na elaboração e execução do planejamento escolar.

Como é possível depreender do histórico do Sistema, as mudanças nas políticas públicas nacionais de ensino, em consonância com transformações em nível mundial, incrementaram a finalidade assistencial dos Colégios Militares, permitindo a ampliação do acesso a uma gama muito mais diversificada de alunos, mas sinalizam, também, para uma necessidade de se investir no caráter preparatório, a fim de permitir aos alunos – via currículo de base comum e oferta de itinerários – novos caminhos para acesso à vida acadêmica e à formação profissional, em especial no que se refere à vocação militar, muito particularmente para os concursos às escolas militares.

Esse novo cenário potencializa o "efeito-escola" e norteia as metas para o próximo quinquênio, a partir de dois critérios básicos: primeiro, a permanência de pilares da proposta pedagógica em metas que se referem ao ensalamento, ao combate ao fracasso escolar e ao

acompanhamento constante do rendimento discente. O segundo critério refere-se ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e à adequação a cenários futuros, como por exemplo, a implantação da Educação Digital no SCMB: incremento dos ambientes virtuais de aprendizagem; investimento na capacitação e atuação docente; modernização do currículo, a fim de atender às novas demandas educacionais.

O avanço da tecnologia e das redes sociais, no momento em que se discute a ética no mundo digital, reafirmou a necessidade do lançamento do Projeto de Educação Digital no SCMB, traçando novos rumos para o uso de tecnologias dentro e fora do ambiente escolar.

Ao longo do quinquênio 2021-2025, outros desafios surgiram e foram inseridos, ainda que empiricamente, no cotidiano escolar e nas estratégias das metas a serem alcançadas.

A crescente demanda de alunos da Educação Especial necessitou de um olhar mais atento tanto à necessidade de capacitação do corpo docente quanto da revisão da legislação que norteia a Educação Especial no SCMB, responsável pelas diretrizes sobre o planejamento, a execução e a avaliação dos alunos.

A análise mais detalhada do perfil discente e da família militar, bem como do corpo docente, permite ratificar os propósitos das metas destinadas ao envolvimento da família, ao desenvolvimento das competências socioemocionais e à atuação docente, vetores fundamentais para a formação integral do aluno dos Colégios Militares.

Diante dessas novas perspectivas, como organizadora para o esforço de cada uma das unidades escolares do SCMB, a DEPA atualiza e incrementa o conjunto de metas que serão apresentadas e detalhadas no capítulo a seguir, visando ao próximo quinquênio: 2026-2030.

TÍTULO III
MARCO OPERACIONAL

CAPÍTULO 1
A ESCOLA QUE QUEREMOS: CAMINHOS A PERCORRER

Seção I
Contextualização

Sobre o Marco Operacional, cabe registrar que as palavras **coerência** e **continuidade** continuam sendo premissas para a atualização do PP/SCMB. Essas duas palavras, segundo a metodologia de VASCONCELLOS (2008)[3], são os pilares de um Projeto Pedagógico.

É na ***Coerência*** que se busca a integração de todas as instâncias do processo ensino-aprendizagem em um mesmo referencial teórico. Não existem incongruências quando se passa dos currículos para as aulas, ou destas para a avaliação. Também não há dissonância entre a expectativa do aluno que transparece nas normas e aquele discente com o qual convivem os professores, no dia-a-dia escolar.

É na ***Continuidade*** que se garante a longevidade do planejamento, da execução e da avaliação do que foi planejado. Os sobressaltos são reduzidos – ainda que não extintos – e aquelas mudanças inerentes às escolas militares, como, por exemplo, as substituições das chefias, ocorrem com traumas muito menores.

Como forma de avançar, aperfeiçoar as práticas pedagógicas no SCMB e reafirmar a identidade dos Colégios Militares – “educandários fortemente ancorados nos valores éticos e morais, nos costumes e nas tradições cultuados pelo Exército Brasileiro” – foram agregados às premissas iniciais os estudos enriquecedores de Antunes[2] (2013) acerca da escola pública, onde são enumerados nove passos para uma educação de excelente qualidade:

1) Alunos entusiasmados;
2) Professores preparados;
3) Gestão eficiente;
4) Envolvimento familiar;
5) Aprendizagem significativa;
6) Planejamento pedagógico uniforme em todas as unidades da rede;
7) Transformar o ambiente instrucional em espaço de alegria e empreendedorismo;
8) Aprender a fazer, compartilhar e ser; e
9) Avaliação coerente com foco nos objetivos.

3(2) ANTUNES, Celso. *9 passos para uma escola pública de excelente qualidade*. São Paulo: Vozes, 2013.
(3) VASCONCELLOS, Celso S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.* São Paulo: Libertad, 2008.

O primeiro, dos nove passos apresentados em Antunes, fala do corpo discente da escola: manter alunos entusiasmados. Métodos de repetição e a imposição de memorizações estáticas sem decodificar as próprias implicações, não habilitam o aluno a transferir o que aprendeu para a sua necessária leitura do mundo e compreensão do entorno. (ANTUNES, 2013, p. 65).

O segundo passo é ter professores preparados. Uma aula não pode ser a mera repetição de uma informação vazia, entregue burocraticamente mediante a passagem de conteúdos conceituais a serem memorizados. Deve haver a preocupação de transferir e contextualizar o conhecimento. E é preciso aferir se os professores aplicam o que estudam, e se o reflexo de sua capacidade é aceitável, traduzindo-se em eficiente aprendizagem da parte dos seus alunos. (ANTUNES, 2013).

O passo seguinte é a busca de uma gestão eficiente. O gestor de escola precisa saber se situar dentro de seu estabelecimento de ensino, não se afastando de questões rotineiras, além do óbvio acompanhamento do que ocorre dentro da sala de aula, como o uso das instalações, a distribuição e uso do material didático etc. (ANTUNES, 2013).

Para Lück (2015), gestão educacional equivale à gerência da dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em particular, em acordo com as diretrizes educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos.

O quarto passo é buscar o envolvimento familiar. A proximidade fraterna e efetiva entre gestores, pais e professores deve ser tentada até o impossível. Antunes (2013) sugere as seguintes iniciativas: acompanhamento do desenvolvimento intelectual e social dos filhos; apoio aos professores no estabelecimento de limites e na firmeza e coerência com que filhos e alunos compreendam o 'não'; empenho e dedicação em assumir um quadro de valores e referências que expressem a mesma linguagem utilizada na escola; adotar, juntamente com a escola, a coerência na aplicação da linguagem dos verbos elogiar, escutar e exemplificar; envolver-se nos projetos pedagógicos planejados pela escola; cooperar para atividades não pedagógicas; a disponibilização de espaço e de atividades profissionais para campo de experiências dos alunos; a cooperação na desmontagem de estereótipos e de preconceitos e ajudar os filhos nas tarefas escolares.

Esta é uma parceria muito importante e que, seja pelas exigências da vida moderna, seja pela falta de sensibilidade, muitas vezes não é estabelecida. De acordo com Schelb (2008):

> *"Se você quer saber como seu filho realmente é, pergunte ao professor dele! As orientações e alertas que os professores dão às famílias são muito importantes para você educar seu filho. Adolescentes podem ser influenciados por terceiros a muitos comportamentos indesejáveis, inclusive ao consumo de drogas. É importante identificar as influências o quanto antes. Infelizmente, muitas famílias descobrem tarde demais que seus filhos estão envolvidos com drogas ou com a criminalidade. Você nunca é capaz de identificar situações de risco quando está envolvido emocionalmente! Acredite, o professor é o maior aliado de seu filho".*

O passo seguinte é a aprendizagem significativa. O aluno aprende melhor quando não apenas repete de forma autômata. Um dos fatores principais do sucesso de escolas é a avaliação contínua do que se aprendeu em sala em múltiplas oportunidades. (ANTUNES, 2013).

O sexto passo é planejamento pedagógico uniforme em todas as escolas da rede e sintonizado nos objetivos das avaliações oficiais. Está aí o papel da DEPA como gestor do Sistema.

O sétimo passo é transformar um espaço instrucional em lugar forjador de alegria e empreendedorismo. Voltemos à atuação do mestre. Cabe a ele mudar uma fala impositiva por uma reflexiva, o excesso de afirmações pela criação de dúvidas, buscar a exploração do pensamento produtivo do aluno e o desenvolvimento de exercícios para que aprenda a resolver problemas, inclusive em matemática. (ANTUNES, 2013).

O oitavo passo é aprender a fazer, compartilhar e ser. O aluno necessita aprender a aprender, mas também aprender a se relacionar. Uma excelente estratégia para o alcance dessa meta são atividades, projetos ou aulas em que se trabalhe em grupo. Neste aspecto a competência do professor em avaliar o desempenho dos alunos quando realizam tarefas coletivas é parte importante. (ANTUNES, 2013).

O nono passo é o exercício de uma avaliação coerente e com foco nos objetivos da aprendizagem. Nos dias de hoje, há um consenso universal de que as provas e os outros instrumentos avaliativos devem ser claros, lúcidos e explícitos. Para Antunes (2013, p. 178), um sistema de avaliação apresenta algumas características comuns, entre as quais é importante destacar:

- tem missão formativa, com informações claras ao professor, ao aluno e aos pais sobre o progresso e os limites, destacando os pontos em que se necessita maior empenho;

- é global, oferece informações não apenas sobre os avanços conquistados nas disciplinas ensinadas, mas também com foco no interesse, motivações, necessidades e habilidades;

- é contínuo ao levar em conta, além das provas, lições, trabalhos em grupo, e observação do desempenho cotidiano;

- é integrador, ao considerar a situação do aluno dentro da escola, mas também dentro do universo familiar; e

- é tranquilizador, ou seja, o aluno deve percebê-lo como um instrumento normal do acompanhamento de seu progresso, não causando tensões e ansiedades.

Quanto à escola sendo alçada a um lugar adequado ao desenvolvimento de valores, é possível afirmar que se trata de uma proposta vinculada a um lugar construtor de atitudes e referências, a serem internalizadas para contribuir à formação da cidadania e da boa convivência.

Ao falar de valores, não se limita apenas a uma troca afetiva que o ser humano realiza com o exterior, objetos ou pessoas, como estabelece o “método piagetiano”. Refere-se a uma construção que ultrapassa a dimensão da afetividade e, no caso do SCMB, usa como base as premissas destacadas na atmosfera vivida nas organizações militares do Exército Brasileiro. Por não serem profissionais das armas, não estando, portanto, sujeitos às leis e regulamentos que gerem o estamento militar, os alunos convivem, desde cedo, com os pilares professados pela Instituição. Referências que vêm da História do Brasil, escrita pelo exemplo vivido em atos e fatos oriundos da participação de insignes figuras militares como o Duque de Caxias e o Marechal Rondon. E na observância de usos, costumes e regras estabelecidas no bojo da educação militar e que também estão guiadas em fundamentos como os artigos 27 e 28 do Estatuto dos Militares (BRASIL, 1980):

> *“Art. 27 - São manifestações essenciais do valor militar:*
> *I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;*

II - o civismo e o culto das tradições históricas;
III - a fé na missão elevada das Forças Armadas;
IV - o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;
V - o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e
VI - o aprimoramento técnico-profissional.
Art. 28 - O sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com a observância dos seguintes preceitos da ética militar:
I - amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal;
[...]
III - respeitar a dignidade da pessoa humana;
IV - cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;
[...]
VIII - praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação;
[...]
XI - acatar as autoridades civis;
XII - cumprir seus deveres de cidadão;
XIII - proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;
XIV - observar as normas da boa educação. [...]"

Inspirados nesses estudos, que remetem ao pressuposto "a escola como lugar de desenvolvimento de valores", a edição 2026-2030 do PP/SCMB mantém o embasamento teórico, dá continuidade à maioria das metas previstas nos últimos cinco anos e reafirma as premissas para a atualização de suas metas:

I - Todas as metas buscam a projeção de uma escola atual e atenta às necessidades de uma geração de estudantes e no compromisso com a formação de cidadãos de bem;

II - A Escola como: ambiente de aprendizagem, espaço de socialização, espaço de transmissão de valores e despertar de carreiras (vocação);

III - A Meritocracia como premissa para a valorização do trabalho docente/discente;

IV - O ensino da Língua Portuguesa fortemente embasado no desenvolvimento discursivo da LÍNGUA CULTA;

V - Uma formação calcada em VALORES: ordem, respeito mútuo, responsabilidade, disciplina, reconhecimento ao princípio de autoridade, honestidade, aceitação do "não", aprender a lidar com frustrações;

VI - Compromisso direto com a Instituição Exército Brasileiro;

VII - A liberdade de cátedra balizada pelo Projeto Pedagógico;

VIII - A Educação Digital integrada ao ambiente escolar; e

IX - O aperfeiçoamento da Educação Especial para atender as demandas do SCMB.

Chegamos, então, aos Marcos Operacionais dos CM (M Op/CM), única etapa que é plural dentro do PP/SCMB, porque reconhecemos que os CM são unidades diferentes, integradas em um Sistema de objetivos claros. Por suas peculiaridades, os CM precisam descobrir, planejar, executar e avaliar estratégias particulares para se deslocar na direção dos objetivos comuns do SCMB.

Chegamos, então, aos Marcos Operacionais dos CM, única etapa que é plural dentro do PP/SCMB, porque reconhecemos que os CM são unidades diferentes, integradas em um Sistema de objetivos claros. Por suas peculiaridades, os CM precisam descobrir, planejar, executar e avaliar estratégias particulares para se deslocar na direção dos objetivos comuns do SCMB.

A DEPA, como promotora da elaboração dos dois primeiros marcos, fixa, neste documento, orientações para os CM construírem seus Marcos Operacionais. Estas orientações pretendem ser claras e didáticas, para que não ocorram desvios ou interpretações errôneas sobre as relações entre o que se espera dos CM e a atual posição de cada um.

As orientações apontarão para metas a serem seguidas pelos CM. Essas metas deverão ser cumpridas no prazo de até cinco anos.

Seção II
Metas para o quinquênio 2026-2030

Em consequência dos estudos realizados pelos Grupos de Trabalho (GT), as METAS foram atualizadas, de acordo com o novo contexto, após dez anos desde a primeira edição do PP/SCMB.

Diferentemente das edições anteriores, as metas não foram subdivididas em categorias como caracterização geral dos CM e rendimento escolar, perfil docente e perfil discente, uma vez que elas estão, na maioria das vezes, interligadas, não se excluem e se completam muitas vezes.

É importante enfatizar que as metas são fortemente influenciadas pela linha pedagógica seguida e, recursivamente, influenciam esta linha. Assim, por exemplo, as características físicas de uma sala de aula padrão têm a ver com o tipo de didática que se pretende conduzir nela, e esta didática é tributária de uma corrente pedagógica específica. Se, por algum motivo, o SCMB mudar sua corrente pedagógica – que hoje é o *ensino por competências* e está vinculada ao tipo de sujeito que se pretende formar – então uma nova concepção de didática será necessária e, talvez, isso implique redimensionar as características das salas de aula.

Na atualização proposta, a META 2 - Possuir as dependências/instalações listadas no Marco Situacional, após 10 anos inserida no Projeto Pedagógico, atingiu 100% na maioria dos CM. Os casos pontuais de dependências/instalações devem permanecer como objetivos a serem alcançados pelos CM que ainda não as possuem. Desta forma a antiga META 2 da PP/SCMB (2021-2025) fica subtraída da presente edição, e a lista de dependências/instalações que os CM devem possuir, para melhor atendimento da PP/SCMB, permanecem como anexo ao presente documento, como referência aos atuais e futuros CM pertencentes ao SCMB.

Seguem o detalhamento e as orientações para as 16 (dezesseis) metas a serem alcançadas no quinquênio 2026-2030.

Seção III
META 1 - Atingir, no máximo, o efetivo de até 30 alunos em todas as salas de aula.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) não estabelece número máximo de alunos por turma. Ela determina apenas que cada sistema de ensino (estadual ou municipal) defina parâmetros adequados conforme as condições locais.

Como parâmetro, o SCMB vem adotando, desde 2016, o número máximo de 30 alunos por sala, após definir a metragem de 42 m^2 para o tamanho mínimo admitido em suas salas.

O SCMB entende que 30 alunos por sala é um efetivo que permite um eficaz manejo de classe, dentro do ensino por competências e com a valorização da avaliação formativa, mesmo com a crescente demanda por vagas e o aumento de matrículas de alunos da Educação Especial (EE).

A partir da autorização do Diretor da DEPA, o SCMB permite variações no ensalamento que vão de 25 alunos/sala até, em casos excepcionais, 35 alunos/sala. Esta variação para mais só deverá ser admitida após iniciado o ano letivo, como margem emergencial, para atender as transferências tardias de alunos amparados ou em outras situações extraordinárias, como o ingresso de alunos da EE.

Seção IV
META 2 - Integrar a Educação Digital ao ambiente escolar dos Colégios Militares

Fruto da necessidade do uso de novas tecnologias na prática docente, o desenvolvimento de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) nos Colégios Militares foi objeto da *META 3 – Ampliar e padronizar a utilização dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem nos Colégios Militares,* na 2ª edição do PP/SCMB*.* A partir de 2020, os CM implantaram e desenvolveram seus AVA, de acordo com as orientações da DEPA.

Ainda em 2020, a pandemia do Coronavírus fechou os Colégios e impôs a educação a distância como alternativa capaz de manter o andamento do ano escolar, consolidando a utilização do AVA em todos os CM. No contexto mundial, as TIC assumiram papel preponderante na vivência dos jovens e crianças socialmente isolados em suas casas, mudando paradigmas de interação até então vigentes. A comunidade escolar, então, passou a buscar soluções que utilizassem essas mesmas TIC de forma pedagógica, adaptando-se às características dessa nova geração, mas também potencializando as práticas do ensino-aprendizagem por meio da Educação Digital.

Com o fim da situação de pandemia, em 2023, o SCMB implantou o Programa de Educação Digital (Pgm ED), alinhado à Diretriz de orientação para o incremento da educação assistida por tecnologias digitais do DECEx (EB60-D-05.006), estabelecendo metas, organizando e normatizando os esforços do sistema nessa área.

Com o acompanhamento e a avaliação da implantação do Pgm ED efetuados durante o ano de 2024 e considerando as determinações sobre o assunto em vigor desde 2020 nas NPGE, foi criado um Grupo de Trabalho (GT4) com o objetivo de analisar o panorama atual da Educação Digital, propondo ações de suporte que, calcadas na realidade do SCMB, permitirão que a ED seja consolidada e integrada ao ensino por competências no período 2026-2030.

Como ponto de partida, foi necessário ter em mente que a integração entre a educação e a tecnologia, criando experiências de aprendizagem aprimoradas por meios digitais, devia ir além da simples utilização de aplicativos em sala de aula, valendo-se do (a):

I - Ensino híbrido, participativo e em rede, buscando desenvolver uma educação ubíqua;

II - Desenvolvimento da inteligência emocional e do papel protagonista do aluno, por meio da educação participativa, do aprender fazendo (*cultura maker*) e do emprego de Metodologias Ativas de Aprendizagem;

III - Prospecção e emprego das inovações tecnológicas nos processos de ensino e de aprendizagem;

IV - Personalização do ensino e automatização da gestão escolar por meio de soluções de acompanhamento de desempenho do discente e de gerenciamento educacional; e

V - Desenvolvimento da literacia digital, permitindo o emprego das informações disponíveis nas mídias digitais, sem restrição de tempo e espaço.

Fruto da avaliação dos óbices encontrados, soluções apresentadas e resultados alcançados no desenvolvimento do Pgm ED em 2024, foram elencados fatores críticos de sucesso e as propostas ou linhas de ação a eles relacionadas que devem nortear os planejamentos e estratégias dos integrantes do SCMB.

A rápida evolução e a universalização de soluções em educação digital, quando bem utilizadas, impulsionam o aprendizado dos alunos e os resultados das escolas que os adotam. Neste contexto, constitui-se em ação vital, para manter a relevância do SCMB no cenário educacional brasileiro, que nosso sistema conduza uma cuidadosa integração da tecnologia digital e inteligência artificial, aliando a prática pedagógica e a gestão escolar, de forma consistente e sustentável ao longo dos anos. Para tanto, foram listadas as premissas e as ações sugeridas para o desenvolvimento da Educação Digital no quinquênio 2026-2031:

1. Engajar e capacitar professores e agentes de ensino;

2. Aperfeiçoar a infraestrutura;

3. Engajar os alunos;

4. Desenvolver um currículo digital; e

5. Estabelecer parcerias e suporte.

As várias ações indicadas já estão previstas no Programa de Educação Digital (Dez 2024) e, portanto, já estão em curso, devendo constar na elaboração do M Op/CM, para o quinquênio 2026-2031, o planejamento e detalhamento das seguintes ações:

1. Engajar e capacitar professores e agentes de ensino.

1.1. Motivar docentes para a utilização de metodologias ativas e das TDIC com intencionalidade pedagógica;

1.2. Promover a participação em eventos externos e a capacitação continuada de professores e agentes de ensino, para possibilitar a prospecção e a qualificação em novos equipamentos e ferramentas e o desenvolvimento do embasamento teórico e metodológico para a utilização pedagógica das ferramentas disponíveis;

1.3. Universalizar a capacitação em ética e literacia digital, por se tratar de assunto corriqueiro e transversal a todas as disciplinas, proporcionando unidade de discurso e de ações em todo o sistema; e

1.4. Estabelecer um sistema para que informações e boas práticas possam tramitar horizontalmente entre os CM.

2. Aperfeiçoar a infraestrutura.

2.1 Disponibilizar recursos para a contratação de serviços, serviços continuados e aquisição de ferramentas de apoio à ED, talhados para responder às necessidades pedagógicas dos Colégios;

2.2. Desenvolver ou adquirir normas, soluções em TI e adaptações talhadas às necessidades pedagógicas específicas para o público e currículo dos ensinos fundamental e médio, inclusive com o aperfeiçoamento do EB Virtual e do Sistema Integrado dos Colégios Militares (SinCoMil);

2.3. Estabelecer prazos e alocar recursos correspondentes para o completamento, desenvolvimento, substituição por obsolescência e manutenção das estruturas lógica e física em apoio ao CM, tanto no investimento quanto no custeio;

2.4. Promover um permanente escrutínio das soluções de TDIC, da infraestrutura física e da infraestrutura lógica em uso pedagógico, a fim de prevenir gargalos e obsolescência;

2.5. Realizar permanente prospecção do mercado educacional, buscando incorporar sempre as soluções mais adequadas pedagogicamente e de menor custo;

2.6. Manter atualizado o QCP dos CM, estabelecendo os efetivos e qualificações necessários para o pessoal da SAMTec;

2.7. Estabelecer uma política consistente de segurança cibernética, adequada às necessidades pedagógicas dos CM.

3. Engajar os alunos.

3.1. Instituir normas de apoio aos alunos digitalmente excluídos (carentes);

3.2. Implementar projetos de aprendizagem online com objetivos que motivem os discentes; e

3.3. Estabelecer um canal de diálogo com a família para o apoio às mudanças implementadas.

4. Desenvolver um currículo digital.

4.1. Desenvolver e integrar módulos de aprendizagem digital em disciplinas selecionadas; e

4.2. Criar um banco de recursos digitais, incluindo vídeos, *e-books*, correções de listas de exercícios e aplicativos educacionais, disponível para alunos e professores.

5. Estabelecer parcerias e suporte.

5.1. Buscar parcerias com empresas de tecnologia e universidades para obter suporte técnico e recursos adicionais.

Seção V
META 3 - Acompanhar os índices de reprovação em todos os anos letivos

Fixar metas para a redução da reprovação é sempre um risco, porque estimula o recurso a duas patologias da avaliação: a relativização da qualidade e a adequação das estatísticas, que já foram

objetos de estudo das Normas para Avaliação Escolar do SCMB. A primeira tende a adequar a exigência docente à expectativa de resposta pelo aluno; a segunda tem o intuito de aproximar os resultados escolares a uma expectativa de estatística. Ambas culminam em um termo comum: a leniência.

Para o alcance desta meta, não há um índice aceitável de reprovação. Toda reprovação indica um fracasso do processo ensino-aprendizagem provocado por diversos fatores que precisam ser estudados, indo além da "culpabilidade" do aluno: docentes, currículo, corrente pedagógica, gestão escolar. Os índices de reprovação devem ser acompanhados como objetos de estudo para se aperfeiçoar o processo. O mais importante é estar atento não aos números estatísticos (se altos ou baixos), mas aos caminhos que levaram à sua construção.

Reitera-se que o índice não é por si só indício de fracasso escolar, uma vez que vários vetores podem contribuir para a redução do rendimento. O mais importante é o acompanhamento e a análise apurada sobre as possíveis causas do resultado, cabendo à equipe pedagógica (Supervisão, Psico e Coordenação de Ano) levantar hipóteses, diagnosticar causas e traçar estratégias para atuarem no ano letivo em curso.

A Supervisão Escolar, apoiada pela Seção Psicopedagógica, pela Coordenação de Ano e pela Seção de Atendimento Educacional Especializado, também atua diretamente junto a professores e/ou as coordenações de ano escolar orientando na busca por estratégias que contribuam para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

O CM, através da Seção Técnica de Ensino, deve realizar a análise dos resultados obtidos nas diversas avaliações com o objetivo de produzir quadros estatísticos sobre o rendimento da aprendizagem. Orienta-se que o CM, ao verificar algum resultado como discrepante, acione a Seção de Supervisão Escolar e Coordenação de Disciplina para que o professor seja orientado a rever sua prática avaliativa.

O CM deve manter suas ações de acompanhamento e pode detalhar em seu M Op/CM as estratégias sugeridas abaixo:

I - Revisão dos métodos de avaliação;

II - Oferta de uma recuperação qualitativa;

III - Apoio pedagógico;

IV - Reforço escolar;

V - Oferta de atividades complementares;

VI - Disponibilização de monitorias (professor-aluno, aluno-aluno);

VII - Uso da tecnologia (AVA e outras TIC's), dentre outras;

VIII - Acompanhamento cerrado juntos aos alunos pela coordenação de ano e Seção Psicopedagógica;

IX - Acompanhamento cerrado pela Seção Psicopedagógica junto às famílias; e

X - Coordenação de ações com as outras metas referentes ao currículo, aos docentes, à gestão escolar e à recomposição de aprendizagens, para a redução dos índices de reprovação.

Seção VI
META 4 - Planejar e executar estratégias específicas para o combate ao fracasso escolar nas quatro Áreas de Conhecimento: “Ciências da Natureza e suas Tecnologias”, “Matemática”, “Ciências Humanas” e “Linguagens e Códigos”

Com base na análise de dados coletados no CENSO ESCOLAR, a disciplina de Matemática, para os Ensinos Fundamental e Médio, e as disciplinas da área de conhecimento “Ciências da Natureza e suas Tecnologias”, para o Ensino Médio, continuam sendo aquelas que apresentam maiores índices de reprovação dentro do SCMB. No quinquênio 2021-2025, houve avanços no desenvolvimento de estratégias voltadas para combater o fracasso escolar nessas disciplinas. A separação da disciplina Matemática da área de Ciências para integrar uma área de conhecimento específica mostrou-se eficaz, bem como a construção de Planos de Execução Didática (PED) centralizados, com indicação de avaliação centralizada pela DEPA. A inclusão de estratégias de aprendizagem nos PED ao final de cada sequência didática também se mostraram medidas eficientes para colaborar com o alcance da meta. Iniciativas como a criação de Clubes de Matemática, participação em Olimpíadas do Conhecimento, o desenvolvimento do Programa de Iniciação Científica e a participação no Desafio Global do Conhecimento apresentaram novas possibilidades para o aumento do efeito-escola nessas áreas do conhecimento.

A partir desse contexto, ainda que os resultados não tenham alcançado os índices desejados, estamos ampliando o alcance da meta, estendendo para todas as áreas do conhecimento a possibilidade de se pensar em estratégias específicas para combater o fracasso escolar em cada uma delas, elevando, consequentemente, o efeito-escola.

Pensar em estratégias para desenvolver a competência leitora, por exemplo, contribuirá para um melhor desempenho dos alunos nas áreas de Linguagens e Ciências Humanas que necessitam, fundamentalmente, da habilidade de intepretação e da prática escrita.

Para as novas áreas de conhecimento inseridas na meta, sugere-se algumas ações e estratégias que, se adotadas, devem ser detalhadas pelos CM em seus M Op/CM:

1. Área de Linguagens e Códigos

1.1. Leitura e Produção Textual

1.1.1. Implantar projetos de leitura contínuos (clubes do livro, rodas de leitura, saraus, contação de histórias).

1.1.2. Estimular a produção de textos variados (artigos de opinião, crônicas, resenhas, *podcasts* roteirizados).

1.1.3. Ampliar o uso de textos multimodais (quadrinhos, charges, memes, propagandas, infográficos).

1.2. Escrita e Oralidade

1.2.1. Criar oficinas de escrita criativa e de argumentações voltadas para vestibulares e redação do Enem.

1.2.2. Incentivar debates, seminários e apresentações orais para desenvolver clareza e autonomia na comunicação.

1.3. Uso de Tecnologias Digitais

1.3.1. Utilizar plataformas digitais para análise de textos e produção colaborativa (blogs, *wikis*, murais virtuais).

1.3.2. Incorporar ferramentas de edição de vídeo e áudio para desenvolver narrativas multimídia.

1.4. Língua Estrangeira

1.4.1. Desenvolver projetos interdisciplinares (ex.: música em inglês + análise cultural).

1.4.2. Estimular o uso de aplicativos e intercâmbio virtual para contato real com outras línguas.

2. Área de Ciências Humanas

2.1. Metodologias Ativas

2.1.1. Utilizar estudos de caso e *role play* (interpretação de papéis) para analisar acontecimentos históricos, geográficos e sociais.

2.1.2. Promover Aprendizagens Baseadas por Projetos (ABP) ligando temas locais a questões globais.

2.2. Pensamento Crítico e Cidadania

2.2.1. Incentivar a análise de fontes históricas, notícias, mapas e gráficos para desenvolver leitura crítica da realidade.

2.2.2. Debater temas atuais (mudanças climáticas, desigualdades, cidadania digital, direitos humanos) relacionando-os ao currículo.

2.3. Interdisciplinaridade

2.3.1. Projetos conjuntos entre História, Geografia, Sociologia e Filosofia, articulados a Linguagens.

2.3.2. Estimular trabalhos que unam Ciências Humanas e Arte, como exposições, curtas-metragens e podcasts temáticos.

2.4. Cultura e Memória

2.4.1. Desenvolver projetos de memória local (história oral, entrevistas com moradores, resgate de tradições).

2.4.2. Realizar saídas pedagógicas para museus, centros culturais e espaços históricos.

3. Ações Transversais (para ambas as áreas)

3.1. Formação continuada de professores com foco em metodologias ativas, letramento digital e interdisciplinaridade.

3.2. Acompanhamento individualizado (tutoria, reforço escolar, grupos de estudos).

Avaliações diagnósticas frequentes, seguidas de planos de recuperação paralela.

3.3. Gamificação: uso de jogos digitais e dinâmicas de competição colaborativa para engajar os estudantes.

3.4. Parceria escola-família: oficinas de leitura e rodas de conversa para engajar os responsáveis.

3.5. Projetos interdisciplinares anuais que resultem em feiras culturais, revistas digitais, documentários ou exposições abertas à comunidade.

Seção VII

META 5 - Reestruturar o currículo do Ensino Médio em consonância com as leis vigentes, garantindo a flexibilidade, a formação integral e a identidade do SCMB

Com a reformulação do EM em 2020, devido à implantação da BNCC, o currículo do SCMB sofreu significativas mudanças, devido à sua divisão em FGB e IF, o que veio ao encontro de uma proposta com viés mais preparatório, com mudanças, especialmente, nas avaliações.

Após cinco anos vivenciando essas mudanças, e com base nos estudos do GT 2, que teve como tema o Ensino Médio, foram consideradas algumas reflexões:

➢ *A premissa de um Ensino Médio mais preparatório, conforme definido no atual PP/SCMB, mostrou-se eficaz?*

Não resta dúvida de que cada vez mais se faz necessário que o EM seja preparatório, posto que o principal objetivo dos alunos ao final desta etapa da Educação Básica é a aprovação em alguma instituição de Ensino Superior, seja ela militar ou civil. Todavia, essa mudança trouxe implicações importantes no currículo e nas formas de avaliação, que precisam ser constantemente reavaliadas.

O Ensino Médio deve promover a formação integral dos estudantes, indo além da preparação exclusiva para a realização de certames. Nesse sentido, o Ensino Médio do SCMB, além de ser apenas "mais preparatório", deve destinar uma porcentagem da carga horária prevista na matriz curricular para uma preparação estratégica e direcionada, voltada ao ingresso em universidades e concursos militares ao término da etapa escolar.

➢ *Quais as ações e estratégias podem ser tomadas para aprimorar o viés preparatório?*

Propomos as seguintes ações a serem tomadas para aprimorar o viés preparatório do Ensino Médio:

1. Formação continuada dos professores e atualização pedagógica com direcionamento aos concursos militares e civis;

2. Aplicação de simulados periódicos e bonificados;

3. Modificação no Sistema de Avaliação.

Ainda dentro deste tema, destacamos os seguintes pontos fortes e propostas de melhoria:

➢ *Pontos Fortes:*

Destacamos o fato de nosso currículo já estar adequado à BNCC e extrapolar a carga horária mínima necessária, conforme estabelecia a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a LDBEN e deu outras providências. Além disso, a criação dos IF CaMil e CaUni mostrou-se eficiente, considerando o público discente dos Colégio Militares.

➢ *Oportunidade de melhoria:*

Com a publicação da Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, que estabeleceu um redimensionamento de carga-horária do EM, de 60% para 80% de conteúdos pertencentes à Formação Geral Básica e a redução de 40% para 20% da carga-horária destinada aos IF, fazem-se necessários novos ajustes na grade curricular do EM.

As premissas para a reestruturação do EM no SCMB foram as seguintes:

a) Projeto Pedagógico SCMB: continuação do Ensino Médio mais preparatório e Ensino Fundamental mais formativo.

b) Aumento da carga horária da FGB, totalizando 3.360 h/a (80% do total do EM).

c) Diminuição da carga horária dos IF, totalizando 840 h/a (20% do total do EM).

d) Concentração dos IF no 3º ano, em uma perspectiva revisional, focando no ENEM (CAUni) e nos concursos militares (CAMil).

e) Para fins de construção curricular, os PED do 3º ano consideraram a soma da carga horária da FGB e do IF para cada disciplina. Ex: o PED de Biologia para o CAUni do 3º ano possui 120h/a, sendo 40h/a provenientes da FGB e 80h/a provenientes do IF CAUni.

f) Em caso de necessidade, o 1º trimestre do 3º ano poderá ser utilizado para finalizar o conteúdo da FGB. Assim, o 2º e o 3º trimestres ficam destinados à revisão focada nos objetivos de cada IF.

g) Após o concurso da EsPCEx (mês de setembro), as aulas do IF CAMil no 3º ano serão destinadas à revisão de conteúdos para o ENEM.

Para o alcance da meta, o CM deve observar em seu M Op/CM:

1. Planejamento de capacitações regulares sobre a BNCC e os Itinerários Formativos, com foco nas metodologias ativas, nas avaliações formativas e somativas e nos objetivos de cada IF;

2. Coordenação dos efetivos do 3º ano para a formação das turmas do IF CAMil e do IF CaUni;

3. Acompanhamento dos Planos de Execução Didática (PED) das disciplinas que compõem as áreas do conhecimento do EM, bem como de suas cargas-horárias e da abordagem das avaliações; e

4. Manutenção e acompanhamento da disciplina Projeto de Vida no 1º ano/EM.

Seção VIII
META 6 - Aumentar os índices de inscrição e de aprovação nos concursos para todas as Escolas Militares

A aprovação na EsPCEx vincula-se, diretamente, com a definição histórica da finalidade preparatória dos CM, que é a aprovação para as carreiras militares, em especial para aquela Escola, conforme previsto na Lei de Ensino do Exército (Lei 9.786/99).

Paralela à participação dos alunos do SCMB nos concursos da EsPCEx, é também histórico o interesse discente para ingresso no IME. No entanto, análises de resultados das séries históricas mostram uma tendência de aprovação por iniciativas pontuais de alguns CM. Considerando a importância do IME para a Força e para o cenário educacional brasileiro e visando ao incremento do caráter preparatório, tanto para a vocação militar quanto para o ingresso no ensino superior, os CM

devem planejar ações e estratégias para que o alcance da presente meta deixe de ser regionalizado e passe a compor a identidade do aluno do SCMB.

Além disso, para o quinquênio 2026-2030, estamos ampliando o alcance das metas, a fim de abranger o maior número possível de escolas militares.

Conforme prevê o Regulamento dos Colégios Militares, em seu art. 6°, inc. VI, uma das metas pedagógicas do SCMB é despertar a vocação para a carreira militar no aluno. A fim de atender este objetivo, os colégios militares oferecem o itinerário CaMil, que se destina a contribuir na preparação dos alunos para a seleção em escolas militares, além de realizar diversas outras atividades ao longo no ano letivo.

Como ações para incrementar o interesse dos alunos pela carreira das armas, sugere-se o detalhamento no M Op/ CM das seguintes estratégias:

1. Maior divulgação das carreiras militares no Ensino Fundamental, não só dentro das agremiações;

2. Referência ao dia das armas, quadros e serviços, bem como de outras forças, em formaturas, com participação dos alunos dos respectivos grêmios, em destaque nestas formaturas;

3. Visitas a escolas militares e palestras com cadetes; e

4. Incentivo à participação em eventos e atividades militares.

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

Seção IX
META 7 - Ampliar a capacidade de infraestrutura e de pessoal dos Colégios Militares para atender as demandas de alunos da Educação Especial

O tema Educação Especial obteve avanços significativos com a sua ampliação dentro do SCMB no quinquênio 2021-2025, havendo a inclusão em todos os Colégios Militares. Foram criadas as Seções de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e disponibilizadas vagas nos Processos seletivos para admissão aos Colégios Militares para alunos inseridos na Educação Especial, que seguiu o cronograma de implantação proposto.

Em relação à acessibilidade, alguns Colégios já conseguiram adequar as suas estruturas físicas, atendendo às exigências das normas legais. Entretanto, apesar de cumprir a meta anterior proposta, o SCMB deve, no próximo quinquênio (2026 – 2030), investir na capacitação e na contratação de pessoal especializado, além de prosseguir nas adaptações de suas instalações, de maneira a ofertar as melhores condições para os estudantes que necessitam de adaptações.

Para incrementar o alcance da meta, sugere-se o detalhamento no M Op/ CM das seguintes ações:

1. Capacitar o corpo docente e os agentes de ensino, da administração e de saúde dos CM em Educação Inclusiva;

2. Sensibilizar e preparar os corpos docente e discente, os agentes de ensino, da administração e de saúde, assim como pais e responsáveis, visando a uma inclusão harmônica e adequada de alunos com deficiências no SCMB.

3. Planejar, executar e fiscalizar obras e serviços de Engenharia de acessibilidade e de adequação de instalações nos CM, em coordenação com as Comissões Regionais de Obras (CRO), Serviços Regionais de Obras (SRO) e Comissões Especiais de Obras (CEO) das Regiões Militares (RM).

4. Adquirir material didático específico e material para mobiliar as instalações para o atendimento aos discentes com deficiência.

5. Acompanhar as orientações contidas nas Instruções Reguladoras da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Portaria DECEx/ C Ex nº 469, de 21 DEZ 2022).

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

Seção X

META 8 - Monitorar os indicadores de avaliações de larga escala nacionais (ENEM/IDEB) como ferramenta estatística para aprimorar e aperfeiçoar as ações voltadas para o SCMB

O ENEM e a Prova Brasil, inserida no IDEB, continuam sendo os dois maiores indicadores externos dos quais os CM podem se valer para comparar seus resultados quanto ao rendimento escolar. Entretanto, cabe frisar que deve ser feito um uso muito cuidadoso desses parâmetros, que se voltam para resultados finais dos alunos, desconsiderando o processo de construção.

Seguindo esse entendimento, deve ser respeitada a causalidade do processo ensino-aprendizagem. A melhora do processo deve acarretar, como consequência, a melhora dos resultados nos indicadores, e não o contrário (e esse é o risco), ao tomar-se o indicador como um farol capaz de ditar mudanças no processo ensino-aprendizagem.

Assim, os CM devem monitorar esses (e outros) indicadores, atentos para a sua conservação e aperfeiçoamento, porém entendendo que eles só melhorarão como consequência de ações voltadas para o PP/SCMB.

Para o alcance desta meta, os CM devem atentar, principalmente, para corrigir desvios observados no último quinquênio, como, por exemplo, a manutenção de um efetivo mínimo para a realização da Prova Brasil/IDEB, o que ocasionou a ausência do índice de alguns colégios ao longo da série histórica. Devem ser envidados esforços para que as melhores condições sejam ofertadas aos alunos para a realização tanto do ENEM quanto da Prova Brasil/IDEB, a saber:

1. Motivação do corpo discente e docente para a realização e preparação, respectivamente, das avaliações;

2. Incremento dos Itinerários Formativos, no caso do Ensino Médio;

3. Planejamento cerrado da Supervisão Escolar com relação às datas de aplicação e de inscrição nas respectivas plataformas; e

4. Acompanhamento dos índices pela Seção Técnica de Ensino.

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

Seção XI
META 9 - Aperfeiçoar a prática pedagógica do SCMB, com ênfase na aprendizagem mediada por tecnologias digitais

Conforme explanado no Marco Conceitual, o Ensino por Competências apoia-se em dois eixos principais: a *contextualização* e a *interdisciplinaridade,* que devem culminar em uma *aprendizagem significativa.* Ao longo dos últimos cinco anos, muito se avançou nesses principais contextos, estando o Ensino por Competências consolidado no SCMB.

A presente meta está inter-relacionada com os objetivos previstos na *META 2 – Integrar a Educação Digital ao ambiente escolar dos Colégios Militares.*

Insere-se nesta meta a ênfase na aprendizagem mediada por tecnologias digitais, tendo por base os planejamentos escolares, visando ao incremento da prática pedagógica.

Para o alcance da meta, sugere-se o detalhamento no M Op/CM das seguintes ações:

1. Acompanhar a execução dos Planos de Sequências Didáticas (PSD) integrados com os Planos de Execução Didática (PED) e padronizado por disciplina/anos escolar em todo o SCMB, orientando e indicando oportunidades da mediação por tecnologias digitais;

2. Acompanhar a construção e execução os Planos de Aula, com base nas orientações dos PED centralizados;

3. Acompanhar e supervisionar a adequada utilização da matriz de descritores (D), intensificando o olhar sobre o caráter "conceitual", "procedimental" e "atitudinal" nas avaliações previstas;

4. Capacitar continuamente os docentes quanto à teoria e à prática pedagógica, com foco no uso de metodologias ativas de aprendizagem e tecnologias de informação e comunicação (TIC); e

5. Planejar e executar as ações indicadas no Programa de Educação Digital do SCMB, referentes às práticas pedagógicas.

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

Seção XII
META 10 - Acompanhar o desempenho e a atuação docente, a partir dos parâmetros estabelecidos em Instruções, Regulamentos, Regimentos e Normas Educacionais em vigor

O desempenho e a atuação docente foram acompanhados, ao longo do último quinquênio, a partir dos seguintes tópicos:

- ✓ Controle de Presença;
- ✓ Implantação de um sistema informatizado de acompanhamento docente;
- ✓ Acompanhamento Inicial (Estágio de Adaptação);
- ✓ Acompanhamento Quantitativo (Desempenho da Avaliação Centralizada);
- ✓ Acompanhamento Qualitativo (Reformulação da FRAD);
- ✓ Incremento da utilização da Ficha de Observação da Atuação Docente (FOAD); e
- ✓ Implantação da Comissão de Avaliação de Desempenho.

Dos pontos propostos, mostraram-se eficazes o acompanhamento do Estágio da Adaptação, o acompanhamento qualitativo por meio da Ficha de Registro da Atividade Docente (FRAD) e da Ficha de Observação da Atuação Docente (FOAD), além da implantação recente do Sistema de Avaliação do Docente (SisDocente), que possibilitou aos CM o lançamento *on-line* das informações das FRAD e FOAD.

Nesse contexto, os mecanismos para o alcance desta meta estão fortemente embasados nas Normas de Supervisão Escolar da Educação Básica (NSEEB), edição 2022.

A FRAD é um instrumento que registra as ações desenvolvidas pelo docente, possibilitando o mapeamento das atividades curriculares, extracurriculares e administrativas. O instrumento permitirá que o professor e a gestão escolar acompanhem o emprego, a dedicação e o compromisso institucional do docente.

A FOAD é definida como um instrumento utilizado pela Supervisão Escolar para acompanhar a ação docente em sala de aula e nos demais ambientes escolares, visando ao contínuo aperfeiçoamento do docente em sua prática pedagógica, além de estimular um bom relacionamento social para com o aluno.

Os acompanhamentos quantitativo e qualitativo da equipe pedagógica, em especial dos professores, constitui uma etapa integrante do processo de avaliação de desempenho. Pode-se citar como exemplos de instrumentos de acompanhamento qualitativo/quantitativo, dos docentes: as FRAD, FOAD, PPRAE, pesquisas de opinião – aplicadas pelas diferentes seções da Divisão de Ensino (STE, Seção Psicopedagógica, Supervisão Escolar, Coordenações de Ano etc.), relatórios de Conselho de Classe, entre outros.

O estabelecimento de instrumentos diversos, aplicados por diferentes seções e profissionais, demonstraram-se, no entanto, uma heterogeneidade no sistema de gerenciamento e arquivamento dessas informações. A dispersão dessas informações por vezes inviabiliza o acompanhamento do desempenho docente em médio e longo prazos.

Reiteramos que a atividade docente no SCMB é exercida por diferentes categorias de Agentes de Ensino: professores EBTT, OTT, militares de carreira e PTTC. Tal peculiaridade exigiu estudos e estabelecimento de ações necessárias à avaliação do desempenho docente.

Visando incrementar o desempenho e a prática docente, sugere-se o detalhamento no M Op/ CM das seguintes ações:

1. Aperfeiçoar o preenchimento e controle das FRAD e FOAD, com a utilização de um sistema informatizado de acompanhamento docente (SisDocente);

2. Aperfeiçoar a oferta do Estágio de Adaptação (inicial e/ou continuado); e

3. Assistir sistematicamente às aulas, com providências proativa e *feedback* ao docente.

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

Seção XIII
META 11 - Integrar o Corpo de Alunos com a Divisão de Ensino no desenvolvimento das competências socioemocionais

Para o alcance desta meta, reiteramos a importância do Corpo de Alunos no êxito da gestão escolar do SCMB, destacada nas Normas de Planejamento e Gestão Escolar:

> *"O Corpo de Alunos (CA) possui atribuições específicas que se encontram reguladas no Regulamento dos Colégios Militares (RCM) e no Regimento Interno dos Colégios Militares (RI/CM). Além do previsto nestes documentos, o CA constitui-se num forte aliado para as ações pedagógicas, pelo fato de atuar fortemente no desenvolvimento das competências atitudinais dos alunos. Para isso desenvolve suas atividades centradas no eixo disciplina - afeto - hierarquia."*

Nesse sentido, algumas atividades desenvolvidas pelas Companhias de Alunos deverão estar mais interligadas com a prática docente para alcançar o efeito-escola esperado, buscando colaborar para o despertar para a carreira das Armas e, principalmente, para o Projeto Valores.

Por este motivo, os militares designados para estas funções necessitam, não só ter a qualificação funcional, mas possuir, inclusive, o perfil adequado para lidar com crianças e adolescentes. Estar no Corpo de Alunos não significa lidar apenas com a parte administrativa e disciplinar da formação dos discentes, mas também com o desenvolvimento de valores e atitudes *(grifo nosso)*, principalmente, para o incentivo à Carreira das Armas."

(...)

Assim, reitera-se que o CA deverá estreitar os laços de trabalhos junto à Divisão de Ensino, principalmente com a Seção Psicopedagógica, já que o trabalho desenvolvido por este segmento é de grande importância para o processo educacional.

Os Comandantes de Companhia deverão participar das reuniões de coordenação de ano letivo a que se filiam suas companhias para conhecer o trabalho dos docentes, colaborar com as atividades educacionais do CM e socializar as informações dos alunos."

O desenvolvimento das competências socioemocionais está diretamente ligado com a execução do Projeto Valores, do qual o Corpo de Alunos é vetor indispensável.

As Seções Psicopedagógicas, em conjunto com o Corpo de Alunos, deve desenvolver atividades educativas/socioafetivas, com a finalidade de potencializar as competências socioemocionais, visando fortalecer as CSE e em especial os valores da instituição. Dessa forma, as ações estabelecidas cotidianamente pelos dois setores entrelaçam-se nos horários de ICM, bem como nas intervenções individuais realizadas pelas orientadoras educacionais.

A Seção Psicopedagógica do CM deve estar atenta ao desenvolvimento do Projeto Valores de acordo com as Normas de Psicopedagogia Escolar (NPEEB Anexo "A") com o objetivo de desenvolver as CSE em integração com o Corpo de Alunos e toda a comunidade escolar.

O Projeto Valores deve ser desenvolvido durante as aulas regulares de todas as disciplinas, nas formaturas matinais diárias e em atividades extracurriculares, de acordo com o planejamento dos professores, Coordenadores de ano e de disciplina, Comandante do Corpo de Alunos e dos Comandantes de Companhias de Alunos. De forma coletiva, o Corpo de Alunos e as Companhia de Alunos devem trabalhar os valores e as atitudes por meio dos tempos destinados à Instrução Cívico Militar (ICM) e, de forma individual, podem pontuar, utilizando como meios auxiliares, as ocorrências eventualmente apresentadas em seu dia a dia com os alunos, buscando levar o aluno ao desenvolvimento de reflexões sobre o comportamento desempenhado, trabalhando dessa forma a dimensão afetiva do discente.

Para incrementar o alcance da meta, sugere-se o detalhamento no M Op/ CM das seguintes ações:

1. Reuniões periódicas ou oportunas da SPscpdg com o Cmt CA e os Cmt Cia;

2. Integração das atividades de ICM/OE (em tempos de aula na grade de horários);

3. Atendimentos de pais/responsáveis realizados em conjunto entre a SPscpdg e o Cmt Cia Alu;

4. Orientações e explicações (respostas) conjuntas nas RRM;

5. Acompanhamento dos alunos e professores por Instrutores e/ou Monitores do Corpo de Alunos em atividades externas (como visitas em locais históricos e acadêmicos); e

6. Planejamento e execução do Projeto Valores.

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

Seção XIV

META 12 - Ampliar, com eficácia, a recomposição das aprendizagens no SCMB, nas seguintes modalidades: Apoio Pedagógico, Recuperação da Aprendizagem e Reforço Escolar

As considerações sobre a análise do apoio pedagógico ofertado no SCMB partiram de três diferentes linhas de ação: o incremento e a manutenção da meta da Seção de Apoio Pedagógico (SAP), a extinção da SAP devido à necessidade de remanejamento de pessoal para a Educação Especial (EE) no SCMB e a extinção da SAP com manutenção de aulas de pré-requisitos para os novos alunos apenas no 1º trimestre de forma efetiva. Essas linhas reforçaram a necessidade da oferta de apoio pedagógico, independentemente da extinção ou não da SAP.

Ao longo do último quinquênio (2021-2025), durante as Visitas de Supervisão Escolar (VSE), foi notório por parte da Diretoria, com raras exceções de alguns CM, o “esvaziamento” da SAP. Foram relatados os seguintes óbices:

- dificuldade de profissionais exclusivos para compor a Seção;

- dificuldade de incremento do espaço físico, com instalações que permitam que o aluno da SAP permaneça no CM;

- falta de interesse dos alunos da SAP de frequentar as aulas realizadas no contraturno, principalmente a partir do 2º trimestre, em face da dificuldade de permanência no Colégio, da concorrência com as aulas de Recuperação da Aprendizagem e do pouco interesse da família.

Dada a importância dessa modalidade de recuperação das aprendizagens, o apoio pedagógico no SCMB está sendo mantido, com possibilidades de incremento e reformulação em suas estratégias e na sua concepção nos próximos cinco anos. Também serão foco da meta a Recuperação da Aprendizagem e o Reforço Escolar pelas justificativas que se seguem.

Com a instituição do Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, pelo Decreto Nº 12.391, de 28 FEV 25, a fim de estar alinhado às diretrizes do Ministério da Educação, a atual meta está sendo ampliada e compreenderá, além do Apoio Pedagógico, a Recuperação da Aprendizagem e o Reforço Escolar, práticas já existentes no cotidiano escolar do SCMB, mas que carecem de um acompanhamento mais sistêmico. É o que se propõe nos objetivos desta meta.

Uma importante referência pedagógica quando o tema é a Recomposição das Aprendizagens está no documento intitulado RAPID – Quadro para aceleração e recomposição das aprendizagens (*Framework for Learning Recovery and Acceleration*), que faz parte do Relatório

elaborado pela Unesco, pelo Unicef e pelo Banco Mundial, publicado em 2022. Consiste em uma coletânea de ações e políticas educacionais baseadas em evidências e nas políticas que muitos países já vinham implementando.

Sintetizamos, com adequações, as ações que contribuem para enfrentar as perdas de aprendizagem (RAPID):

1. Recuperar o maior número de estudantes com baixo rendimento escolar (**R**einserir).

2. Avaliar regularmente os níveis de aprendizagem (**A**valiar).

3. Priorizar o ensino dos fundamentos e pré-requisitos (**P**riorizar).

4. Aumentar a eficiência das aulas em cada uma das modalidades de recomposição das aprendizagens (**I**ncrementar).

5. Desenvolver a saúde e o bem-estar psicossocial do aluno, fatores determinantes para o sucesso da aprendizagem (**D**esenvolver).

Sintetizamos, a seguir, as características das modalidades da Recomposição das Aprendizagens ofertadas no SCMB:

Conceito	Quando ocorre?	Foco principal	Natureza da ação
Apoio Pedagógico	Médio/longo prazo (pós-defasagens)	Acompanhamento individual, pré-requisitos	Personalizada
Recuperação da Aprendizagem	Após dificuldades nas avaliações	Corrigir lacunas imediatas	Remediativa, pós-avaliação
Reforço Escolar	Durante ou após ensino regular	Fortalecer conteúdos ensinados	Preventiva, antes das avaliações

Para ampliar a eficácia da recomposição das aprendizagens no SCMB, sugere-se o detalhamento no M Op/ CM das seguintes estratégias:

1. Planejamento e execução para a oferta do Apoio Pedagógico;

2. Planejamento e execução para a oferta do Reforço Escolar; e

3. Planejamento e execução para o funcionamento da Recuperação da Aprendizagem.

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

Seção XV
META 13 - Consolidar a oferta do turno integral, segundo as diretrizes vigentes (NPGE/DEPA), para o 6º e 7º anos e para os demais anos escolares do EF, de forma progressiva

A Lei n° 14.640, de 31 de julho de 2023, e a Portaria Nº 1.495 de 02 de agosto de 2023, do Ministério da Educação, estabelecem que o tempo integral compreende atividades escolares por tempo igual ou superior a sete horas diárias ou a trinta e cinco horas semanais, tendo como um de seus objetivos melhorar a qualidade da educação pública, elevando os resultados de aprendizagem e desenvolvimento integral.

Entende-se como atividades do ensino integral aquelas realizadas dentro do espaço escolar como sala de aula, biblioteca, laboratório, quadra, áreas externas, salas multiuso, entre outras, e

fora do espaço escolar, como os espaços sociais, culturais, esportivos, científicos, de meio ambiente, sempre resguardando o planejamento pedagógico.

A proposta de ensino em tempo integral no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) fundamenta-se, além da Lei nº 14.640/2023, nas orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o objetivo de ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, assegurando o desenvolvimento pleno e igualitário. O ensino integral é compreendido como uma extensão do turno regular, favorecendo a consolidação das aprendizagens, a personalização do ensino e o fortalecimento da formação cidadã.

Observa-se que, de maneira geral, o turno integral vem sendo empregado dentro do SCMB através da oferta de aulas de reforço, aulas de recuperação, clubes de atividades esportivas, projetos de iniciação científica, clubes de atividades culturais (coral, teatro), entre outros, possibilitando ao aluno do SCMB permanência por tempo igual ou superior a sete horas diárias. O que se propõe nos objetivos dessa meta é sistematizar sua oferta para os próximos cinco anos.

No Ensino Fundamental, o Turno Integral deve proporcionar a realização de atividades que busquem desenvolver atividades de Letramento e Numeramento com as competências e habilidades, retiradas dos PED de cada ano escolar, relacionadas ao raciocínio lógico-matemático, à leitura e à escrita.

No Ensino Médio, em face da reconfiguração proposta pela BNCC, o turno integral deixa de ser prioridade, uma vez que o aluno poderá optar por itinerários formativos no turno, além de já cumprir 35 tempos de aula semanais em sua grade curricular.

A expansão do turno integral no EF/SCMB representa um avanço na oferta de uma educação mais inclusiva, dinâmica e eficaz. Observamos, entretanto, que seu êxito depende de um planejamento cuidadoso, investimentos em infraestrutura e recursos humanos, além da adesão das famílias. A continuidade e consolidação desse modelo requerem monitoramento constante e ajustes que respeitem a realidade local de cada colégio.

Para o alcance dos objetivos da meta, sugere-se o detalhamento no M Op/ CM das seguintes ações:

1. Quanto à Infraestrutura necessária.

1.1 Ambientes inovadores (salas Maker, laboratórios multidisciplinares, espaços de convivência); e

1.2 Refeitórios adequados para atendimento alimentar durante o período estendido.

2. Quanto aos recursos.

2.1 Aumento do efetivo docente e de profissionais da educação (incluindo apoio à educação especial e monitores do Corpo de Alunos);

2.2 Ampliação do material didático e de expediente;

2.3 Recursos financeiros adicionais para alimentação, transporte, manutenção e equipamentos; e

2.4 Planejamento logístico para reorganização das turmas, turnos e espaços físicos.

3. Análise das vantagens da oferta do turno integral.

4. Previsão de possíveis óbices.

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

Seção XVI

META 14 – Estimular a participação dos discentes em projetos de Iniciação Científica para os alunos do ensino fundamental e médio, através de projetos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento

O Programa de Iniciação Científica tem o objetivo de propiciar ao aluno entrar em contato com interessantes questões no ramo das Ciências, ampliando o seu conhecimento científico e preparando-o para um futuro desempenho profissional e acadêmico. Seu maior propósito é despertar a vocação científica do discente além de incentivar talentos em potencial dentre os estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio do SCMB, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica básica.

A inclusão da meta no quinquênio 2021-2025 referente à participação em projetos de Iniciação Científica no SCMB mostrou-se extremamente eficaz. Foram observados avanços significativos nas ações e estratégias planejadas e executadas pelos CM sobre o tema, tais como:

✓ Elaboração de instrumento de parceria para fomento de projetos de pesquisa com a cooperação das Instituições de Ensino Superior ou outras entidades afins;

✓ Motivação e seleção de alunos e professores interessados a integrarem os projetos de pesquisa;

✓ Acompanhamento das etapas e dos relatórios do desenvolvimento da pesquisa;

✓ Promoção e emissão de certificados de participação a alunos e docentes;

✓ Elaboração e publicação de artigos científicos sobre os resultados dos projetos;

✓ Incremento na participação em Olimpíadas de Conhecimento e Feiras de Iniciação Científica;

✓ Consolidação do Desafio Global do Conhecimento como fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de competências e habilidades em todas as áreas do conhecimento.

Diante desse contexto, a meta permanece com seus objetivos a serem aprimorados e alcançados no quinquênio 2026-2030.

Para o alcance desta meta, os CM devem considerar e planejar em seus M Op/CM:

1. Elaborar instrumento de parceria para fomento de projetos de pesquisa com a cooperação das Instituições de Ensino Superior ou outras entidades afins;

2. Motivar e selecionar alunos e professores interessados a integrarem o projeto de pesquisa e que estejam nas condições estabelecidas nas normas legais;

3. Acompanhar, por meio da supervisão escolar, as etapas e os relatórios do desenvolvimento da pesquisa;

4. Promover a emissão de certificados de participação aos alunos e docentes;

5. Elaborar e submeter o artigo científico sobre os resultados para publicação;

6. Estimular a participação em Olimpíadas de Conhecimento e Feiras de Iniciação Científica consagradas e reconhecidas pelo mundo acadêmico; e

7. Otimizar e sistematizar o funcionamento de Clubes e atividades-extraclasse voltados ao conhecimento de todas as áreas.

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

Seção XVII
META 15 - Fomentar a valorização do mérito em todas as dimensões do desenvolvimento: cognitivas, físicas, emocionais e sociais

Conforme definida no Marco Conceitual, a MERITOCRACIA é entendida como a valorização dos esforços individuais. Nas diversas atividades escolares, os alunos devem ser valorizados e destacados dentre os seus pares como forma de estímulo e incentivo individual e coletivo. Indo além das fronteiras da sala de aula, a meritocracia deve ser utilizada como critério em diversos momentos onde a seleção ou a escolha precisa ser empregada.

Também incluída no quinquênio 2021-2025, a meta referente à valorização do mérito e ao desenvolvimento das Competências Socioemocionais (CSE) mostrou-se acertada e eficaz. Os principais avanços constatados no cotidiano escolar dos CM foram:

- ✓ Implantação e desenvolvimento das CSE em todo o ambiente escolar;
- ✓ Oferta da disciplina Projeto de Vida no 1º ano do Ensino Médio; e
- ✓ Fortalecimento da Meritocracia não só nas atividades cognitivas, mas englobando também a composição do Batalhão Escolar, da Legião de Honra e das relações interpessoais entre os agentes da comunidade escolar: professores, agentes de ensino, monitores e discentes.

Sugere-se o detalhamento no M Op/ CM das seguintes estratégias:

1. Aperfeiçoamento do desenvolvimento e da avaliação das CSE;

2. Planejamento e execução de mecanismos de concessão de certificados ou menções em formaturas e cerimônias para alunos que evidenciam atributos, valores e competências específicas nas áreas citadas na meta;

3. Planejamento e execução de ciclos de palestras e atividades para que todos os atores envolvidos no processo de educação dos alunos, inclusive os próprios alunos, tenham o perfeito entendimento de como serão avaliados;

4. Acompanhamento da participação em atividades curriculares e extracurriculares disponíveis no Colégio, tais como: Clubes, Grêmios, Banda de Música, Equipes Esportivas, Feiras de Ciências, Festivais Culturais, Olimpíadas de Conhecimentos etc;

5. Planejamento e execução das atividades da Legião de Honra; e

6. Acompanhamento da disciplina Projeto de Vida.

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

Seção XVIII
META 16 - Incrementar o envolvimento da família no cotidiano escolar

Incluída no quinquênio 2021-2025, a meta referente ao envolvimento da família no cotidiano escolar apresentou inúmeros avanços que contribuíram para o fortalecimento da relação família/escola no SCMB. Os principais avanços constatados no cotidiano escolar dos CM foram relacionados a:

- criação de canais oficiais de comunicação;

- realização de reuniões/encontros sobre a situação escolar do aluno; e

- realização de ciclo de palestras com temas pertinentes à realidade escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) cita que os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de aprendizagem, mas eles não estão sozinhos nessa tarefa. A lei prevê a ação integrada das escolas com as famílias em seu art. 12 o seguinte:

> *"Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: (...)*
> *VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola."*

Considerando os diversos pontos abordados quanto à relação família/escola, e verificando a realidade de cada colégio, os desafios observados referem-se a padrões peculiares e visam tão somente definir papéis que atendam às particularidades dos estudantes, tendo em vista a sua formação integral.

Portanto, é necessário que cada CM realize uma avaliação situacional dos seus desafios, visando à integração efetiva das famílias por meio de estratégias e ações eficazes. Sabe-se que isso não é uma tarefa fácil, porém não é impossível, pois ofertar uma educação de qualidade com o apoio das famílias é um sonho que, para virar realidade, é preciso agir.

A presente meta está fundamentada nas premissas a seguir:

- Família e Escola são instituições interligadas e interativas;

- o Projeto Pedagógico da escola deve prever oportunidades para a participação familiar, reconhecendo o seu papel no processo de aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos;

- cabe à escola iniciar e promover a parceria com os pais/responsáveis, o que não deve ser confundido com o fazer por eles; e

- a família não deve atuar em áreas que são de competência exclusiva da escola.

Para o alcance dos objetivos da meta, sugere-se o detalhamento no M Op/ CM das seguintes estratégias:

1. Aprimoramento e modernização de canais oficiais de comunicação com a família;

2. Sistematização de reuniões/encontros sobre a situação escolar do aluno e sobre a dinâmica pedagógica da escola;

3. Incremento do ciclo de palestras com temas pertinentes à realidade escolar;

4. Apresentação das normas e regras praticadas no ambiente pedagógico e disciplinar do SCMB;

5. Ações para acolhimento e adaptação dos novos alunos e respectivos familiares;

6. Modernização e incremento do atendimento familiar na Seção Psicopedagógica e Cia Al; e

7. Estímulo à a participação dos pais, responsáveis, familiares e ex-alunos nas formaturas semanais do Batalhão Escolar, eventos comemorativos, feiras, competições esportivas, etc.

O CM pode propor outras ações que julgue pertinentes para o incremento da meta.

- o comparecimento ao turno integral é obrigatório para todos os discentes do ano letivo em que ele for oferecido;

- a oferta acrescida pelo turno integral é de um contraturno por semana;

- prever, em seus planejamentos, tempos para a higiene e o descanso dos alunos após o almoço;

- oferecimento ecumênico do Ensino Religioso, em caráter de frequência opcional, como previsto na LDBEN; e

- o alinhamento do turno integral para os 6º e 7º anos/EF com a oferta do Apoio Pedagógico, previsto na META 13.

Para o alcance desta meta, há a necessidade de um planejamento escolar minucioso, enumerando as possibilidades e estratégias, bem como prazos bem definidos.

Seção XIX
Quadro sinóptico das metas 2026-2030

METAS 2026-2030	
Metas referentes à caracterização geral dos CM, ao rendimento escolar, ao perfil docente e ao perfil discente.	
1	Atingir, no máximo, o efetivo de até 30 alunos, em todas as salas de aula.
2	Integrar a Educação Digital ao ambiente escolar dos Colégios Militares.
3	Acompanhar os índices de reprovação em todos os anos letivos.
4	Planejar e executar estratégias específicas para o combate ao fracasso escolar nas quatro Áreas do Conhecimento: "Ciências da Natureza e suas Tecnologias", "Matemática", "Ciências Humanas" e "Linguagens e Códigos".
5	Reestruturar o currículo do Ensino Médio em consonância com as leis vigentes, garantindo a flexibilidade, a formação integral e a identidade do SCMB.
6	Aumentar os índices de inscrição e de aprovação nos concursos para as Escolas Militares.
7	Ampliar a capacidade de infraestrutura e de pessoal dos Colégios Militares para atender as demandas de alunos da Educação Especial.
8	Monitorar os indicadores de avaliações de larga escala nacionais (ENEM/IDEB) como ferramenta estatística para aprimorar e aperfeiçoar as ações voltadas para o Sistema Colégio Militar do Brasil.
9	Aperfeiçoar a prática pedagógica do SCMB, com ênfase na aprendizagem mediada por tecnologias digitais.
10	Acompanhar o desempenho e a atuação docente, a partir dos parâmetros estabelecidos em Instruções, Regulamentos, Regimentos e Normas Educacionais em vigor.
11	Integrar o Corpo de Alunos com a Divisão de Ensino no desenvolvimento das competências socioemocionais.
12	Ampliar, com eficácia, a recomposição das aprendizagens no SCMB, nas seguintes modalidades: Apoio Pedagógico, Recuperação da Aprendizagem e Reforço Escolar.
13	Consolidar a oferta do turno integral, segundo as diretrizes vigentes (NPGE/DEPA), para o 6º e 7º anos e para os demais anos escolares do EF, de forma progressiva.
14	Estimular a participação dos discentes em projetos de Iniciação Científica para os alunos do ensino fundamental e médio, através de projetos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento.
15	Fomentar a valorização do mérito em todas as dimensões do desenvolvimento: cognitivas, físicas, emocionais e sociais.
16	Incrementar o envolvimento da família no cotidiano escolar.

Seção XX
Orientações para a elaboração do Marco Operacional

O objetivo deste capítulo foi deduzir, de forma centralizada, possíveis ações (tratadas como metas) a partir dos dados coletados pela pesquisa do Marco Situacional e por outras fontes, como as visitas de supervisão escolar da DEPA aos CM. Cabe lembrar que esta não é uma lista que se encerra

em si mesma; portanto, os CM conservam suas autonomias para investir em outras iniciativas entendidas como pertinentes com a idealização contida no Marco Conceitual, podendo subdividir as metas propostas em submetas a serem alcançadas.

Há que se pontuar, também, o caráter eminentemente qualitativo de algumas metas, o que impõe, para a DEPA, o trabalho de avaliar qualitativamente o progresso de cada CM em relação a elas, fornecendo, em diálogo constante, retorno aos esclarecimentos solicitados pelos CM.

A partir das orientações específicas fornecidas pela DEPA, os CM elaborarão seus Marcos Operacionais (M Op/CM) que, após aprovação, integrarão o PP/SCMB 2026-2030, com as estratégias e ações a serem desenvolvidas para o alcance das metas nos próximos cinco anos.

Seção XXI
Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho são ferramentas essenciais de gestão escolar, pois transformam as metas pedagógicas em resultados concretos, mensuráveis e acompanháveis. Sua principal importância está em assegurar *eficiência, eficácia e efetividade* às ações educativas, além de favorecer a transparência, a melhoria contínua e o alinhamento da prática escolar às diretrizes institucionais e legais**.**

Para cada meta a ser alcançada, será apresentado um quadro de desempenho de indicadores que deve ser inserido nos M Op/CM, conforme orientações a serem expedidas pela DEPA.

TÍTULO IV
CONCLUSÃO

O objetivo deste documento, como redação do Projeto Pedagógico do SCMB em seus três Marcos (Conceitual, Situacional e Operacional), foi materializar as três posições que direcionam para o progresso do Sistema: a *posição ideal*, em nosso horizonte de excelência, definida no Marco Conceitual como a posição à qual queremos chegar; a *posição atual*, que é nossa excelência hoje, definida no Marco Situacional como registro da situação de todos os Colégios Militares; e o *movimento entre as posições* (estratégia), que é o progresso sem comprometimento de nossa qualidade de educação, definido segundo os Marcos Operacionais de cada Colégio Militar.

O desmembramento do Projeto Pedagógico – único em sua etapa filosófica – em quinze situações e quinze caminhos a serem percorridos, é o reconhecimento de que existe um objetivo único a ser alcançado – a unidade a ser garantida pela sistematização promovida pela DEPA –, porém por percursos que devem admitir as peculiaridades de cada uma de nossas unidades (Colégios Militares): suas diferenças intrínsecas.

Esta metodologia impõe ao SCMB, por seu caráter dinâmico, não só acompanhamento constante, mas atualizações periódicas. O Projeto Pedagógico é previsto para verificar pontos de controle trienais, de modo a que sejam explicitadas as conquistas parciais das metas estabelecidas pela DEPA e que sejam, também, reavaliados os diversos contextos em que os CM estão inseridos.

Hannah Arendt (2016) escreveu uma passagem muito expressiva em sua obra '*Entre o passado e o futuro*' (2016), que marca bem o entendimento do Sistema Colégio Militar do Brasil e seu papel administrativo-pedagógico:

> *"A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não as expulsar de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum." (p. 247).*

Buscando nas origens do SCMB o pensamento do Barão Homem de Melo, que dá nome à Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial, é possível particularizar e contextualizar o que tratou Arendt à realidade da família garança. Em 6 de maio de 1889, na abertura dos trabalhos, o então Decano do *Imperial Collegio Militar*, assim se dirigiu aos demais professores naquele dia solene:

> *"Aqui estão, já recebidos nesta casa de instrução, estes meninos, que o voto de seus pais, que o amor estremecido de suas mães nela colocou. É este um sagrado depósito que recebemos da Pátria. Temos confiança de que nos havemos de mostrar dignos dele. O segredo do ensino, senhores, para esta idade tão tenra, é simples; é fácil, muito fácil! Consiste em amá-los, amá-los, amá-los sempre!"*

Desde a primeira edição do PP/SCMB, destinada ao quinquênio 2016-2020, passando pela segunda edição referente a 2021-2025, a sociedade mudou, os avanços tecnológicos mostraram-se velozes a tal ponto que, muitas das vezes, parece impossível acompanhar as mudanças, principalmente para os sistemas de ensino acostumados ao planejamento seguro, ao controle do tempo e do espaço escolar.

Dez anos se passaram desde o primeiro PP/SCMB, e a certeza que fica é da crença na seriedade dos projetos desenvolvidos e do cumprimento da missão de fortalecer a família militar na oferta de um ensino de qualidade e de excelência, reforçando a identidade do SCMB junto ao público-alvo e à sociedade: meritocracia, valor à família e culto às tradições.

As metas, ora consolidadas, ora adaptadas e necessariamente atualizadas por novos desafios, permanecem firmes no seu propósito: garantir as premissas que são pilares de um Projeto Pedagógico: coerência e continuidade.

Com essas abordagens, concluímos o Projeto Pedagógico dos Colégios Militares para o quinquênio 2026-2030, compreendendo que, de forma antecipada, estamos preparando nossos adolescentes e jovens para um mundo em movimento e repleto de possibilidades.

Gen Ex FRANCISCO CARLOS MACHADO SILVA
Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército

ANEXO A

Instalações listadas para a implantação de um Colégio Militar padrão

- ✔ Área destinada à coleta/reciclagem de lixo
- ✔ Área externa para embarque/desembarque de pessoas
- ✔ Área externa para estacionamento
- ✔ Área verde no interior do CM
- ✔ Auditório com capacidade máxima de 150 pessoas
- ✔ Auditório com capacidade para mais de 200 pessoas
- ✔ Biblioteca escolar de grande porte (+ de 6.000 itens no acervo)
- ✔ Campo de futebol
- ✔ Cantina
- ✔ Cozinha
- ✔ Estacionamento interno para funcionários
- ✔ Gabinete odontológico
- ✔ Ginásio poliesportivo
- ✔ Laboratório de Biologia
- ✔ Laboratório de Física
- ✔ Laboratório de Informática
- ✔ Laboratório de Química
- ✔ Museu
- ✔ Piscina
- ✔ Pista de atletismo
- ✔ Pista de Treinamento em Circuito (PTC)
- ✔ Posto meteorológico
- ✔ Quadra de esporte descoberta
- ✔ Sala de atendimento psicopedagógico para alunos
- ✔ Sala de atendimento para responsáveis
- ✔ Sala de dança
- ✔ Sala exclusiva para banda de música
- ✔ Sala exclusiva para coral
- ✔ Sala exclusiva para Grêmios e Clubes
- ✔ Sala exclusiva para professores
- ✔ Vestiário para alunas
- ✔ Vestiário para alunos

ANEXO B
Gráficos do Marco Situacional

1. Dados levantados sobre a Caracterização do SCMB – Infraestrutura

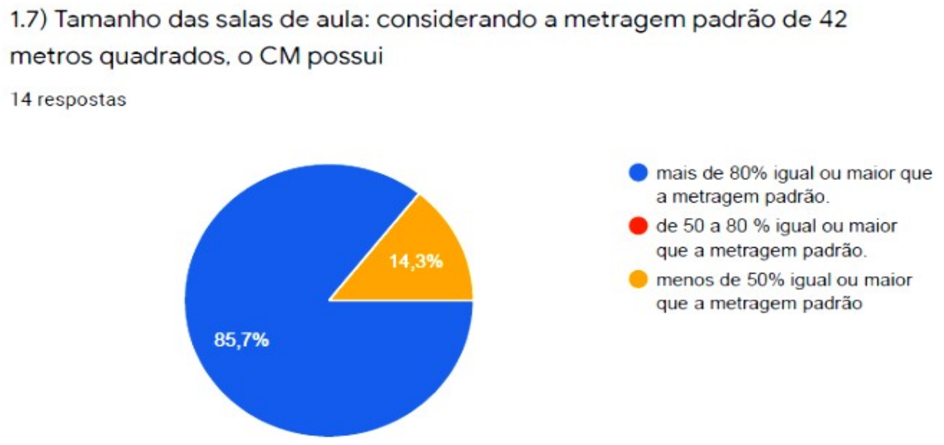
Destacamos, a seguir, os principais dados levantados durante o Censo Escolar que vão balizar os CM para a construção de seus Marcos Operacionais. Os dados completos serão disponibilizados a cada CM para eventuais análises estatísticas.

O objetivo dessa exposição é delinear um panorama do SCMB após o quinquênio 2021-2025.

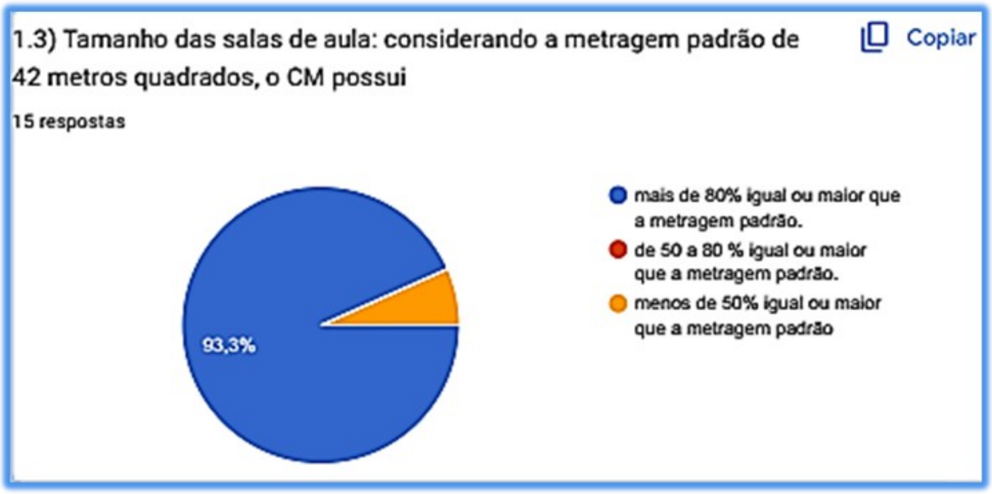
1.1 Salas de aula

1.1.1 Tamanho das salas de aula mínimo 42 m^2

CENSO 2020



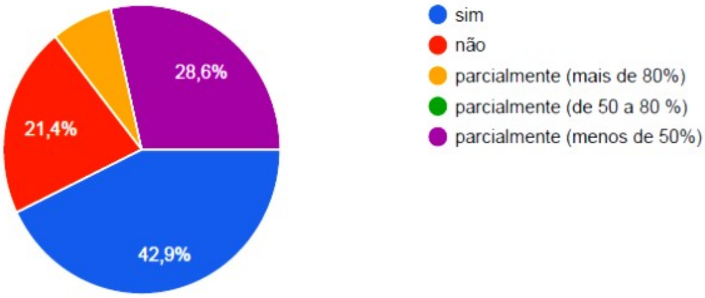
CENSO 2025 – tamanho salas de 85,7% para 93,3% ↑



1.1.2 Infraestrutura sala: possuem ar-condicionado e/ou sistema de climatização
CENSO 2020

1.9) Possuem ar-condicionado e/ou sistema de climatização?

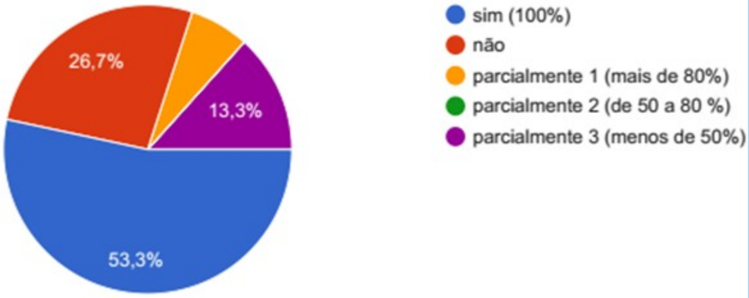
14 respostas



CENSO 2025 – ar-condicionado e/ou sistema de climatização de 42,9% para 53,3% ↑

1.5) Infraestrutura das salas de aula - possuem ar-condicionado e/ou sistema de climatização?

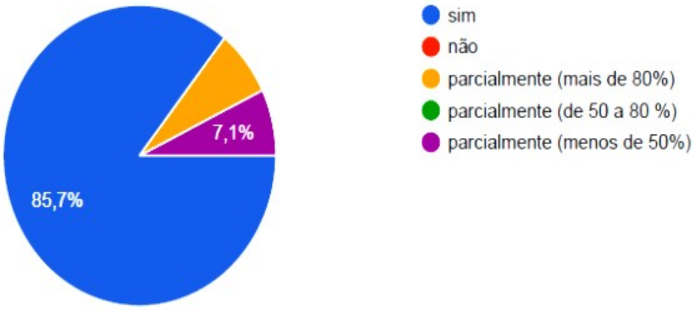
15 respostas



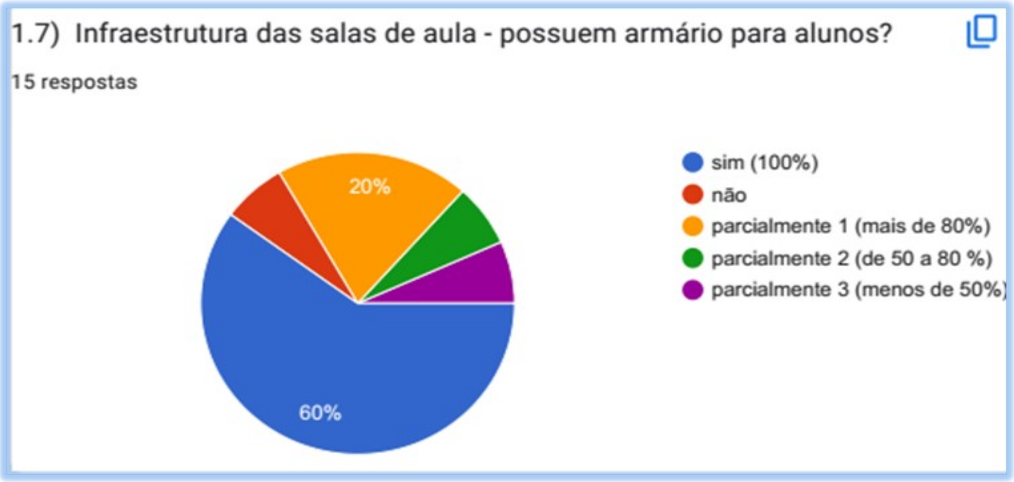
1.1.3 Infraestrutura sala: possuem armário para alunos
CENSO 2020

1.12) Possuem armário para alunos?

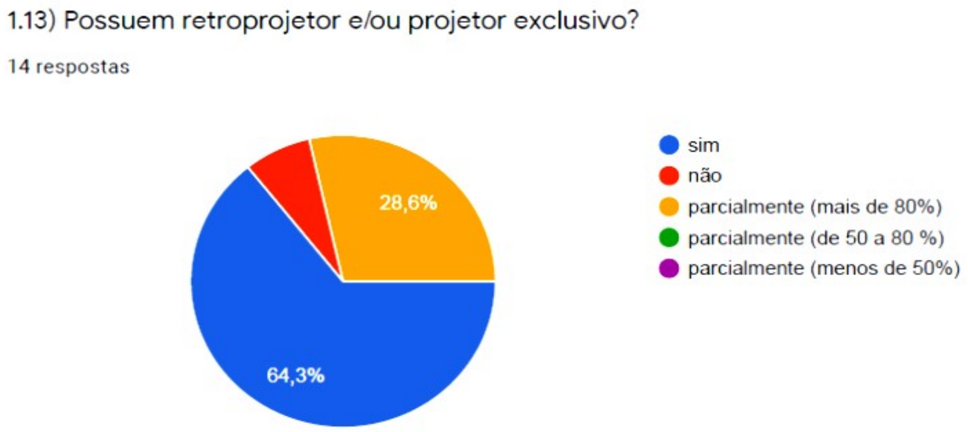
14 respostas



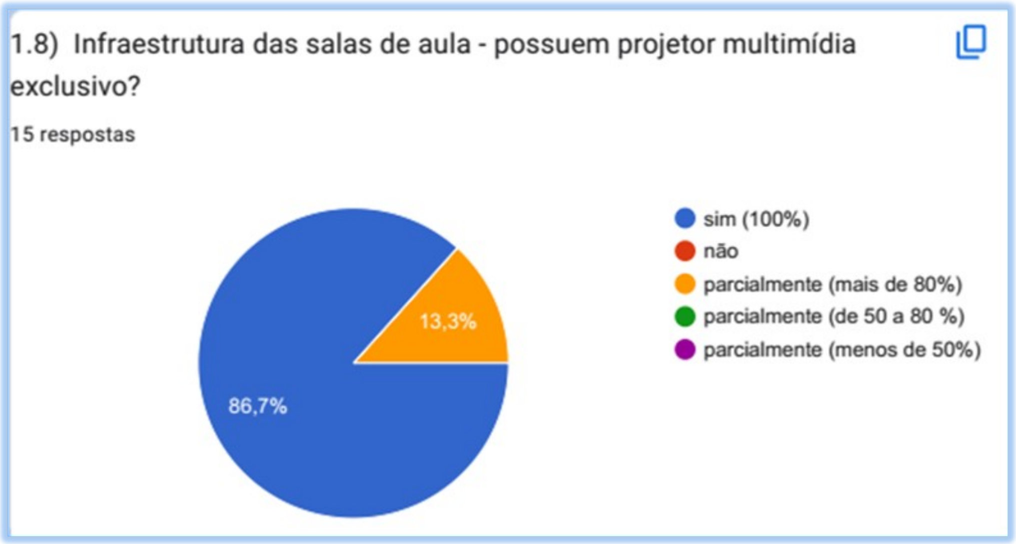
CENSO 2025 – armário para alunos de 85,7% para 60% ↓



1.1.4 Infraestrutura sala: possuem projetor multimídia exclusivo
CENSO 2020



CENSO 2025 – projetor multimídia exclusivo de 64,3% para 86,7% ↑

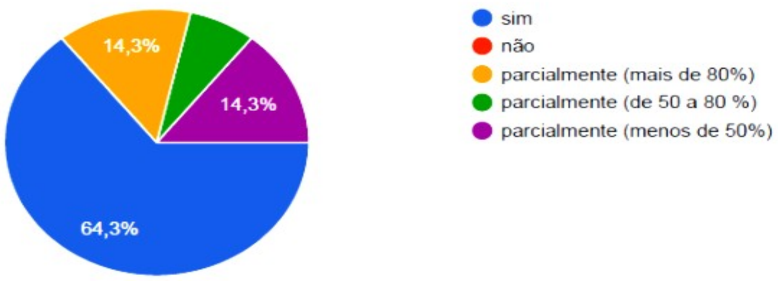


1.1.5 Infraestrutura sala: possuem meios de T.I exclusivos para uso docentes (*desktop, notebook ou tablet)*

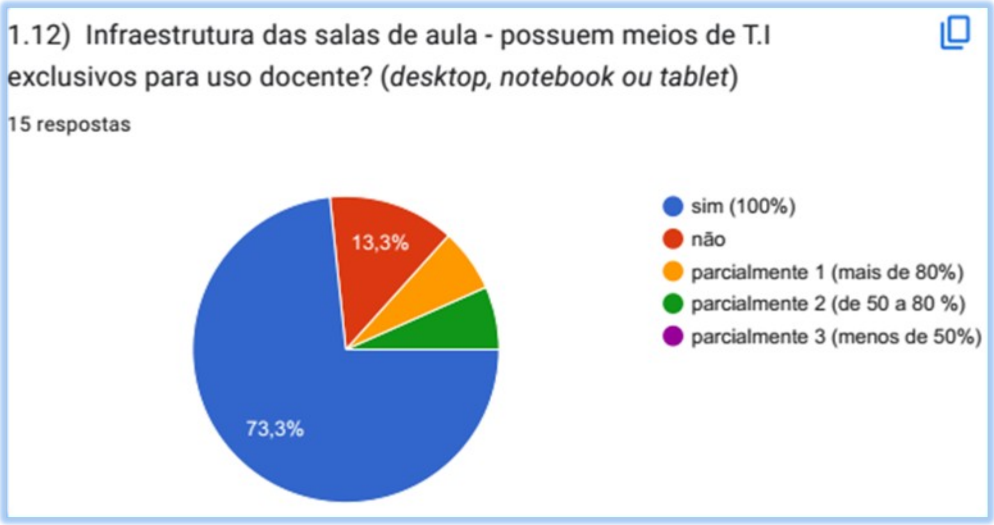
CENSO 2020

1.17) Possuem meios de informática exclusivo para uso docente? (desktop, notebook ou tablet)

14 respostas



CENSO 2025 – meios de T.I exclusivos de 64,3% para 73,3% ↑

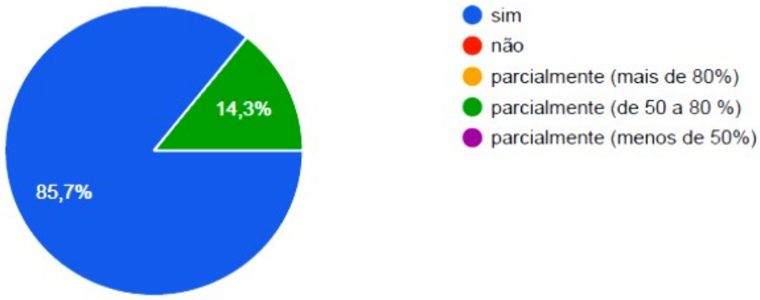


1.1.6 Infraestrutura sala: possuem acesso à internet

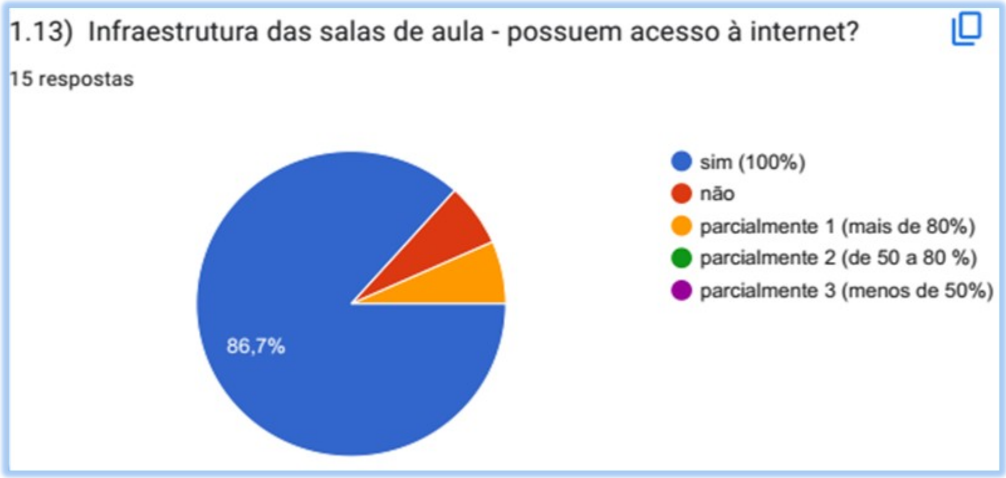
CENSO 2020

1.19) Possuem acesso à internet?

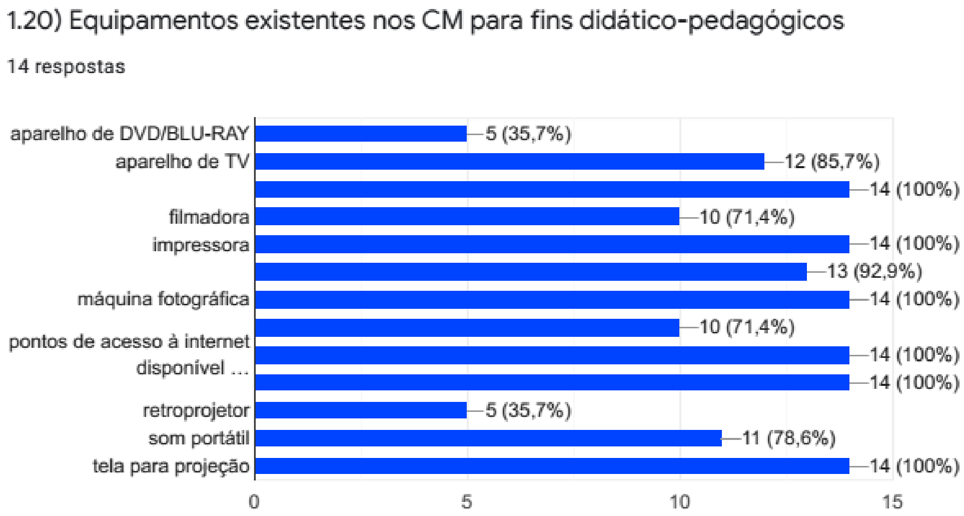
14 respostas



CENSO 2025 – acesso à internet de 85,7% para 86,7% ↑



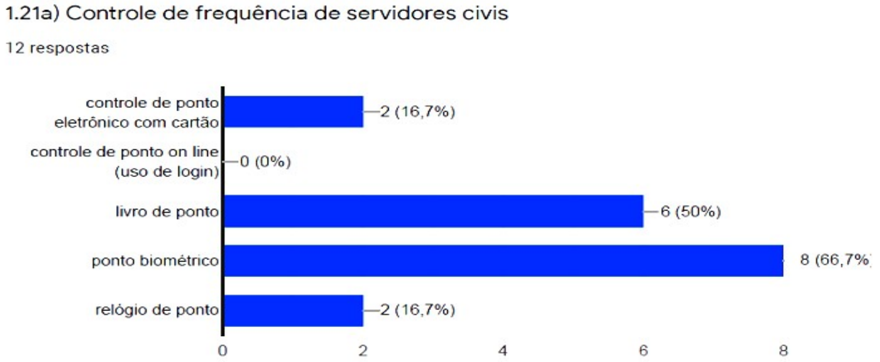
2. Equipamentos existentes no CM para fins didáticos pedagógicos
CENSO 2020



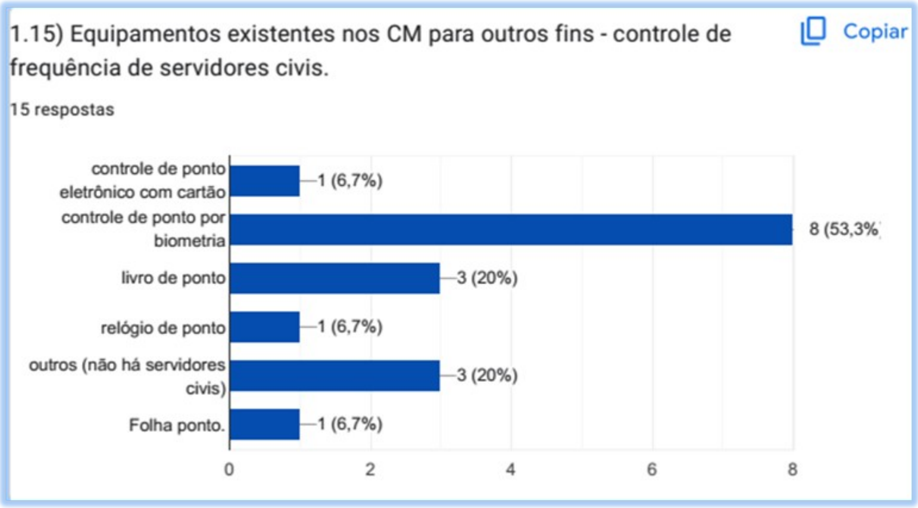
CENSO 2025 – Equipamentos destaque: notebook, ponto de acesso internet, projetor multimídia (100%) e impressora 3D (66,7% = 10 CM) ↑

3. Equipamentos existentes no CM para outros fins: controle de frequência

CENSO 2020

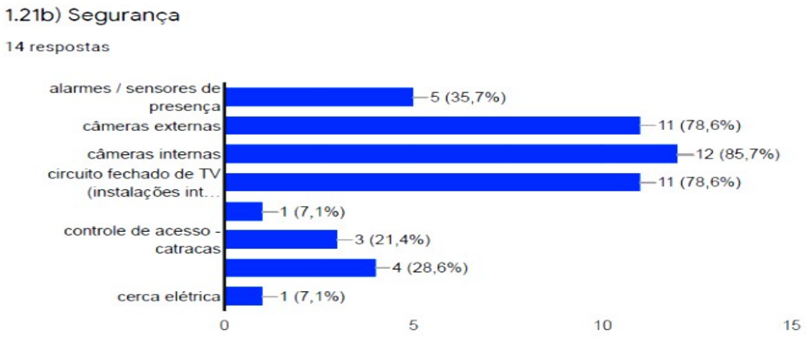


CENSO 2025 – controle de frequência destaque: biometria (53,3%) e livro de ponto (20%)



4. Equipamentos existentes no CM para outros fins: segurança

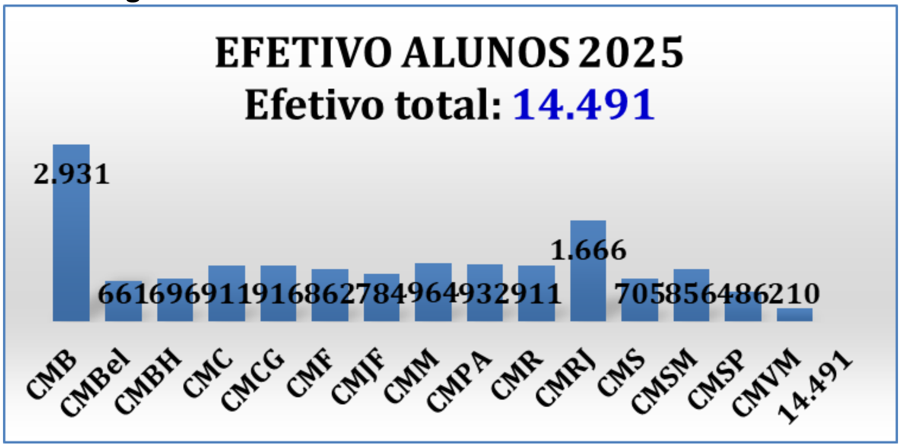
CENSO 2020



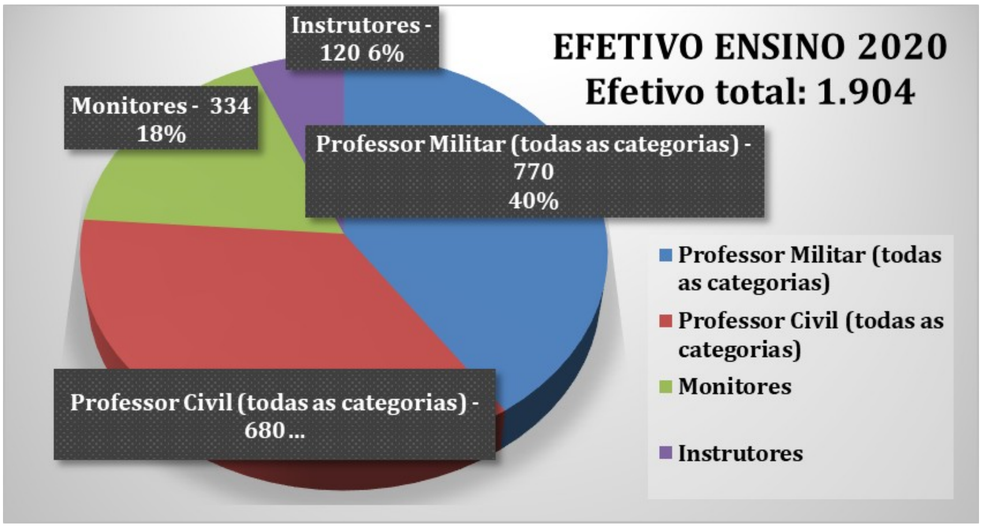
CENSO 2025 – segurança destaque: câmeras internas (93,3%) e biometria (20%)

5 Dados levantados sobre a Caracterização do SCMB – Recursos Humanos
5.1 Efetivo de Alunos no SCMB
CENSO 2020

CENSO 2025 – efetivo de alunos: aumento de 1.144, correspondente a 8,57% em relação ao efetivo de alunos registrado em 2020.



5.2 Efetivo do Ensino no SCMB
CENSO 2020



CENSO 2025 – efetivo do Ensino no SCMB: diminuição de 77 profissionais, correspondente a 4,04% em relação ao efetivo registrado em 2020.

5.3 Efetivo da DEPA

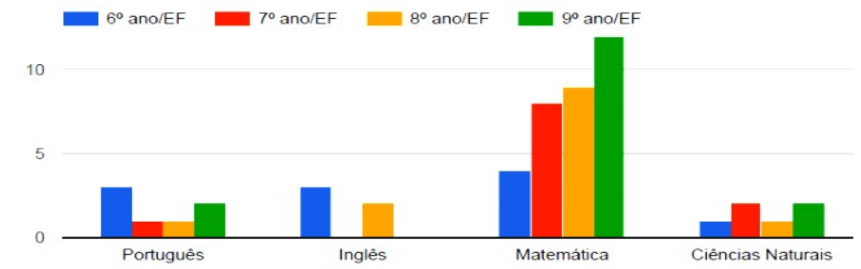
CENSO 2025 – efetivo da DEPA: diminuição de 8 militares, correspondente a 11,11% em relação ao efetivo registrado em 2020.

6 Dados levantados sobre a Caracterização do SCMB – Diagnóstico Escolar

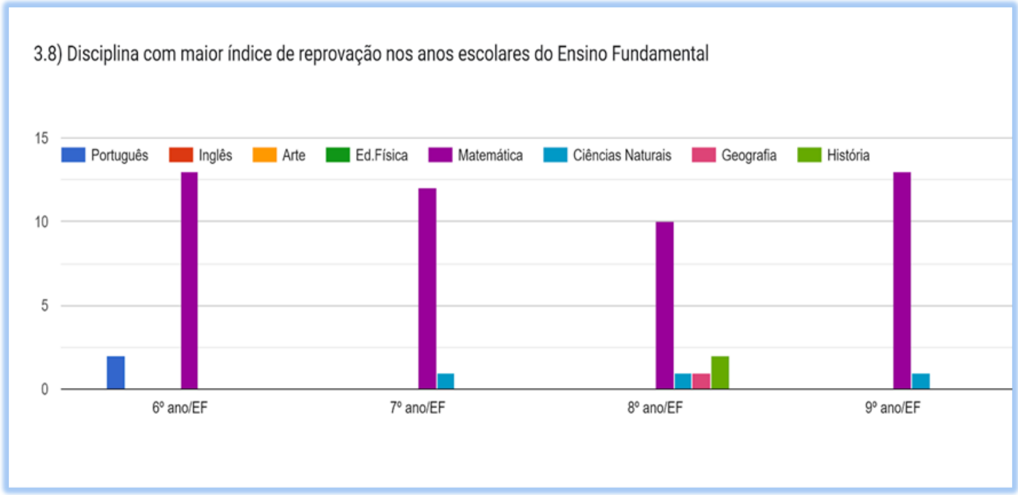
6.1 Rendimento discente Ensino Fundamental

CENSO 2020

3.1) Disciplinas com maior índice de reprovação nos anos escolares do Ensino Fundamental



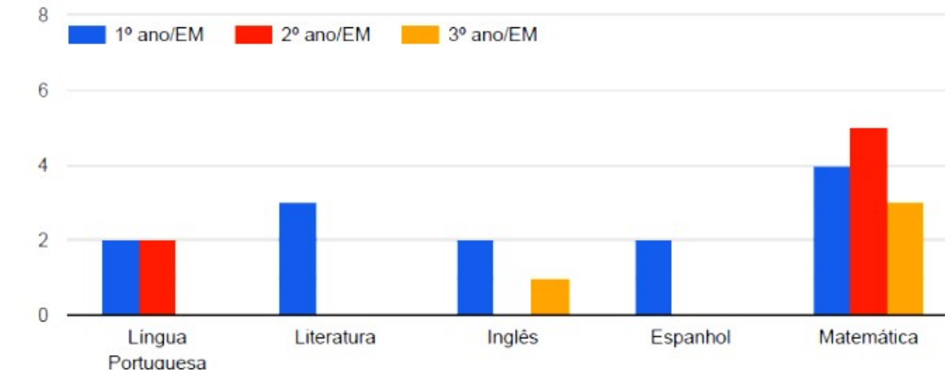
CENSO 2025 – disciplina com maior índice de reprovação EF (período 2022 a 2024)
1º) Matemática em todos os anos escolares; 2º) Ciências Naturais; 3º) História/L. Portuguesa/Geografia.



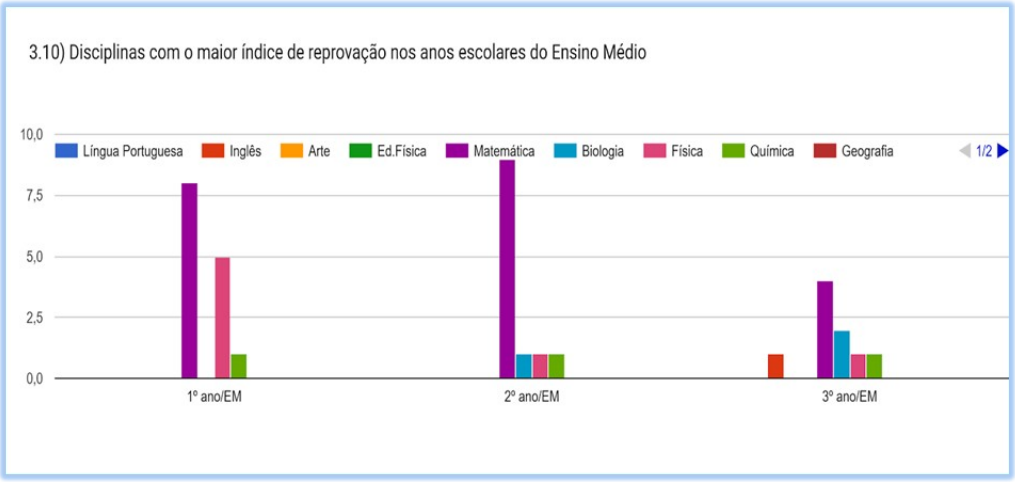
6.2 Rendimento discente Ensino Médio

CENSO 2020

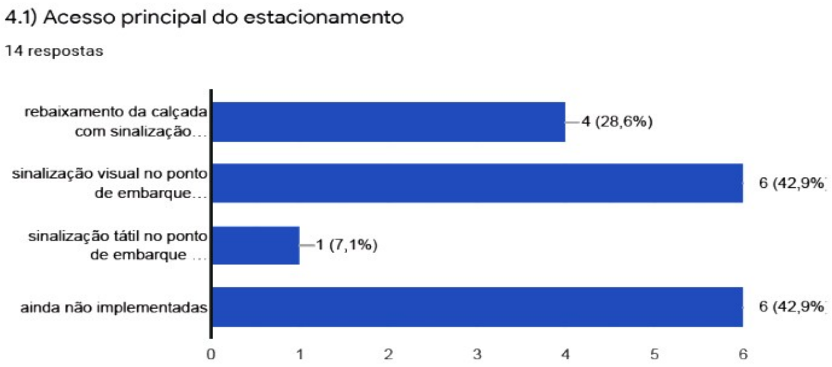
3.2) Disciplinas com maior índice de reprovação nos anos escolares do Ensino Médio



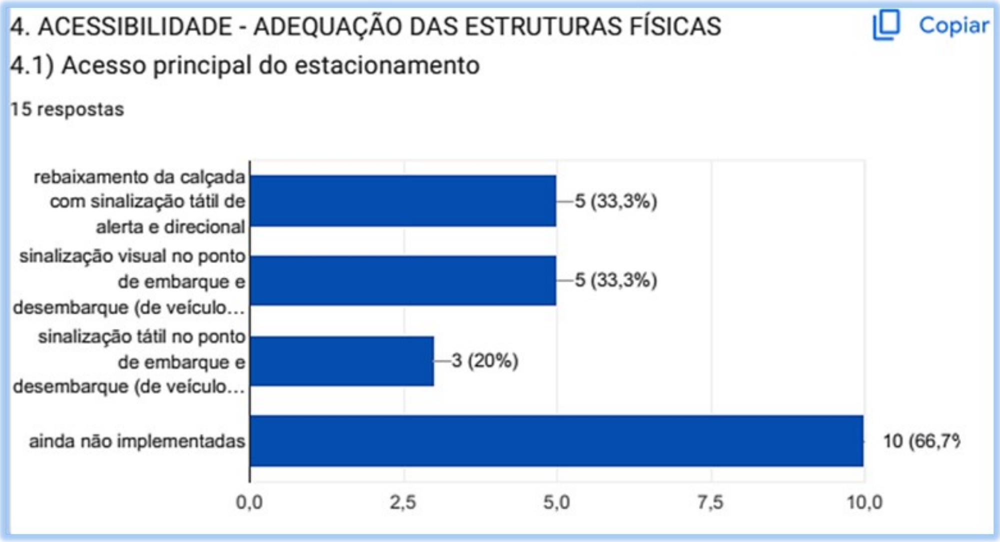
CENSO 2025 – disciplina com maior índice de reprovação EM (período 2022 a 2024)
1º) Matemática em todos os anos escolares; 2º) Física; 3º) Química/Biologia.



7. Dados levantados sobre a Caracterização do SCMB – Acessibilidade: adequação das estruturas físicas.
7.1 – Acesso estacionamento
CENSO 2020

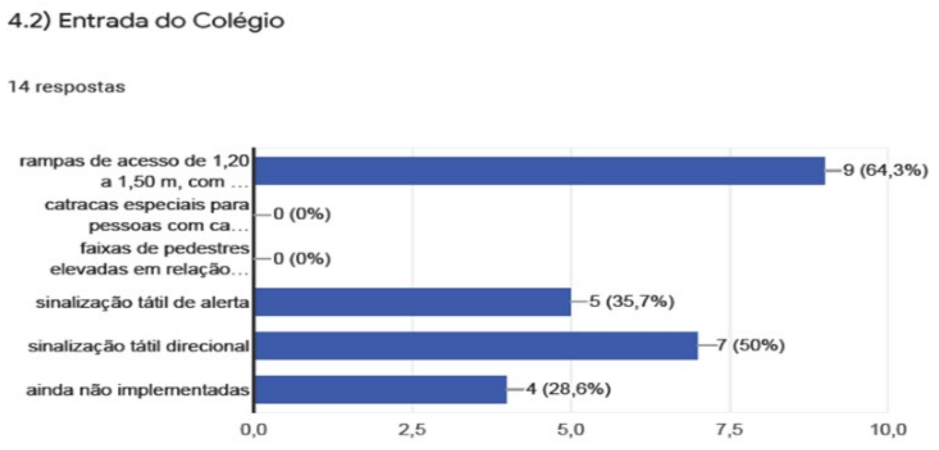


CENSO 2025 – acesso principal do estacionamento ainda não implementada (42,93% = 6 CM em comparação a 66,7% = 10 CM) ↓

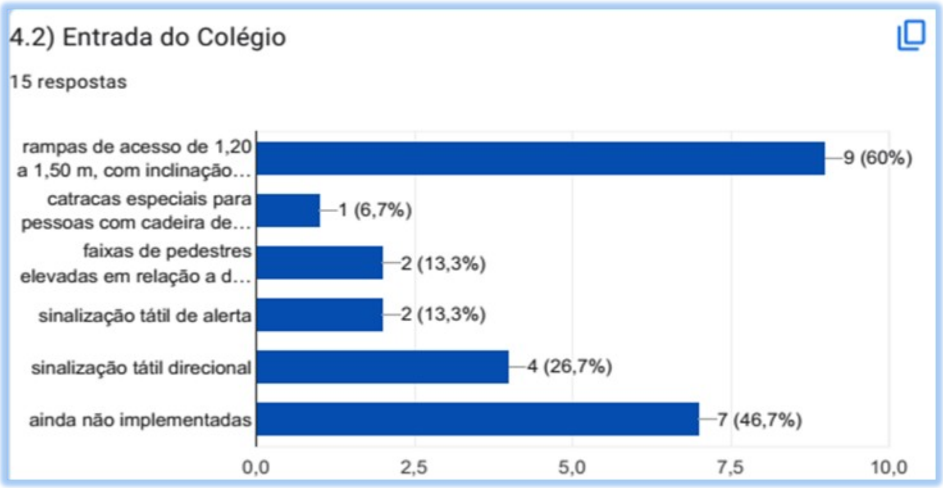


7.2 – Entrada do Colégio

CENSO 2020

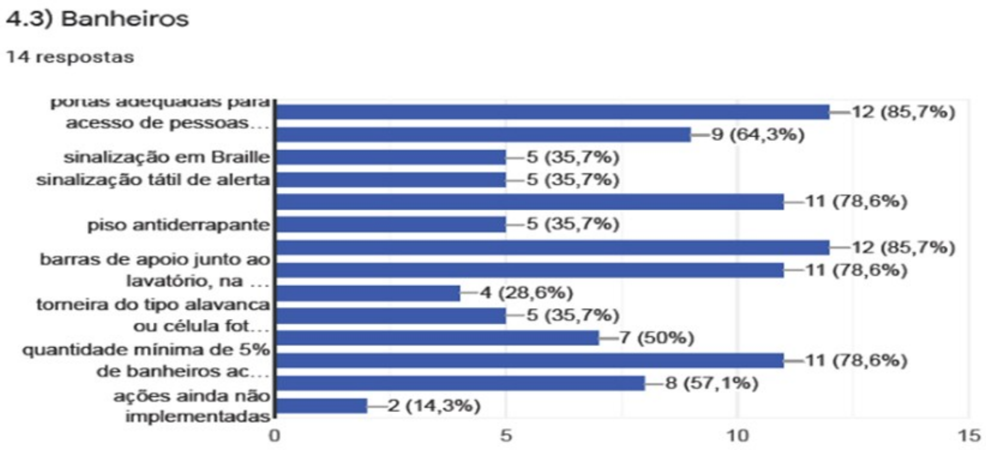


CENSO 2025 – entrada do Colégio ainda não implementada (de 28,6% = 4 CM em comparação a 46,7% = 7 CM) ↓

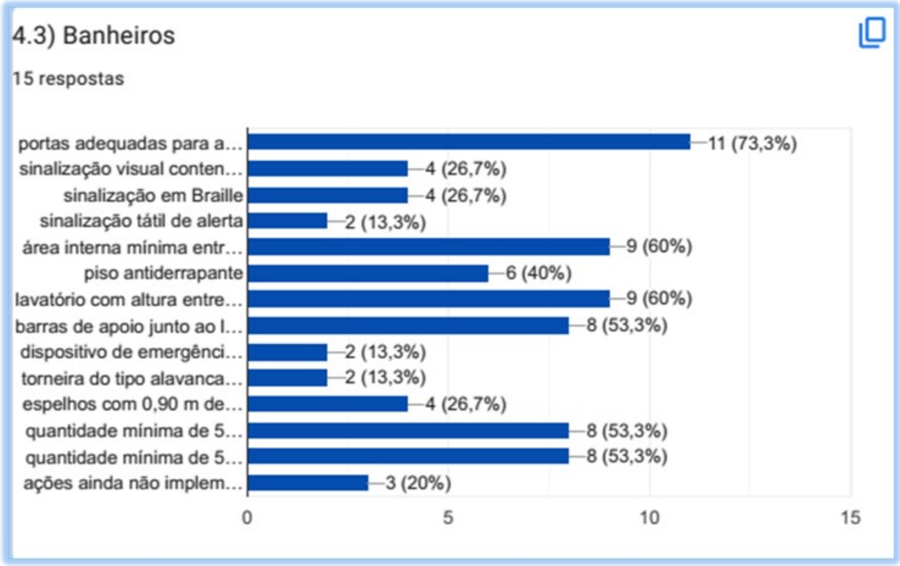


7.3 – Banheiros

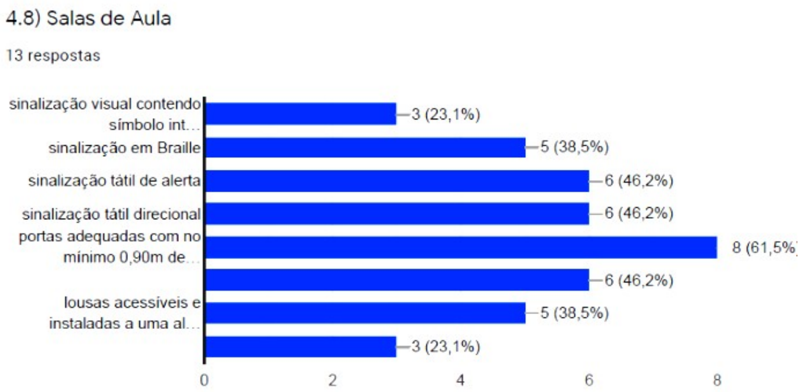
CENSO 2020



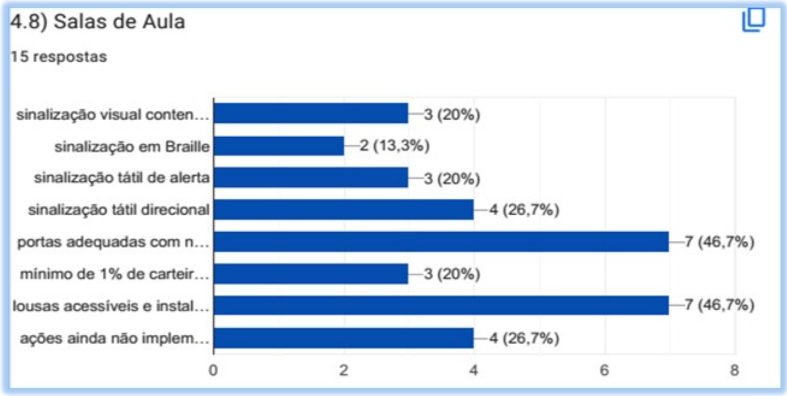
CENSO 2025 – quantidade mínima de 5% banheiros acessíveis (de 78,6% = 11 CM em comparação a 53,3% = 8 CM) ↓



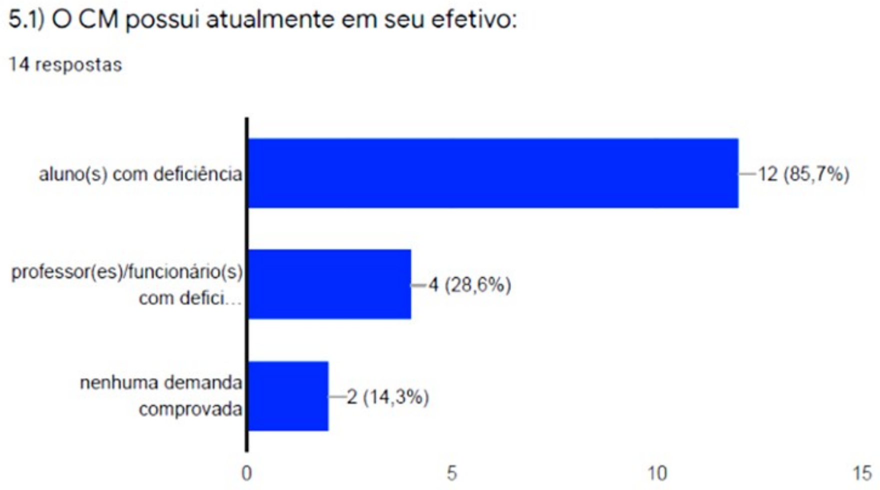
7.4 – Salas de aula
CENSO 2020



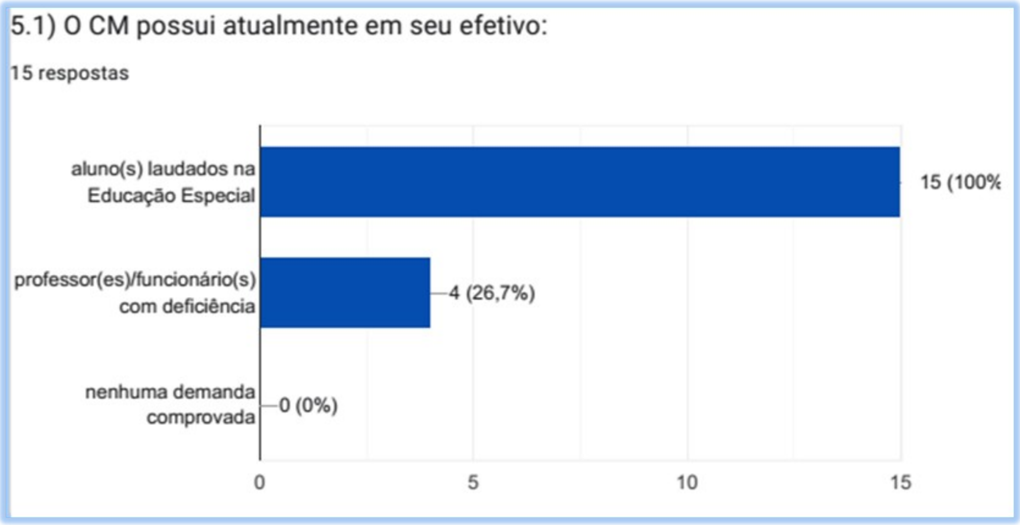
CENSO 2025 – portas adequadas com no mínimo 0,90cm (de 61,5% = 8 CM em comparação a 46,7% = 7 CM) ↓



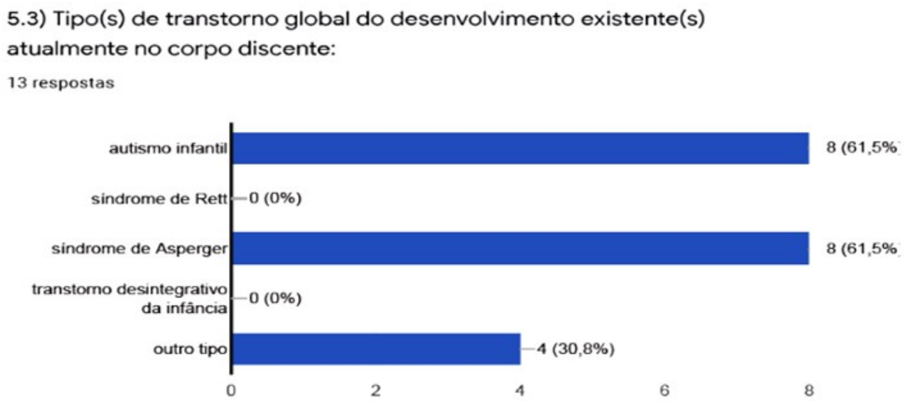
8 Dados levantados sobre a Caracterização do SCMB – Educação Especial: demandas atuais.
16.8.1 Efetivo
CENSO 2020



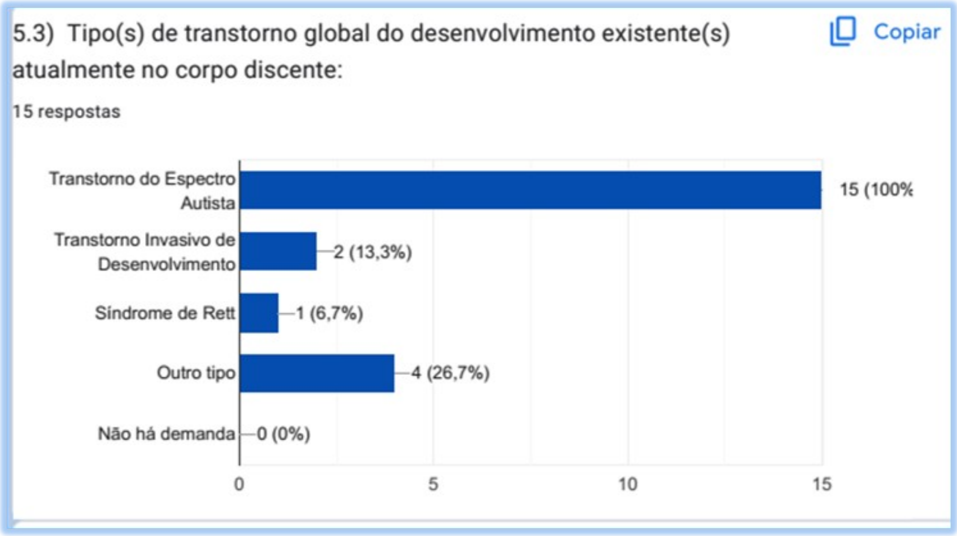
CENSO 2025 – efetivo discente laudado (de 85,7% = 12 CM para 100% = 15 CM) ↓



8.2 Demandas de TGD/TEA
CENSO 2020



CENSO 2025 – Transtorno Global do Desenvolvimento/Espectro Autista (de 61,5% = 8 CM para 100% = 15 CM) ↑



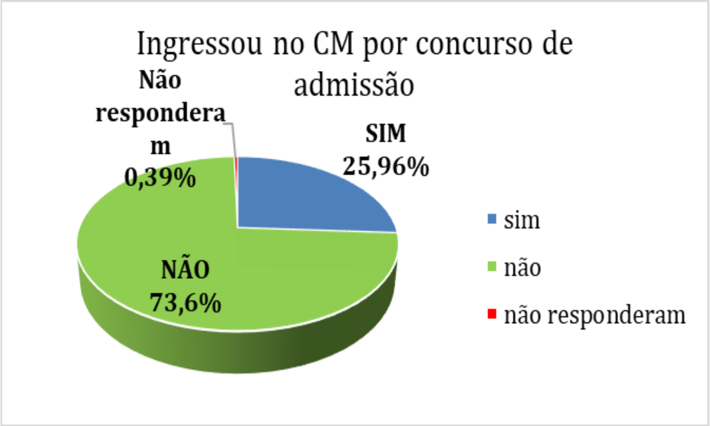
9 Dados levantados sobre o Perfil Discente.

O formulário "Perfil Socioeconômico Discente do SCMB 2025 obteve 8.160 (oito mil cento e sessenta) respostas, correspondendo a aproximadamente 57% dos discentes, tendo como referência o efetivo registrado em 2025 de 14.319 (quatorze mil trezentos e dezenove).

Da amostragem coletada, destacamos os dados a seguir.

9.1 Formas de ingresso no SCMB

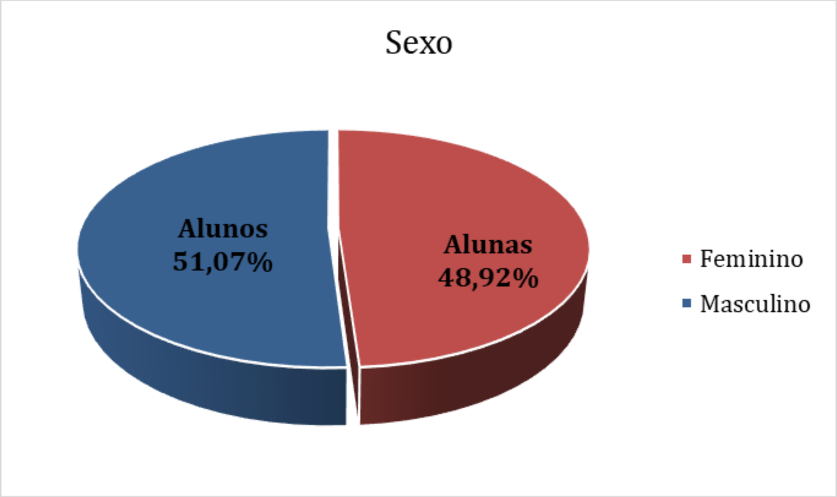
CENSO 2020



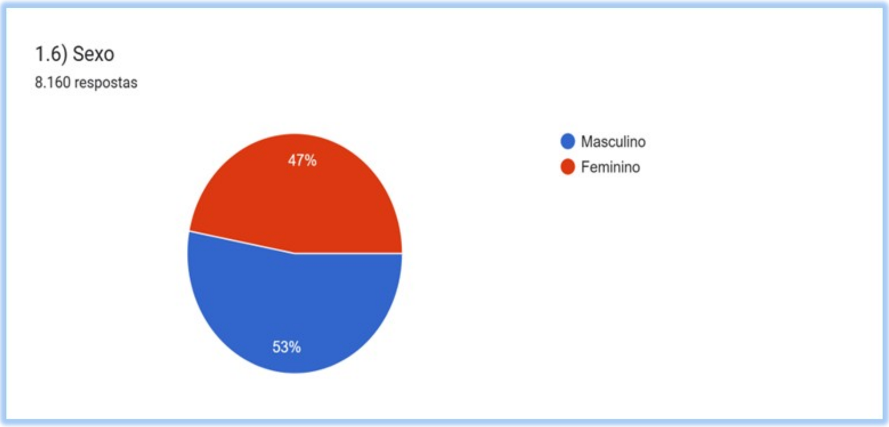
CENSO 2025 – ingressou no CM por Concurso de Admissão: 75,7% (NÃO)↑ 24,3% (SIM) ↓

9.2 Efetivo de alunos e alunas

CENSO 2020

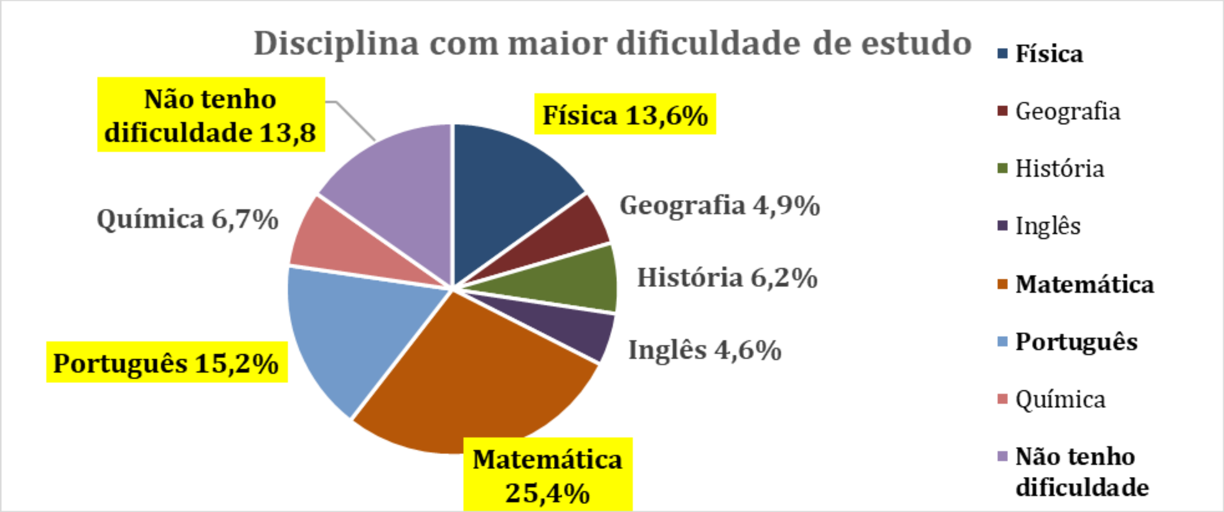


CENSO 2025 – efetivo de alunos 53% ↑ ; efetivo de alunas 47% ↓



9.3 Disciplina com maior dificuldade de estudo

CENSO 2020



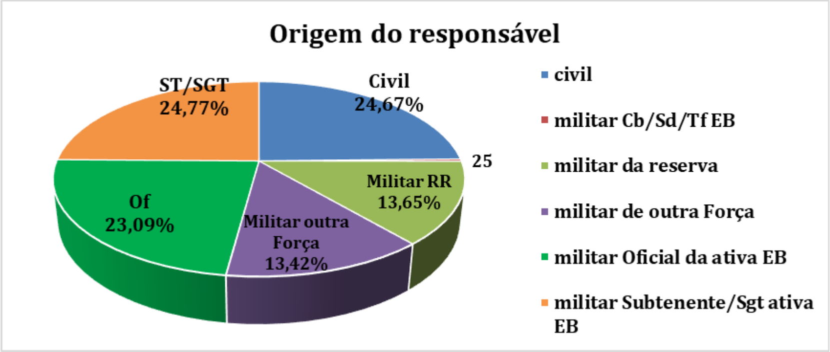
CENSO 2025 – disciplina com maior dificuldade de estudo:
32,3% (Matemática)↑ 11,9% (Português)↓ 9,9% (Física)↓ Não tenho dificuldade (15,7%)↑

Matemática – 32,3%
Não tenho dificuldade – 15,7%
Português – 11,9%
Física – 9,9%
História – 7,6%
Geografia – 5,6
Inglês – 5,1%

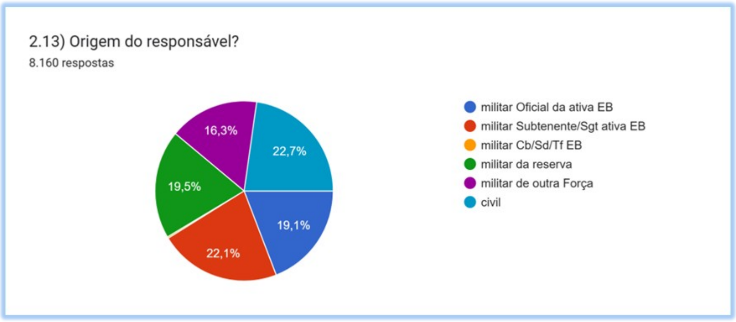
CENSO 2025

9.4 Origem do responsável

CENSO 2020

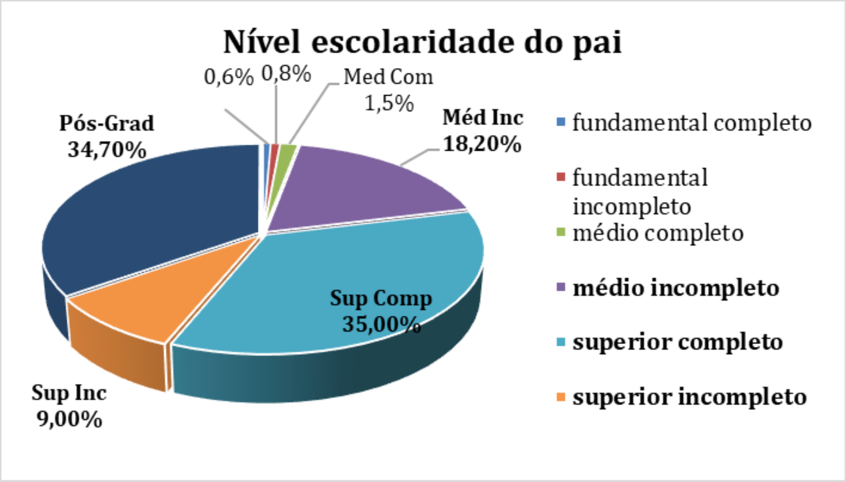


CENSO 2025 – origem do responsável: Civil (22,7%)↓ ST/SGT EB (22,1%)↓ Militar da Reserva (19,5%) ↑ Oficial EB (19,1%)↓ Militar outra Força (16,3%) ↑
CENSO 2025



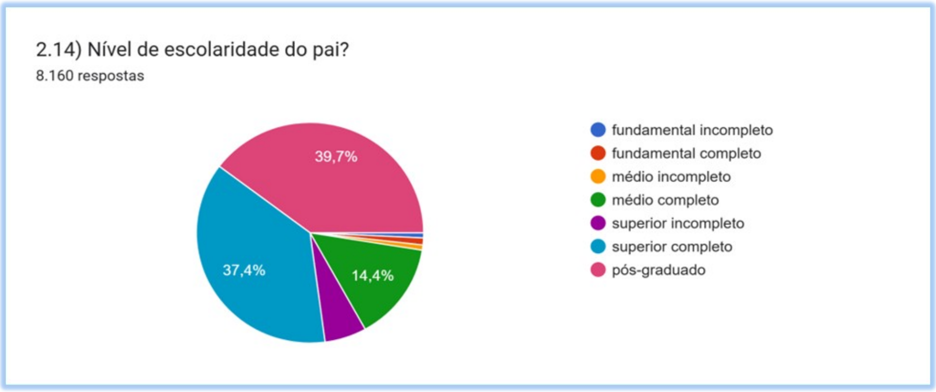
9.5 Nível de escolaridade dos responsáveis

CENSO 2020

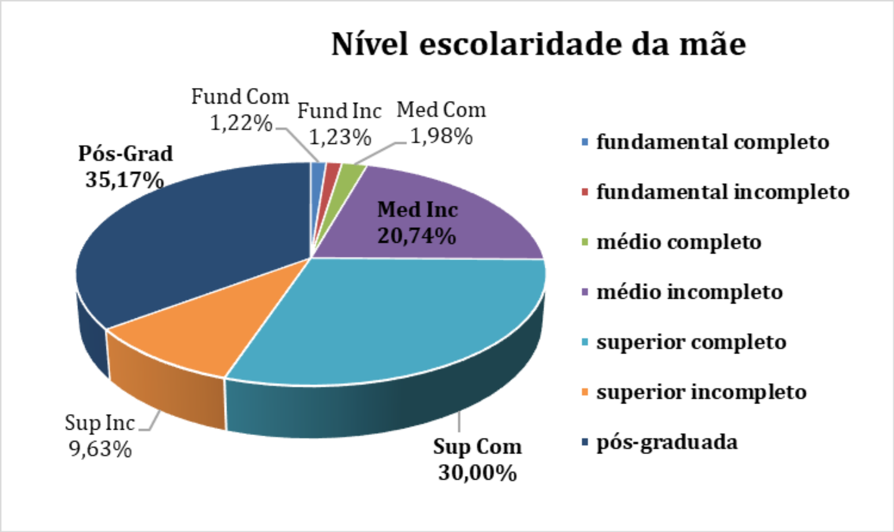


CENSO 2025 – escolaridade do pai: Pós-graduado (37,4) ↑ Superior completo (37,47%) ↑ Médio completo (14,4) ↑

CENSO 2025

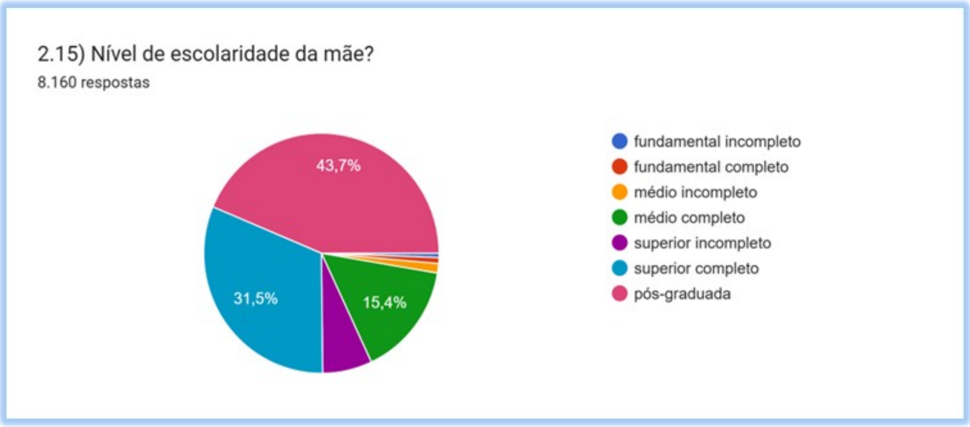


CENSO 2020



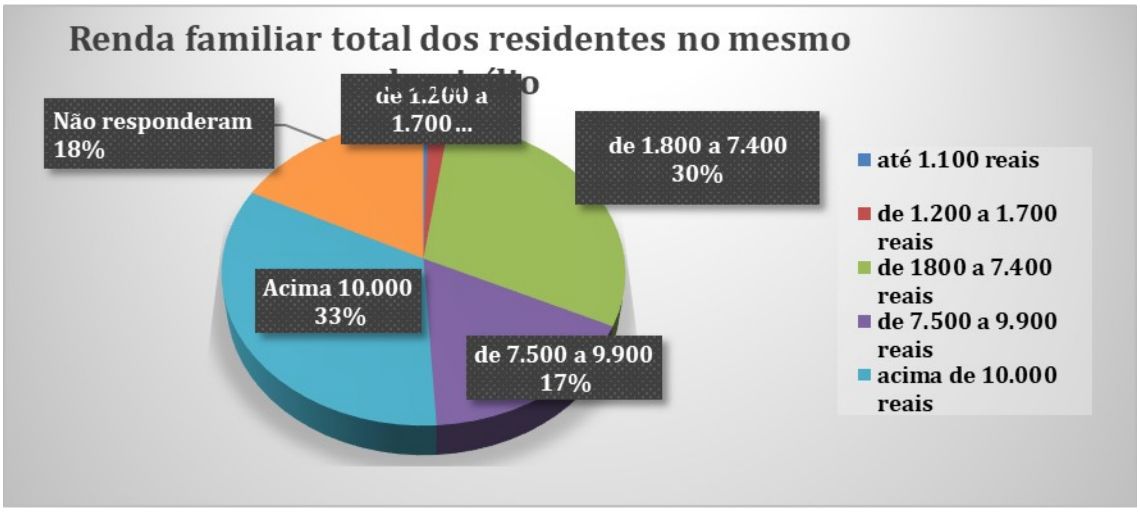
CENSO 2025 – escolaridade da mãe: Pós-graduada (43,7%) ↑Superior completo (31,5%) ↑ Médio completo (15,4%) ↑

CENSO 2025

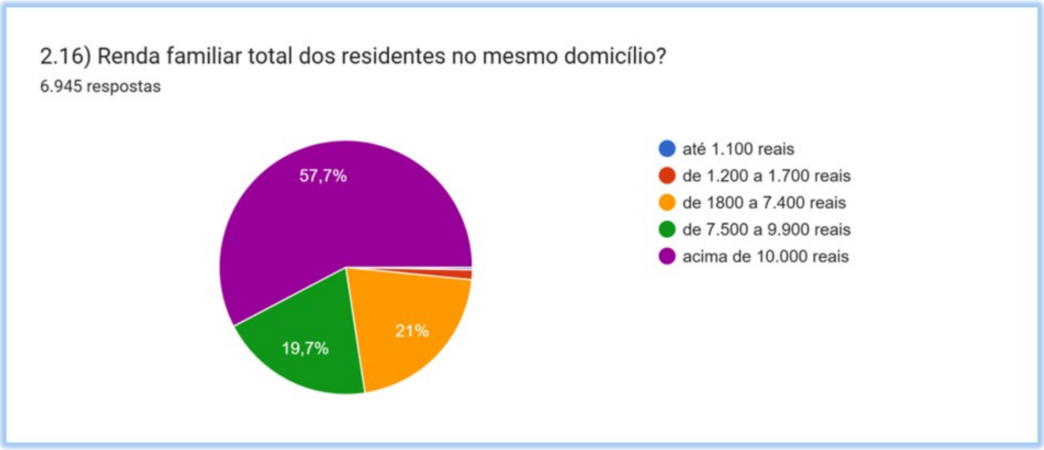


9.6 Renda familiar no domicílio

CENSO 2020



CENSO 2025



CENSO 2025 – renda familiar discente no mesmo domicílio:
Acima de 10.000 reais (57,7%) ↑ de 7.500 a 9.900 reais (19,7%) ↑ de 1.800 a 7.400 reais (21%) ↓

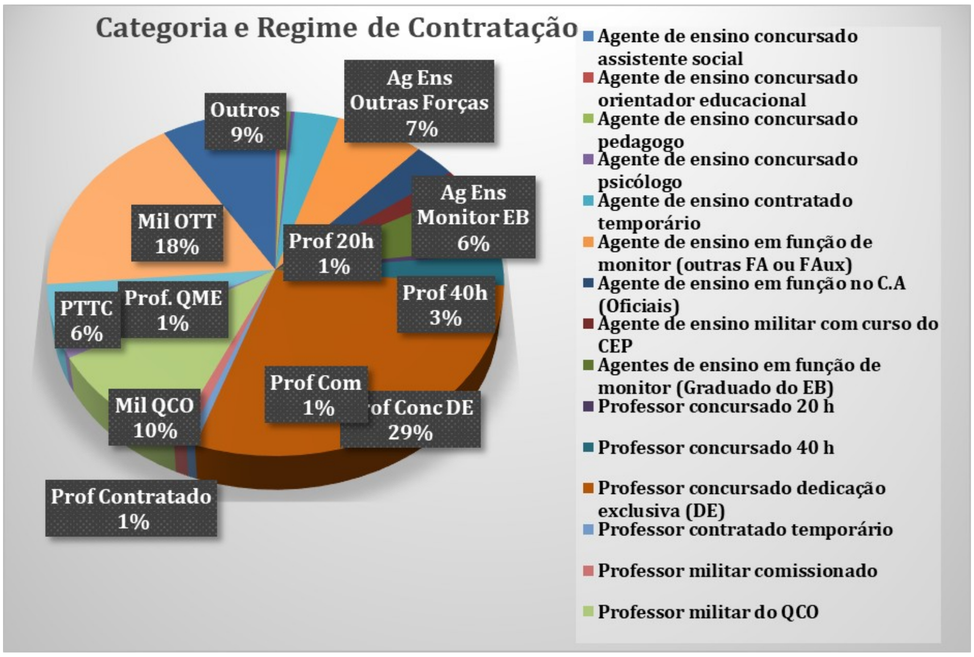
10 Dados levantados sobre o Perfil Docente.

O formulário "Perfil Socioeconômico Docente do SCMB 2025 obteve 2.098 (duas mil e noventa e oito) respostas, correspondendo a aproximadamente 96,5% dos docentes e agentes de ensino (pedagogos, monitores, psicólogos e assistentes sociais), tendo como referência o efetivo registrado em 2025 de 2.174 (dois mil cento e setenta e quatro), computando efetivos do EB e de outras Forças cedidos ao SCMB.

Da amostragem coletada, destacamos os dados a seguir.

10.1 Categoria e regime de contratação

CENSO 2020

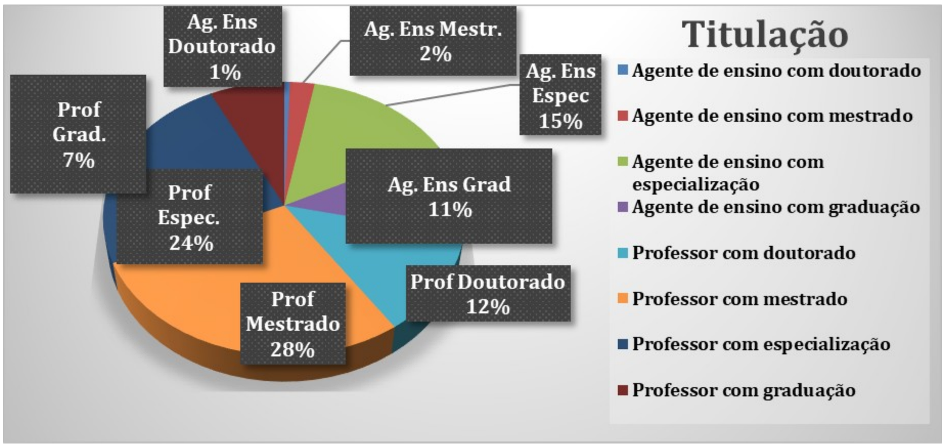


CENSO 2025

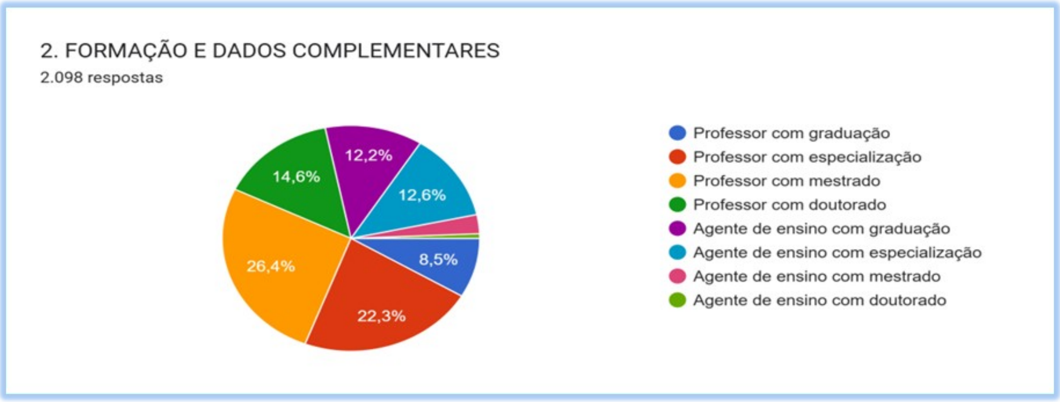
CENSO 2025 – professor concursado D.E (24%)↓ professor militar temporário OTT (21,3%)↑ professor militar QCO (8,7%)↓ professor militar PTTC (8,3%)↑ ag. ensino monitor outra Força (5,9%)↓ ag. ensino monitor EB (4,8%)↓.

10.2 Formação acadêmica

CENSO 2020



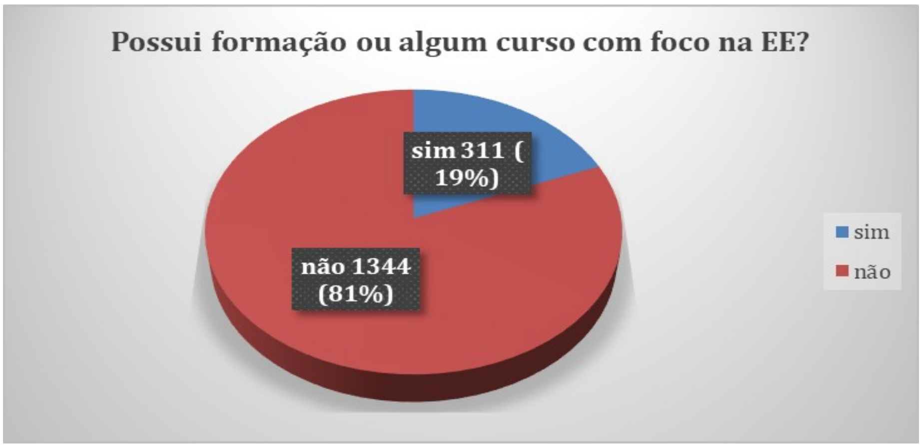
CENSO 2025



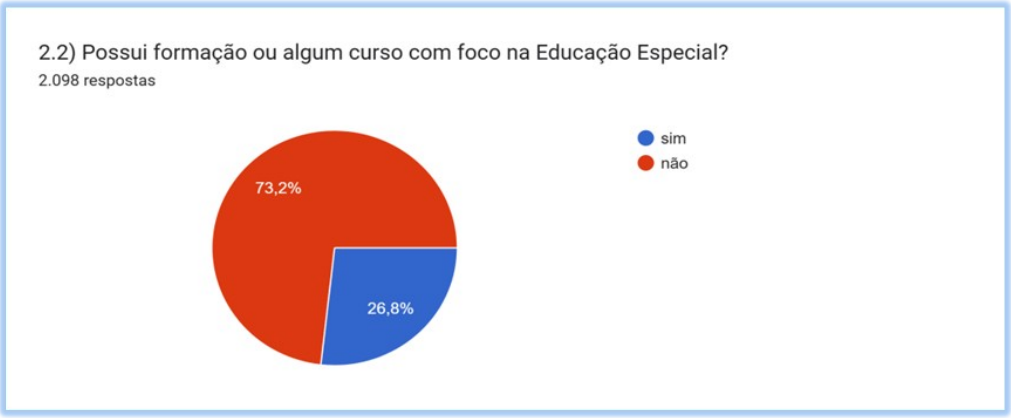
CENSO 2025 – professor com Mestrado (26,4%)↓ professor com Especialização (22,3%)↓ professor com Doutorado (14,6%)↑ agente de ensino com Especialização (12,6%) ↑agente de ensino com graduação (12,2%)↑ professor com graduação (8,5%)↑.

10.3 Formação com foco na Educação Especial

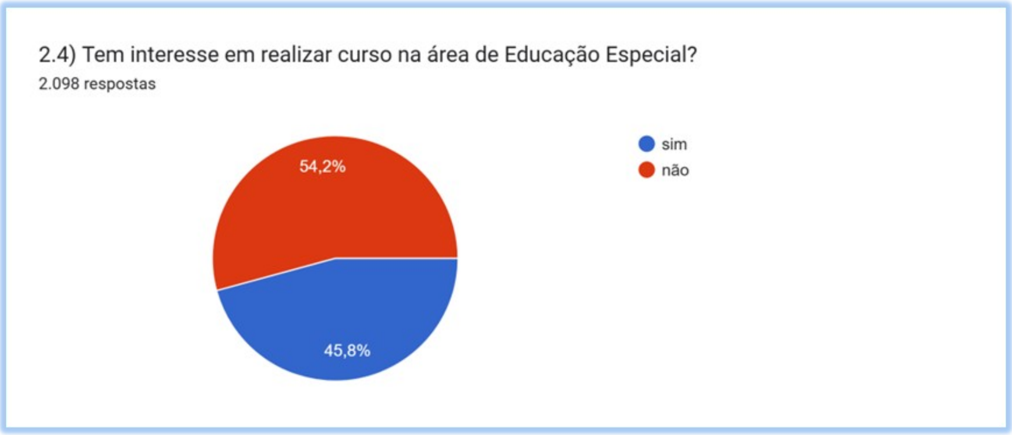
CENSO 2020



CENSO 2025 – possui curso (26,8%) não possui curso (73,2%) ↑
CENSO 2025



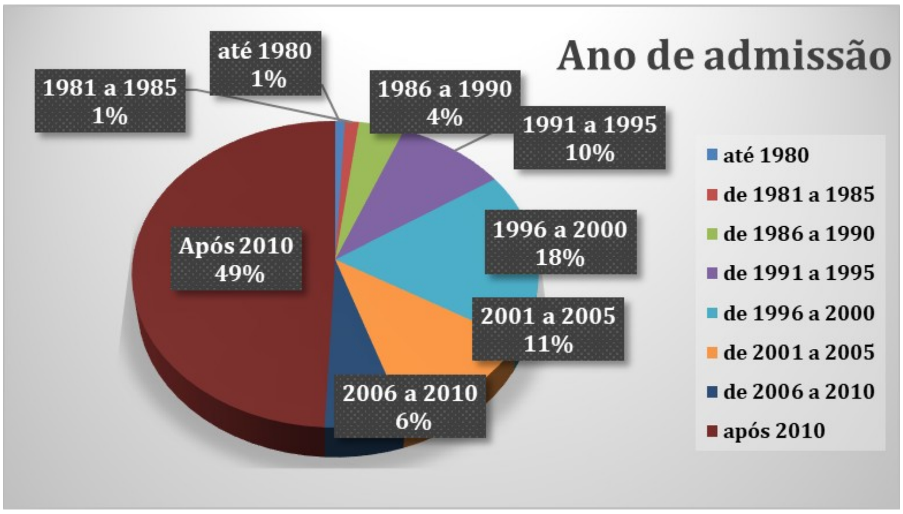
CENSO 2025



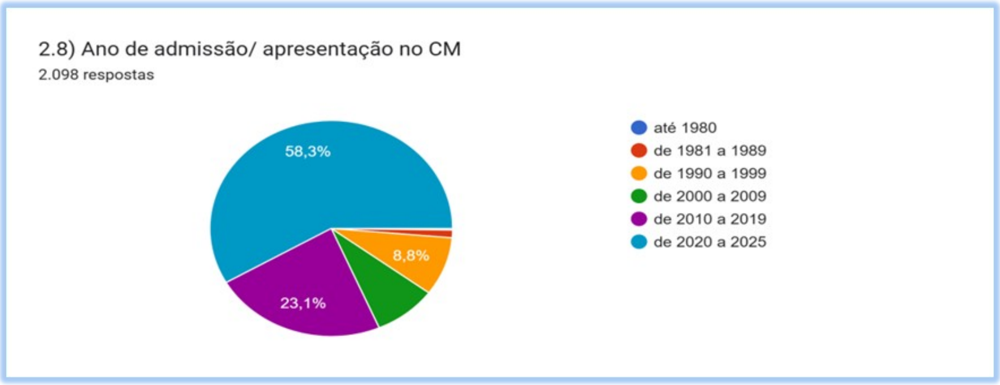
CENSO 2025 – tem interesse (45,8%) não tem interesse (54,2%) ↓

10.4 Ano de ingresso no SCMB

CENSO 2020



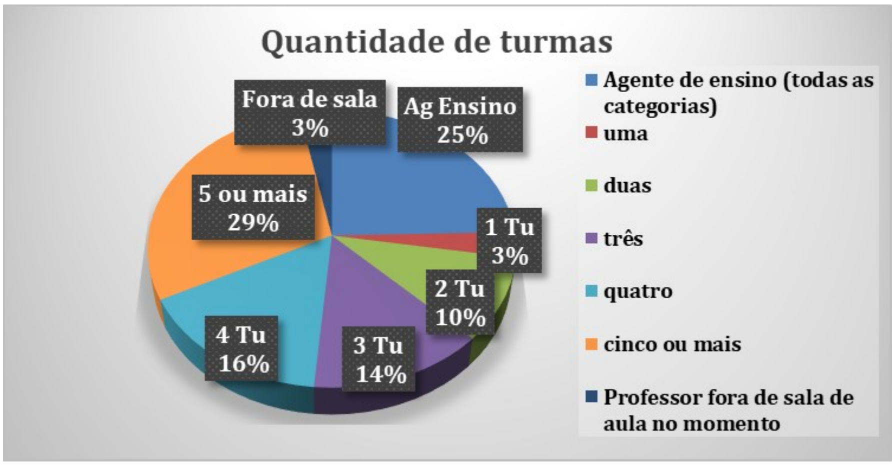
CENSO 2025



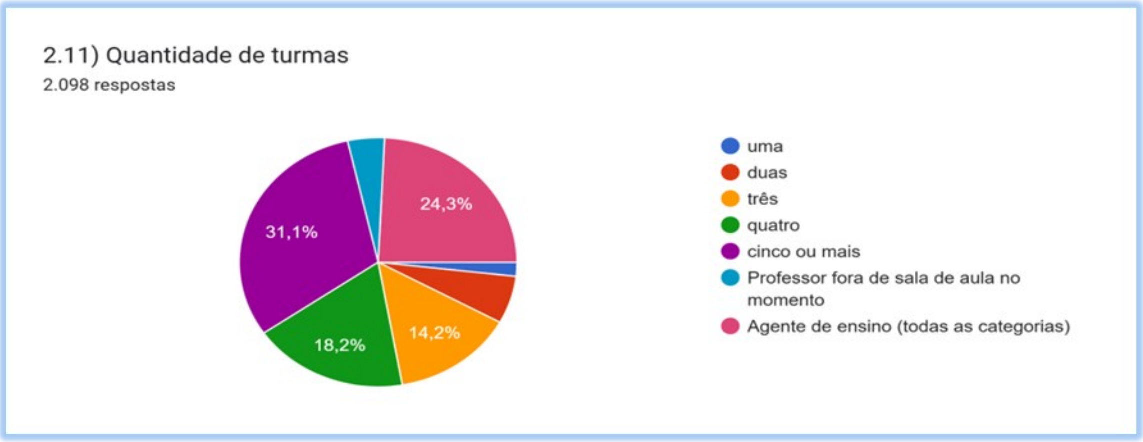
CENSO 2025 – de 2020 a 2025 (58,3%)↑ de 2010 a 2019 (23,1%) ↓ de 1990 a 1999 (8,8%)↓ de 2000 a 2009 (8,4%).↓

10.5 Quantidade de turmas

CENSO 2020

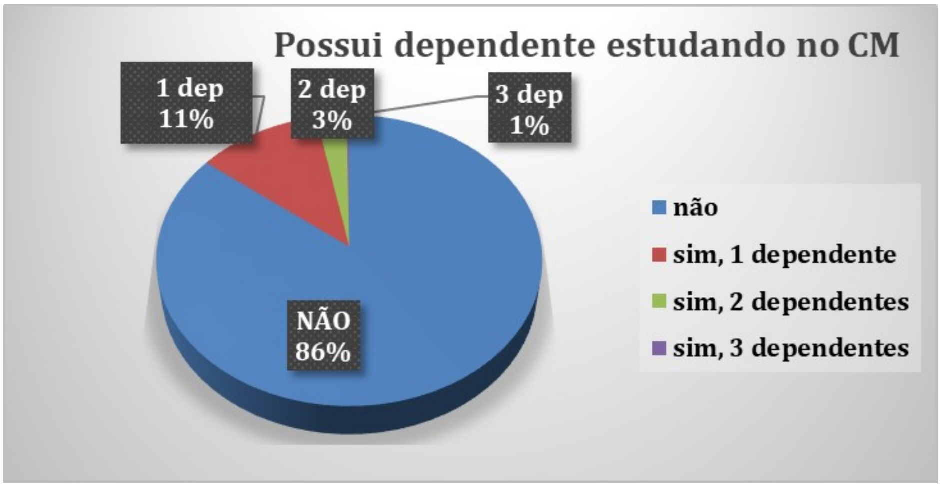


CENSO 2025 – 5 ou mais (31,1%)↑ 4 Tu (18,2%)↑ 3 Tu (14,2%)↑ 2 Tu (6,2%)↓ Agentes de Ensino (24,3%)↓ e Prof fora sala (4,3%)↑.

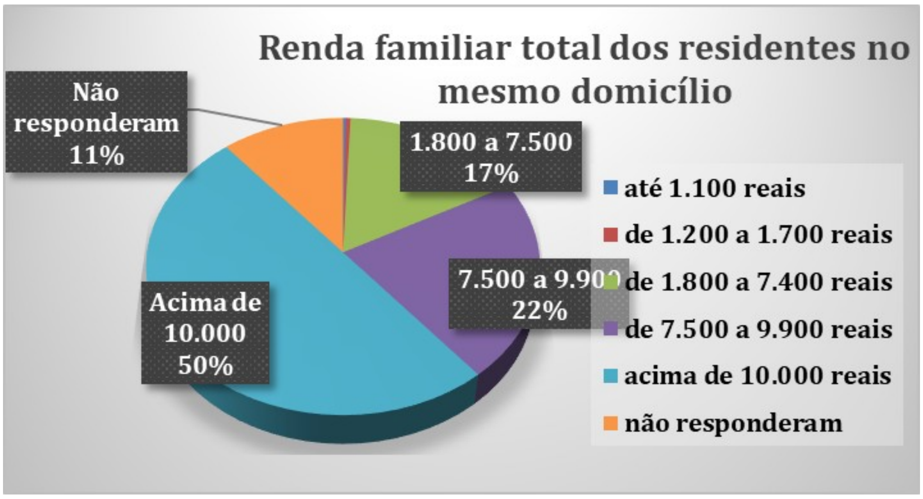


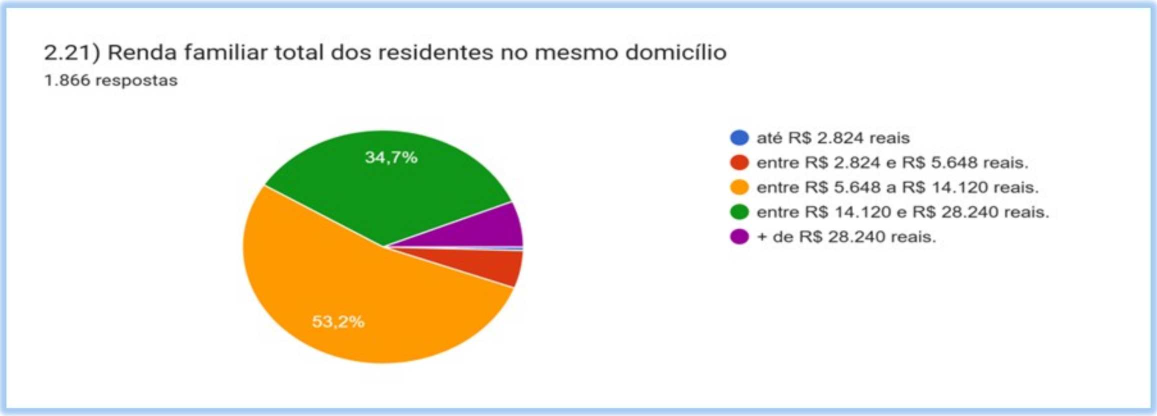
10.6 Dependentes de docente estudando no CM

CENSO 2020



CENSO 2025 – NÃO (86,5%)↑ SIM; 1 dependente (10,4%)↓; SIM, 2 dependentes (2,8%) ↓
10.7 Renda familiar docente
CENSO 2020





CENSO 2025 – renda familiar docente no mesmo domicílio:
Entre 5.648,00 a 14.120 reais (53,2%); de 14.120, 00 a 28,240 reais (34,7%); + de 28.240 reais (6,4%).

DADOS COLETADOS ENTRE 24 DE FEVEREIRO e 4 DE AGOSTO DE 2025

ANEXO C
Expediente

Departamento de Educação e Cultura do Exército
Chefe Gen Ex Francisco **Carlos Machado** Silva ***Vice-Chefe*** Gen Div Flavio **Alvarenga** Filho
Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial
Diretor Gen Bda **Talmo** Evaristo do Nascimento ***Chefe de Gabinete*** Cel Inf Leonardo Sanches Santos
Organização e Coordenação – Seção Ensino DEPA
Chefe Cel Art Rodrigo Villar **Aballo** ***Adjuntos*** TC QCO **Elaine** Guimarães Motta TC QCO R/1 **Gilberto** Cardoso TC QCO R/1 **Sheila** de Almeida Matias Alexandre Maj Cav **Édson** Ramon Lima Pereira dos Santos Maj QCO Daniel dos **Reis** Lopes
Colaboradores (CM) – Grupos de Trabalho (GT)
GT1 – Ensino Fundamental TC Rodrigo Ferreira da **Silva** - Coordenador (CMF) Major Wagner **Galves** Junior (CMC) Major **Andréia** Beviláqua Almeida (CMJF) Major **Renata Aguiar** da Silva (CMSP) Ten **Julieth** de Oliveira Sousa (CMCG) Ten Klissa Norlem **Monte Verde** Sarmento (CMBel) 1º Ten **Priscila** Costa **Alves** Fernandes (CMVM) SC **Norma** Barbosa de Lima Fonseca (CMBH) SC **Pierre** Bedin (CMPA)
Colaboradores (CM) – Grupos de Trabalho (GT)
GT2 – Ensino Médio TC QCO **P**edro José da Silva Santos **Júnior** (CMR) Maj QCO Marcos Vinício da Silva **Duarte** (CMJF) Maj QCO **Cinthia** Maria da Fontoura **Messias** Nascimento (CMS) Cap QCO **Maressa** Cristina de Almeida Piconcelli (CMCG)

Ten QCO **Debora** Renata de Freitas **Braga** (CMM) Ten OTT Carolina de Jesus Nunes de **Castro** (CMB) Ten OTT **Ingryd** Moraes de Moraes Lira (CMBel) SC **Fernanda** Medeiros Albuquerque (CMPA) SC Rodrigo **Buske** (CMSM)
GT3 – Educação Especial Cel R1 Adersonylton **Sales Coutinho** Rodrigues (CMF) TC QCO **Valéria** Maria Monteiro **Souto** (CMJF) Maj QCO **Thaísa** Barcellos Simão Feres (CMRJ) Maj QCO **Brena** de Queiroz Côrtes (CMS) Maj Wagner de **Farias** Figueiredo (CMVM) Cap QCO **Márcio** Farias Barbosa (CMB) Cap R1 **Nelson** de Souza Lima (CMBH) Ten OTT **Débora** de Oliveira **Nascimento** (CMBel) SC **Sheila** Magali Holz (CMSM)
GT4 – Educação Digital Cel R1 Hélio Augusto de Melo **Mascarenhas** (CMCG) TC Marcelo Barbosa **Rodrigues** (CMRJ) Cap QCO **Denilson** Marques Lelis (CMR) Cap QCO Lucas Cerqueira **Marques** (CMSM) Cap QCO Carlos Eduardo **Serapião** (CMSP) Ten OTT Ângela **Tupinambá** de Moro Rocha (CMBH) ST Anderson de **Santana** Gonçalves Dias (CMM) SC **Marcelo** Isenhardt Ritzel - Prof Dr (CMPA)
GT5 – Material Didático Cel R1 Hilel **Zanata** (CMC) TC QCO **Maria Elisa** de Castro Guimarães (CMRJ) TC QCO **Janaína** Dias de Sousa (CMSP) Maj QCO Francisco **Gerdean** da Silveira Bezerra (CMF) Maj QCO **Tupolevck** Florêncio (CMS) Cap QCO Carlos Adonis **Oliveira Santos** (CMR) Cap QCO **Janaína** Alexandre (CMB) Ten OTT Davi **Braga** da Silva (CMM) Ten OTT **Priscilla Castro** Vieira (CMVM)

ANEXO D

Modelo de Plano de Gerenciamento do Projeto

Marco Operacional dos CM (M Op/CM)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL
(DIRETORIA BARÃO HOMEM DE MELO)

PLANO DE GERENCIAMENTO DO PROJETO
MARCO OPERACIONAL/CM
PROJETO PEDAGÓGICO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL 2026-2030

(Manter a redação do texto "em preto" e atualizar o texto "em azul e itálico". Em "vermelho itálico", seguem as orientações de cada item)

Preparado por: **Data:** **Aprovado por:** **Data:**	**Revisado em:** **Folha____ de _____**

(Este quadro deve ser mantido nas vias digitais, sendo suprimido no momento da impressão para assinatura)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

a. Autoridade Patrocinadora: Diretor de Educação Preparatória e Assistencial.

b. Equipe do Projeto:

1) Gerente do Projeto: Posto e nome Cmt CM).

Telefone:

Email:

2) Supervisor do Projeto: Posto e nome; a ser designado pelo Cmt CM.

Telefone:

Email:

c. Data do início do Projeto: 2 JANEIRO 2026.

d. Data prevista para o término do Projeto: 31 DEZEMBRO 2030.

2. OBJETIVO DO PROJETO

O Marco Operacional do CM _______ tem como objetivo principal o alcance das metas estabelecidas pela DEPA, detalhadas na Diretriz de Implantação do Projeto Pedagógico Sistema Colégio Militar do Brasil 2026-2030.

A partir da consolidação dos dados do Marco Situacional, o CM ________ apresenta seu Marco Operacional, contendo o detalhamento das metas a serem alcançadas, objetivando a melhoria e o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. Quadro Sinótico das metas definidas para o quinquênio 2026-2030**:**

QUADRO SINÓTICO DAS METAS

METAS 2026-2030	
Metas referentes à caracterização geral dos CM, ao rendimento escolar, ao perfil docente e ao perfil discente.	
1	Atingir, no máximo, o efetivo de até 30 alunos em todas as salas de aula.
2	Integrar a Educação Digital ao ambiente escolar dos Colégios Militares.
3	Acompanhar os índices de reprovação em todos os anos letivos.
4	Planejar e executar estratégias específicas para o combate ao fracasso escolar nas quatro Áreas do Conhecimento: “Ciências da Natureza e suas Tecnologias”, “Matemática”, “Ciências Humanas” e “Linguagens e Códigos”.
5	Reestruturar o currículo do Ensino Médio em consonância com as leis vigentes, garantindo a flexibilidade, a formação integral e a identidade do SCMB.
6	Aumentar os índices de inscrição e de aprovação nos concursos para as Escolas Militares.
7	Ampliar a capacidade dos Colégios Militares para atender as demandas de alunos da Educação Especial.
8	Monitorar os indicadores de avaliações de larga escala nacionais (ENEM/IDEB) como ferramenta estatística para aprimorar e aperfeiçoar as ações voltadas para o Sistema Colégio Militar do Brasil.
9	Aperfeiçoar a prática pedagógica do SCMB, com ênfase na aprendizagem mediada por tecnologias digitais.
10	Acompanhar o desempenho e a atuação docente, a partir dos parâmetros estabelecidos em Instruções, Regulamentos, Regimentos e Normas Educacionais em vigor.
11	Integrar o Corpo de Alunos com a Divisão de Ensino no desenvolvimento das competências socioemocionais.
12	Ampliar, com eficácia, a recomposição das aprendizagens no SCMB, nas seguintes modalidades: Apoio Pedagógico, Recuperação da Aprendizagem e Reforço Escolar.
13	Consolidar a oferta do turno integral, segundo as diretrizes vigentes, para os anos escolares do EF, de forma progressiva.
14	Estimular a participação dos discentes em projetos de Iniciação Científica para os alunos do ensino fundamental e médio, através de projetos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento.
15	Fomentar a valorização do mérito em todas as dimensões do desenvolvimento: cognitivas, físicas, emocionais e sociais.
16	Incrementar o envolvimento da família no cotidiano escolar.

3. INFORMAÇÕES ADICIONAIS (opcional)

4. ANEXOS

Anexo A – Declaração de Escopo*
Anexo B – Estrutura Analítica do Projeto (EAP)*
Anexo C – Dicionário da EAP*
Anexo D – Cronograma Físico-Financeiro Inicial*
(*) obrigatórios
Demais anexos (opcionais):
Plano de Gerenciamento de Custos e do Orçamento
Plano de Gerenciamento de Recursos Humanos
Plano de Gerenciamento de Comunicações
Plano de Gerenciamento das Partes Interessadas
Plano de Gerenciamento de Riscos e Oportunidades
Plano de Gerenciamento da Qualidade
Plano de Gerenciamento de Mudanças
Outros julgados necessários

Local/data, ________ de ____________________________ de _______.

____
(Posto e Nome Cmt)
Gerente do Projeto

Aprovo:

____
(Posto e Nome Dir DEPA)
Autoridade Patrocinadora

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANANIAS, M. **Propostas de educação popular em Campinas: "as aulas noturnas"**. *Cadernos do CEDES*, 51, 66-77, 2000.

ANTUNES, Celso. **9 Passos para uma escola pública de excelente qualidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ANTUNES, M. A. M. **Psicologia e educação no Brasil: um olhar histórico- crítico**. Em M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), ***Psicologia escolar: teorias e críticas*** (pp.139-168). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

COSTA, J. A. **Projetos educativos das escolas: um contributo para a sua (des)construção.** *Educação e Sociedade*, 24, 1319-1340, 2003.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro, 2018.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo Perspectiva, 2016.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional** – uma questão paradigmática. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SCHELB, Guilherme. **Viver é coisa perigosa**: orientações para solução de conflitos. Brasília, DF: B & Z Editora Ltda, 2008.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2008.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO
Rio de Janeiro, RJ, 11 de dezembro de 2025.
www.decex.ensino.eb.br